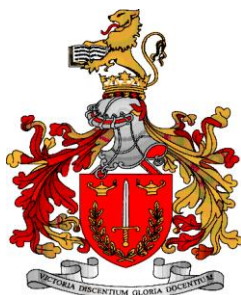


INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



João Abel Gomes Moreira

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

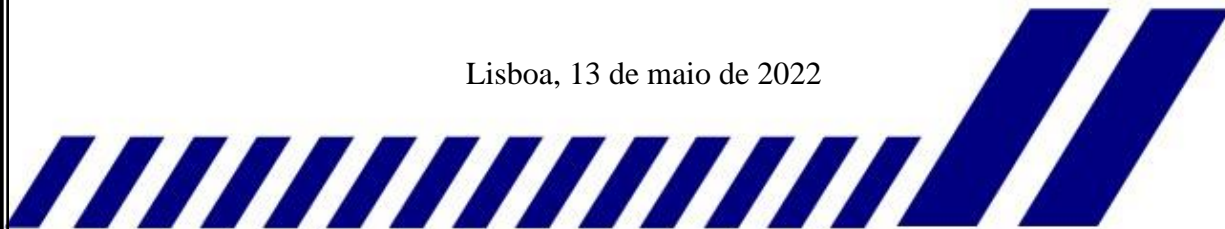
**A AMEAÇA TERRORISTA EM *SOFT TARGETS*: A
PROTEÇÃO DO EIXO TURÍSTICO DA ZONA DE BELÉM**

Orientadores:

Professora Doutora Raquel Duque

Superintendente, Professor Doutor António Leitão da Silva

Lisboa, 13 de maio de 2022



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



João Abel Gomes Moreira

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

A AMEAÇA TERRORISTA EM SOFT TARGETS:
A PROTEÇÃO DO EIXO TURÍSTICO DA
ZONA DE BELÉM

Dissertação apresentada no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação da Professora Doutora Raquel Duque e do Superintendente, Professor Doutor António

Leitão da Silva.



Estabelecimento de Ensino: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Autor: João Abel Gomes Moreira

Título da Obra: A ameaça terrorista em *soft targets*: A proteção do eixo turístico da zona de Belém

Orientadores: Professora Doutora Raquel Duque
Superintendente, Professor Doutor António Leitão da Silva

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: 13 de maio de 2022



If we destroy human rights and rule of law in the response to terrorism, they have won.

Annan's (2003)

Agradecimentos

O culminar de cinco anos. Esta Dissertação é um marco do trabalho árduo que desenvolvi, até aqui. Nele participaram algumas pessoas, que perante as dificuldades que foram aparecendo, me deram alento e ânimo para chegar onde cheguei e continuarão cá (se Deus quiser), para me fazerem chegar onde quero chegar.

As primeiras palavras são para os meus pais. Pela educação, amor e alegrias que me deram e por fazerem tudo o que puderam e não puderam, para chegar até aqui. Sem eles, nada fazia sentido. Mesmo longe de casa, estiveram comigo sempre, ao longo destes cinco anos e estarão, até ao fim dos meus dias.

Aos meus avôs e tios-avôs (Palmira e Manuel), por me terem criado e terem motivado para alcançar os meus objetivos. À Fatinha e restante família, por terem sido minha casa até hoje, guardar-vos-ei, para sempre no meu coração. À Professora Iracema, pela ajuda e apoio na entrada para o ISCPSI, nunca irei esquecer.

Aos Bandoleros, ao pessoal de Nogueira, pelas noites e dias infundáveis de risadas e divertimento, mas também pelo ombro amigo quando era preciso. Não esqueço e estarei sempre aqui para vocês. Em especial aos meus *Step* (Vicente e Carlinhos), Diana, Catarina, João e Rafael, serão sempre um refúgio meu e eu vosso.

Aos Nascitúrcios, pela brilhante amizade que criámos durante estes cinco anos. Que sejam para a vida os laços que desenvolvemos, estarei sempre aqui para vocês, também. Especialmente, ao Pereira, ao Dércio, ao Melgo e ao Regino (os meus Bragansuínos) por terem sido o motivo de me esquecer das dificuldades do dia a dia.

Um especial agradecimento à PSP pela oportunidade na minha formação, sobretudo ao ISCPSI. Ao Superintendente João Amado, por estar sempre disponível para ajudar. Ao Superintendente José Neto, ao Comissário Ricardo Borges, à Subcomissário Joana Luís, Subcomissário Ricardo Alves e Subcomissário Antony Alves, pelos conhecimentos e valores transmitidos. Ao Fanã, por ter sido, tal como é hoje, um enorme apoio lá dentro e ao Rufos, por me levantar com uma simples risada, sempre que preciso. Deixo ainda um agradecimento especial à minha orientadora, Professora Raquel Duque e ao Superintendente Leitão da Silva.

Ao 34.º CFOP, pelos momentos, amizade e camaradagem. Queousemos sempre vencer.

Resumo

A problemática dos *soft targets*, tem ganho uma enorme relevância nos últimos anos pela vulnerabilidade destes espaços à atividade terrorista na perpetração de ataques, que são cada vez mais imprevisíveis e variados.

As zonas turísticas são consideradas alvos vulneráveis, pela elevada atratividade de pessoas e por não reunirem medidas de segurança robustas, sobretudo no espaço público. Na presente dissertação foi considerado o eixo turístico de Belém, por ser uma das zonas turísticas mais importantes e com mais impacto mediático em Portugal. O objetivo deste estudo centra-se em perceber o nível de preparação desta zona turística para responder a um ataque terrorista, ao nível de medidas de prevenção e das principais vulnerabilidades desta zona. Foi desenvolvido um estudo exploratório que envolveu a realização de 14 entrevistas, feitas em quatro atrações turísticas, a Diretores, Diretores de segurança, Adjuntos de segurança e, também, a polícias que exercem funções na zona de Belém ou são especialistas na área do terrorismo.

O estudo revelou um consenso dos entrevistados, quanto ao nível de preparação de segurança da zona turística, abordando a existência de medidas de segurança, no entanto, insuficientes para fazer face a um ataque terrorista perpetrado por um *active shooter*. São ainda identificadas algumas vulnerabilidades pelos participantes, onde se destaca a débil formação antiterrorista ministrada aos funcionários das atrações, que não tem nenhuma alínea prevista nos seus planos de segurança. Bem como, soluções preventivas, nomeadamente, a implementação de mudanças legislativas, sobretudo na vertente *safety*, para uma melhor proteção desta zona turística a incidentes.

Palavras-chave: Alvos vulneráveis; Belém; Segurança; Terrorismo; Turismo

Abstract

The problem of soft targets has gained enormous relevance in recent years due to the vulnerability of these spaces to terrorist activity in the perpetration of attacks, which are increasingly unpredictable and varied.

Tourist areas are considered soft targets, due to the high attraction of people and for not having robust security measures, especially in the public space. In this dissertation the tourist area of Belém was considered, for being one of the most important tourist areas and with more media impact in Portugal. The objective of this study focuses on understanding the level of preparedness of this tourist area to respond to a terrorist attack, in terms of prevention measures and the main vulnerabilities of this area. An exploratory study was developed, involving 14 interviews, conducted in four tourist attractions, with Directors, Security Directors, Security Deputies, and also with police officers who work in the Belem area or are specialists in the area of terrorism.

The study revealed a consensus among the interviewees, as to the level of security preparedness of the tourist area, addressing the existence of security measures, however, insufficient to face a terrorist attack perpetrated by an active shooter. Some vulnerabilities are also identified by the participants, where the weak anti-terrorist training given to the attractions' employees, which has no items foreseen in their security plans, stands out. As well as, preventive solutions, namely, the implementation of legislative changes, especially in the area of safety, for a better protection of this tourist area to incidents.

Keywords: Belém; Security; Soft targets; Terrorism; Tourism

Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas

| | |
|----------------|---|
| AH | Ameaças Híbridas |
| AP | Administração Pública |
| Art.º | Artigo |
| AT | Ataque Terrorista |
| BBC | <i>British Broadcasting Corporation</i> |
| Categor | Categoria |
| CE | Comissão Europeia |
| CEME | Chefe do Estado Maior do Exército |
| Civ. | Civis |
| CPLP | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa |
| CPNI | <i>Centre for the Protection of National Infrastructure of United Kingdom</i> |
| CT | Contraterrorismo |
| DH | Direitos Humanos |
| DLE | <i>Dictionary of Law Enforcement</i> |
| DOD | <i>Department of Defense</i> |
| DRC | Direções Regionais de Cultura |
| EADP | Estruturas Associativas de Defesa do Património Cultural |
| EAUE | Estratégia Antiterrorista da União Europeia |
| EM | Estados-Membros |
| ENCT | Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo |

| | |
|----------------------------|---|
| ENT | Entrevistas |
| ETA | <i>Euskadi Ta Askatasuna</i> |
| EUA | Estados Unidos da América |
| EUECRRT | Estratégia da União Europeia de Combate à Radicalização e ao Recrutamento para o Terrorismo |
| EUROPOL | <i>European Union's Law Enforcement Agency</i> |
| FA | Forças Armadas |
| FS | Forças de Segurança |
| FSS | Forças e Serviços de Segurança |
| GPI | <i>Global Peace Index</i> |
| GTD | <i>Global Terrorism Database</i> |
| <i>Híbrid CoE</i> | <i>The European Centre of Excellence for Countering Hybrid Threats</i> |
| <i>HMGovernment</i> | <i>Her Majesty's Government</i> |
| IEP | <i>Institute for Economics and Peace</i> |
| INTCEN | <i>European Union Intelligence and Situation Centre</i> |
| ITP | Incidente Tático-Policial |
| LBPC | Lei de Bases do Património Cultural |
| LQMP | Lei Quadro dos Museus Portugueses |
| LSI | Lei de Segurança Interna |
| MAI | Ministério da Administração Interna |
| MCDC | <i>Multinational Capability Development Campaign</i> |
| NATO | <i>North Atlantic Treaty Organization</i> |
| N.d. | Não disponível |
| NEP | Norma de Execução Permanente |

| | |
|------------------|---|
| NMR | Número |
| NRBQ | Nuclear, Radiológica, Biológica e Química |
| NYPD | <i>New York City Police Department</i> |
| OCS | Órgãos de Comunicação Social |
| OI | Organizações Internacionais |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OT | Organizações Terroristas |
| OTAN | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| PAAPEPUE | Plano de Ação para Apoio da Proteção dos Espaços Públicos da União Europeia |
| PCCCOFSS | Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança |
| PCSD | Política Comum de Segurança e Defesa |
| PSP | Polícia de Segurança Pública |
| Pol | Polícias |
| PUC-CPI | Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional |
| RASI | Relatório Anual de Segurança Interna |
| RCM | Resolução do Conselho de Ministros |
| SE | Segurança Externa |
| SI | Segurança Interna |
| SIS | Serviço de Informações e Segurança |
| Subcatgor | Subcategoria |
| Tot. | Total |
| UE | União Europeia |

| | |
|---------------|---|
| UEPCT | Unidade Europeia de Prevenção e Combate ao Terrorismo |
| UNESCO | <i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> |
| U.R. | Unidades de Registo |

Índice de Figuras

| | |
|--|-----|
| Figura 1. Modelo de ameaça, vulnerabilidade e risco | 7 |
| Figura 2. Categorização das ameaças humanas..... | 8 |
| Figura 3. Componentes do risco de segurança | 12 |
| Figura 4. Número de ataques em locais interiores e exteriores na Europa (2017)..... | 22 |
| Figura 5. Número de ataques a locais turísticos | 34 |
| Figura 6. Matriz de risco por cor | 88 |
| Figura 7. Exemplo de matriz de risco 2..... | 88 |
| Figura 8. Protocolo Britânico de resposta a active shooter | 89 |
| Figura 9. Percentagens por resposta | 91 |
| Figura 10. Mapa/área da zona turística de Belém | 93 |
| Figura 11. Ataques terroristas e detenções na Europa no ano de 2020 | 104 |
| Figura 12. Ataques jihadistas (2018-2020) na Europa | 105 |
| Figura 13. O turismo e o terrorismo (relação)..... | 106 |
| Figura 14. Ataques terroristas entre 2014 a 2017 na Europa | 114 |
| Figura 15. Modus operandi terrorista na europa (ano 2017)..... | 115 |
| Figura 16. Número de ataques terroristas a locais na europa no ano 2017 | 117 |
| Figura 17. Distribuição por categorias e subcategorias das unidades de registo..... | 138 |
| Figura 18. Distribuição das unidades de registo policiais pelas categorias e subcategorias .. | 139 |
| Figura 19. Distribuição das unidades de registo civis por categoria e subcategoria | 140 |

Índice de Tabelas

| | |
|---|-----|
| Tabela 1. Os quatro elementos do contraterrorismo..... | 27 |
| Tabela 2. Número de turistas em alojamentos e deslocações..... | 30 |
| Tabela 3. Número de entradas registadas em monumentos e museus..... | 31 |
| Tabela 4. Número de ataques e detenções de terroristas..... | 35 |
| Tabela 5. Medidas estabelecidas pelo PAAPEPUE..... | 86 |
| Tabela 6. Escala de avaliação da ameaça (visitas à UE)..... | 87 |
| Tabela 7. Conteúdos da formação antiterrorista..... | 91 |
| Tabela 8. Comportamentos a ter em consideração na deteção e respetivas percentagens..... | 92 |
| Tabela 9. Custo de bilhetes por equipamento turístico..... | 94 |
| Tabela 10. Escala de aglomeração de pessoas..... | 95 |
| Tabela 11. Triângulo de Fuller's..... | 96 |
| Tabela 12. Distribuição de categorias no método de Fuller's..... | 97 |
| Tabela 13. Comparação de pares com aplicação da fórmula de Fuller's..... | 97 |
| Tabela 14. Componentes necessárias da categorização..... | 111 |
| Tabela 15. Número de visitas anuais nas atrações da zona de Belém..... | 116 |
| Tabela 16. Tabela de codificação..... | 126 |
| Tabela 17. Resultados da análise de conteúdo..... | 134 |
| Tabela 18. Distribuição das unidades de registo..... | 136 |

Índice

| | |
|--|------|
| Agradecimentos | v |
| Resumo | vi |
| Abstract..... | vii |
| Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas | viii |
| Índice de Figuras | xii |
| Índice de Tabelas | xiii |
| Introdução..... | 1 |
| Capítulo I – Abordagem concetual <i>soft targets</i> | 5 |
| 1.1. A problemática dos <i>soft targets</i> | 5 |
| 1.1.1. Definições e tipos de <i>soft targets</i> | 5 |
| 1.2. A ameaça terrorista a <i>soft targets</i> | 7 |
| 1.2.1. Vulnerabilidades | 10 |
| 1.2.2. Riscos | 11 |
| 1.2.3. Conceito e <i>modus operandi</i> | 14 |
| 1.2.4. O atacante ativo | 17 |
| 1.2.5. As ameaças híbridas e a multiterritorialidade de segurança..... | 18 |
| 1.2.6. A zona turística de Belém..... | 21 |
| 1.3. O contraterrorismo..... | 24 |
| Capítulo II – Os locais turísticos do eixo de Belém | 29 |
| 2.1. Os locais turísticos em Portugal | 29 |
| 2.1.1. Os monumentos e museus nacionais | 29 |
| 2.1.2. Ataques terroristas a zonas turísticas..... | 33 |
| 2.1.3. Legislação nacional e internacional..... | 36 |
| Capítulo III – Método | 39 |
| 3.1. Considerações metodológicas..... | 39 |
| 3.2. Participantes..... | 39 |

| | |
|--|----|
| 3.3. Corpus..... | 41 |
| 3.4. Instrumento de recolha de dados | 41 |
| 3.5. Análise de conteúdo..... | 43 |
| 3.6. Procedimento | 45 |
| Capítulo IV – Apresentação e discussão dos resultados..... | 47 |
| 4.1. Belém como <i>soft target</i> | 49 |
| 4.2. Nível de formação antiterrorista dos trabalhadores | 50 |
| 4.3. Plano de segurança das infraestruturas | 52 |
| 4.4. Principais vulnerabilidades da zona turística..... | 53 |
| 4.5. Medidas de segurança existentes para a mitigação do risco..... | 55 |
| 4.6. Medidas propostas para a mitigação do risco | 57 |
| Conclusão | 61 |
| Referências | 66 |
| Anexos | 84 |
| Anexo I – Ofício de autorização para o acesso a documentação classificada | 84 |
| Anexo II – Ofício de autorização para a realização de entrevistas..... | 85 |
| Anexo III – Medidas estabelecidas pelo PAAPEPUE para responder às novas ações terroristas | 86 |
| Anexo IV – Escala de avaliação comum da ameaça para as personalidades oficiais em visita à União Europeia | 87 |
| Anexo V – Exemplos de matrizes de riscos utilizadas | 88 |
| Anexo VI – Protocolo de ameaça terrorista por <i>active shooter</i> | 89 |
| Anexo VII – Definições de ITP | 90 |
| Anexo VIII – Treino antiterrorista ministrado aos trabalhadores de centros comerciais dos EUA | 91 |

| | |
|---|-----|
| Anexo IX – Tipos de ações realizadas para deteção de comportamentos suspeitos (<i>behavioural detection</i>) realizadas pelas equipas de segurança | 92 |
| Anexo X – Área da zona turística de Belém em análise | 93 |
| Anexo XI – Museus, monumentos, palácios e locais arqueológicos sob dependência da DGPG e DRC | 94 |
| Anexo XII – Critérios para a acumulação de pessoas (Interior/Exterior) | 95 |
| Anexo XIII – Método de <i>Fuller's</i> | 96 |
| Anexo XIV – Critério da atratividade da atividade terrorista | 97 |
| Anexo XV – Prioridades da Estratégia Antiterrorista da União Europeia | 98 |
| Anexo XVI – Objetivos estratégicos da Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo.. | 100 |
| Anexo XVII – Declaração de budapeste sobre o património mundial (pontos importantes) | 101 |
| Anexo XVIII – Art.º 8.º da Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural de 16 de novembro de 1972..... | 103 |
| Anexo XIX - Número de ataques e detenções distribuídos pela eu no ano de 2020..... | 104 |
| Anexo XX – Número de ataques jihadistas entre 2018 e 2020 | 105 |
| Anexo XXI – Relação entre terrorismo e turismo..... | 106 |
| Anexo XXII – Artigos utilizados da lei quadro dos museus portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto)..... | 107 |
| Anexo XXIII – Artigos do Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio..... | 110 |
| Anexo XXIV - Detalhes do processo de categorização | 111 |
| Apêndices | 112 |
| Apêndice A – Pedido de entrevista..... | 112 |
| Apêndice B – Termo de consentimento informado dado aos participantes | 113 |
| Apêndice C – Número de ataques de 2014 a 2017 na Europa | 114 |

| | |
|--|-----|
| Apêndice D – <i>Modus operandi</i> terrorista na europa (Ano 2017) | 115 |
| Apêndice E – Número de visitas anuais nas atrações da zona de Belém | 116 |
| Apêndice F – Número de ataques terroristas a locais na europa no ano 2017 | 117 |
| Apêndice G – Guião de entrevista | 118 |
| Apêndice H – Quadro categorial | 119 |
| Apêndice I – Codificação | 126 |
| Apêndice J – Análise de conteúdo (categorias e subcategorias) | 134 |
| Apêndice K – Análise de conteúdo (unidades de registo)..... | 136 |
| Apêndice L – Distribuição percentual das u.r. pelas categorias e subcategorias (total de entrevistados)..... | 138 |
| Apêndice M - Distribuição percentual das u.r. pelas categorias e subcategorias (polícias entrevistados)..... | 139 |
| Apêndice N - Distribuição percentual das u.r. pelas categorias e subcategorias (civis entrevistados)..... | 140 |

Introdução

Na segurança e proteção dos espaços públicos, a volatilidade das ameaças resulta numa crescente incerteza e imprevisibilidade na prevenção de determinados acontecimentos, o que coloca determinados locais como alvos apelativos para a perpetração de ataques (Hesterman, 2015). Tais condições propiciam ações terroristas que, constantemente, mudam o seu cariz e método, enveredando por novos *modi operandi*, tal como mencionado no Plano de Ação para Apoio da Proteção dos Espaços Públicos da União Europeia (Comissão Europeia, 2017), dificultando o trabalho dos agentes incumbidos de assegurar a integridade dos cidadãos e superfícies. Estes problemas associados à vulnerabilidade dos espaços, enunciados *soft targets*, fazem com que haja uma necessidade permanente em renovar e melhorar a sua proteção (Silva, 2017).

Não existe uma definição concreta e concordante para os *soft targets* (Kalvach, 2016). No entanto, estes locais são desprotegidos ou têm um baixo nível de medidas de segurança, onde se formam aglomerados de pessoas (Elias, 2019). Podem ainda destacar-se outras características destes locais, nomeadamente, terem um determinado simbolismo (histórico, religioso, etc.), e ainda possuírem uma enorme facilidade de acessos, não existindo um bom controlo no fluxo de pessoas (Hesterman, 2015). Assim, é possível perceber que estes locais possuem alguma fragilidade, podendo determinados sujeitos explorar as suas fraquezas, para elevarem as possibilidades de perpetrar danos nestes mesmos alvos (Federal Emergency Management Agency, 2005, as cited in Castro, 2018).

Em caso de um atentado terrorista seria relevante aos governos, tal como às forças destinadas à proteção destes espaços, apostarem no fortalecimento de sistemas de segurança, bem como na definição de padrões de atuação e coordenação claros entre entidades não policiais e Forças de Segurança (Elias, 2019). Por não ser uma área muito explorada em termos de literatura especializada ou estudos académicos em Portugal, revela-se importante escrutinar as medidas de proteção de locais turísticos previamente identificados, dado ser um país com crescente¹ procura turística, que recebe um elevado número de visitantes ao nosso património cultural, representando vantagens económicas para o setor. Por tudo isto, considera-se

¹ Aumento de 7.3 milhões de turistas entre o ano de 2015 (17.3 milhões de turistas) e 2019 (24,6 milhões de turistas), segundo os relatórios do Instituto Nacional de Estatística (2016; 2020).

necessário preservar o sentimento de segurança dos visitantes para manter o fluxo de turistas no nosso país.

Desde o 11 de setembro de 2001, que os atentados terroristas, ganharam uma nova expressão e interesse político por todo o globo, registrando-se, a partir desta data, um aumento expressivo nas formas terroristas utilizadas para causar o maior número de vítimas possíveis, provocando o receio entre a população, de acordo com Newburn (2008). Entre todos os ataques ou tentativas de ataques terroristas, importa frisar os mais expressivos, quer pelo elevado número de vítimas mortais, como: (1) em Nova Iorque, no ano de 2001 (2993 vítimas mortais); (2) Maiduguri, no ano de 2009 (780 vítimas mortais) ou; (3) Doro Gowon, no ano de 2015 (700 vítimas mortais), de acordo com a Forbes (2016). Quer por se terem realizado em áreas de grande influência económica, como Paris (ano 2015), ou Madrid (ano 2004).

Assim, é relevante refletir sobre as estruturas contra as quais se realizaram os ataques, por forma a reduzir o risco de se tornarem alvos de ações terroristas. Segundo Martin (2016, as cited in Cuesta et al., 2019), cerca de 46% dos ataques terroristas, durante o período temporal de 2000 a 2016, foram efetuados contra *soft targets*, sendo expetável que a frequência destes ataques aumente no mundo ocidental. Por tal, a proteção de *soft targets* revela-se um verdadeiro desafio pela sua multiplicidade de cenários, que podem variar entre espaços completamente, abertos e expostos, até estruturas com algum grau de proteção. Tudo isto, aliado aos diferentes modos de atuação terrorista, aumenta a debilidade destes alvos, como refere a EUROPOL (2017, as cited in Cuesta et al., 2019).

Afirma Jashari (2018) que uma das principais medidas para combater estes fenómenos terroristas, passa pelos mecanismos de *soft target hardening*, consistindo no investimento de recursos e medidas, com o objetivo de reforçar a proteção dos alvos vulneráveis. Outros autores, como Frey e Ronhner (2009), apresentam a *intelligence* e a troca de informações como a melhor maneira de prevenir o fenómeno do terrorismo. Estando ambas as medidas intimamente ligadas, é importante reforçá-las com o investimento tecnológico, que está em evolução, o que obriga a uma permanente inovação dos padrões de segurança, (Silva, 2017).

Tais atos terroristas obrigam, também, a uma formação contínua por parte das entidades responsáveis pela segurança e funcionamento dos locais turísticos, no que toca à prevenção e resposta a atentados terroristas em alvos de proteção reduzida. Neste sentido importa analisar o

nível de formação e proteção por parte destes sujeitos, para que se possam construir pilares securitários fortes na proteção do património cultural.

Além do mais, Nascimento (2019), no seu estudo concluiu que não existe um procedimento consolidado na maioria dos equipamentos culturais para fazer face a uma ameaça terrorista, alertando para a falta de formação por parte dos funcionários numa resposta a um ataque terrorista. Na legislação que diz respeito aos espaços culturais, apenas a Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto² aborda o plano de segurança contra atentados terroristas, acabando por ser muito abstrata no que toca aos procedimentos nestas situações. Tudo culmina para a proteção dos espaços culturais e dos seus visitantes, onde a preservação e integridade destes espaços deve ser assegurada, conforme a Resolução n.º 2347 de 24 de março de 2017 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Aponta Kalvach (2016) a insuficiência de resposta da administração pública na segurança de todos os locais como algo preocupante para o futuro, reforçando a necessidade de os próprios *soft targets* adotarem medidas de segurança para si próprios. O autor enquadra, ainda, os monumentos nacionais, locais turísticos, praças e museus nos *soft targets*, dando conta que são áreas com uma elevada concentração de pessoas e onde o grau de segurança face a ataques terroristas é baixo. Alguns dos episódios que retratam a vulnerabilidade destes locais foram os ataques efetuados contra espaços turísticos³, provocando vítimas mortais, nomeadamente, os ataques ao Museu Nacional de Bardo, na Tunísia, ou ao Centro Cultural de Amara, na Turquia, em 2015, ou à Basílica de *Notre-Dame*, em Nice, em 2020.

Por forma a elaborar este trabalho de investigação, procedeu-se à divisão do mesmo em quatro grandes capítulos. No primeiro capítulo contruir-se-á uma base teórica respeitante à temática dos *soft targets*, conceitos chave relacionados com o tema para poder existir uma melhor compreensão deste fenómeno hodierno. São também abordadas neste capítulo, as metodologias de ataque usadas pela vertente terrorista, bem como as medidas que visam combater esta atividade disruptiva, que tanto é atraída por estes alvos vulneráveis.

² Aprova a lei quadro dos Museus Portugueses

³ *Global Terrorism Database* (n.d.b).

Posteriormente, averiguar-se-á quais os métodos de ataque e quais as medidas inexistentes que mais preocupam os participantes.

O segundo capítulo centrar-se-á a definição dos principais edifícios culturais, seguindo-se uma breve análise aos números do turismo em Portugal, de modo a justificar o impacto turístico em Portugal. Foi feita uma caracterização da zona turística de Belém, desde a vertente espacial aos números de visitantes registados pela DGPC nas atrações turísticas da zona de estudo em apreço. Por último, analisaremos a principal legislação nacional e internacional existente, destinada à proteção e preservação do património cultural.

No terceiro capítulo, é apresentada a metodologia adotada para este estudo de investigação, de entre os quais se define o *Corpus* e o instrumento de análise usado neste trabalho. Procurou-se, concretamente, perceber as opiniões de vários Diretores, Diretores de Segurança e dos seus Adjuntos de algumas atrações da zona de Belém, bem como a visão policial sobre o nível de segurança desta área turística contra ataques terroristas, onde no quarto capítulo se apresentam e discutem os resultados retirados da análise de conteúdo das entrevistas.

Neste sentido, define-se como pergunta de investigação: **Qual a preparação de segurança existente nos locais turísticos para prevenção e resposta a um atentado terrorista?**

Da anterior pergunta decorrem outras questões derivadas:

- i. Quais são as vulnerabilidades existentes no eixo turístico da zona de Belém que podem atrair a atenção terrorista? (Q1)
- ii. Qual é o nível de formação, na área de segurança, dos trabalhadores nos espaços turísticos que permita responder a um ataque terrorista? (Q2)
- iii. Quais são as medidas de proteção existentes e as mais eficientes a implementar para uma maior mitigação do risco da ação terrorista? (Q3)

Capítulo I – Abordagem concetual *soft targets*

1.1. A problemática dos *soft targets*

1.1.1. Definições e tipos de *soft targets*

Antes de nos debruçarmos sobre o extenso elenco de autores que abordam a temática dos *soft targets*, achamos ser pertinente esclarecer alguns conceitos e definições, para que melhor se possam perceber os objetivos do nosso trabalho de investigação.

De acordo com Elias (2018, p. 230), os alvos vulneráveis, também designados *soft targets*, podem ser considerados como um “espaço, instalação ou infraestrutura que careça de dispositivos de segurança robustos e que, por esse motivo é fácil de atingir”, resultando em locais de elevada aglomeração de pessoas, o que não permite uma garantia de maior segurança em relação a ataques terroristas (Kalvach, 2016). Embora não exista uma definição concreta para *soft targets*, muitos autores concordam que estes alvos traduzem uma elevada fragilidade devido à falta de medidas de proteção especiais, em contraposição aos *hard targets*, como refere Silva (2017). Podem, assim, considerar-se como “alvos fáceis ou facilitados e sobre o qual, pela sua tipologia, localização ou constituição, não recaem medidas especiais de proteção” (Silva, 2017, p. 5), podendo ser em lugares públicos ou até mesmo privados, desde que sejam relativamente atrativos e vulneráveis a ataques terroristas (Cuesta et al., 2019). Alguns exemplos destes alvos são elencados por certos autores, variando na caracterização dos *soft targets*. Para Elias (2018, p. 230), os *soft targets* podem ser “interfaces de transportes públicos, salas de espetáculos, escolas, locais de culto, hospitais, feiras e festas, zonas comerciais, concertos, eventos populares, zonas de interesse turístico”. Já para Kalvach (2016), existem ainda mais locais ou eventos que poderão configurar-se como alvos vulneráveis, destacam-se as reuniões e manifestações públicas, desfiles, peregrinações, hotéis, bibliotecas, cantinas, terminais aeroportuários e, até mesmo, centros comunitários. No fundo, todos os locais de concentração de público, aparentemente, desprotegido.

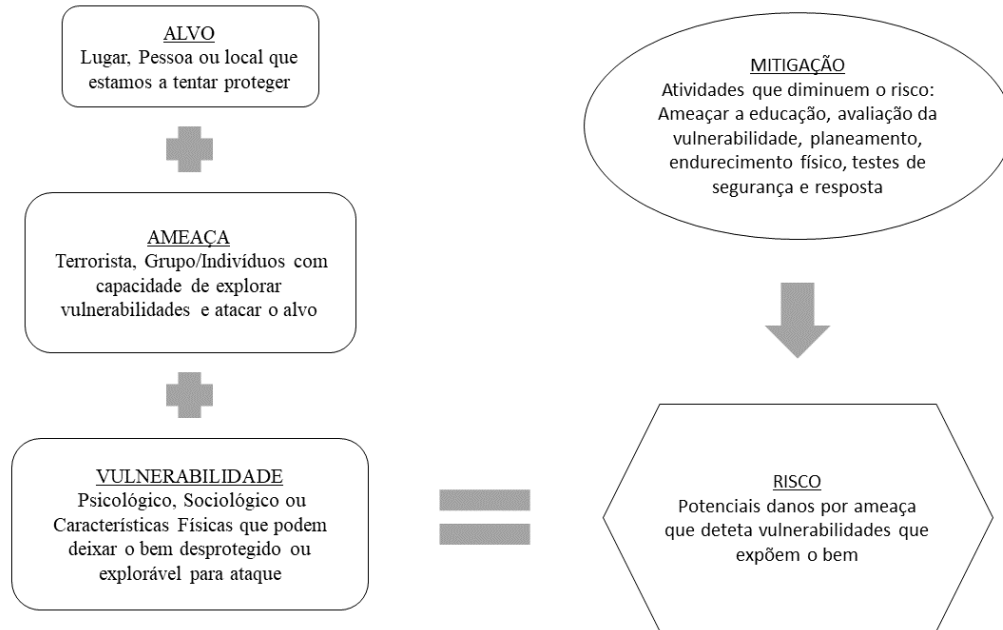
A grande lotação de pessoas no espaço aparenta ser, por unanimidade dos autores, um dos principais interesses da ação terrorista em *soft targets*. O sistema de planeamento e contraterrorismo, desenvolvido como estratégia do Departamento para as Comunidades e Governo Local (2012) do Reino Unido define lugar lotado (*crowded place*), como:

Local ou ambiente a que os membros têm acesso e que pode ser considerado potencialmente passível de um ataque terrorista em virtude da sua densidade de multidão. O que conta como um lugar lotado é uma questão de julgamento. Estes são uma vasta gama de locais, incluindo: estádios desportivos, pubs, clubes, bares, centros comerciais, ruas altas, atrações turísticas, cinemas, teatros e centros comerciais. Estes locais lotados podem encontrar-se em espaços abertos, como praças ou parques, podendo não ser considerado um local apinhado a todo o tempo – a densidade das multidões pode variar durante o dia ou noite, e pode ser temporária, como no caso dos eventos desportivos ou festivais. (p. 13)

Estes locais podem ter a eles associados outros atributos que pesam na atratividade da ação terrorista. O Comité de Contraterrorismo da Austrália e Nova Zelândia (s.d.) desenvolveu uma ferramenta de autoavaliação com o intuito de perceber qual a atratividade de certas localizações para um possível ataque terrorista, nomeadamente: i) o simbolismo da localização, se é um ícone histórico, religioso, cultural ou político; ii) a atração da localização e a alocação de público a qualquer momento do ano; iii) o acesso do público ao local numa base específica; iv) a densidade elevada de pessoas no local; v) a importância social do local ou evento para a nação ou Estado; vi) a influência no impacto económico para o Estado com interrupção no funcionamento deste local ou evento e; vii) o tipo de proteção/segurança presente no local (física, tecnológica ou humana) para a prevenção e controlo a um potencial ataque terrorista. Hesterman (2015), associa, ainda, a estas situações o impacto mediático, necessário para a expressão das ideologias terroristas, bem como a passagem de mensagens de instabilidade e incerteza para a vida dos cidadãos.

Há alguns autores e métodos que permitem averiguar a categorização de locais turísticos como *soft targets*, mas serão analisados mais à frente. É também necessário explorar a diferença entre ameaça, vulnerabilidade e risco, evidenciados na Figura 1 (Hesterman, 2017) e explanados nos próximos subcapítulos.

Figura 1. Modelo de ameaça, vulnerabilidade e risco

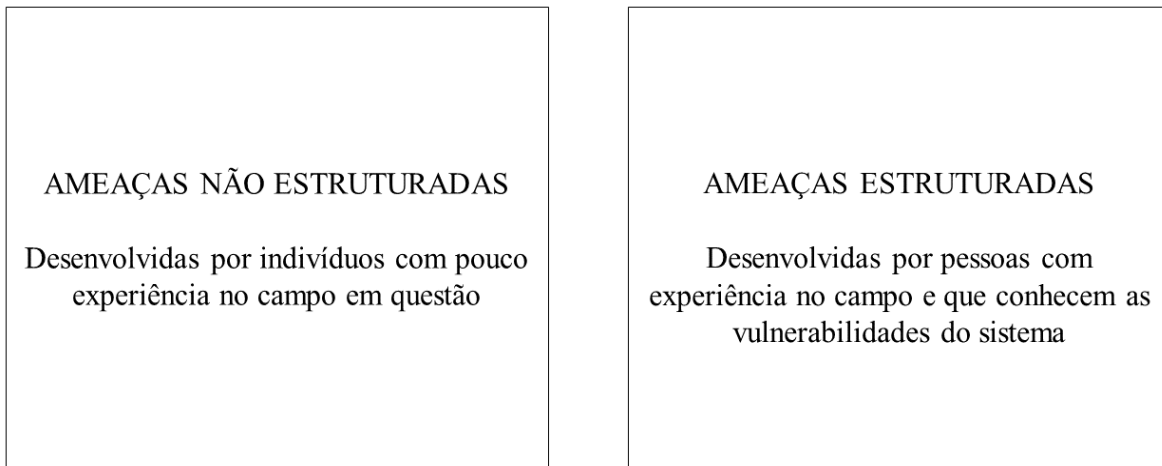


Nota. Relação estabelecida entre os conceitos. Fonte: Adaptado de “The psychology of soft targeting and our unique vulnerability”, de J. Hesterman, 2017, em “Soft targets and crisis management”, de M. J. Michael & J. Hesterman (Eds.), 1ª ed., pp. 9-27 (<https://doi.org/10.4324/9781315451091>). Copyright 2017 de Taylor & Francis Group.

1.2. A ameaça terrorista a *soft targets*

De acordo com Abomhara e Koein (2015), uma ameaça corresponde a uma disrupção na segurança e no seu sistema e que, geralmente, tem impactos negativos na ação. No fundo, pode ser considerada como uma “força ou acontecimento que pode degradar o potencial existente ou alterar um determinado *status quo*” (Couto, 1988, as cited in Fiães, 2014, p. 18), sendo definida através das possibilidades que um sujeito racional tem para perpetrar a sua intenção. Abomhara e Koein (2015) subdividem a ameaça em duas fontes: i) as ameaças naturais, que são causadas por fenómenos provenientes da natureza e; ii) as ameaças humanas, que são levadas a cabo por pessoas e que se dissimulam em ameaças internas, com o intuito de prejudicar um sistema e que se subdividem em dois tipos, conforme a Figura 2.

Figura 2. Categorização das ameaças humanas



Nota. Em ambos os casos, a referência à palavra “campo” equivale ao ambiente/situação concreta(o). Adaptado de Abomhara e Koein (2015) do seu estudo sobre cibersegurança. Fonte: Adaptado de “Cyber security and the internet of things: Vulnerabilities, threats, intruders and attacks”, de M. Abomhara & G. Koein, 2015, *Journal of Cyber Security*, 4(1), pp. 65-88 (<https://doi.org/10.13052/jcsm2245-1439.414>). Copyright 2015 de Journal of Cyber Security.

Olhando para o conceito de ameaça na vertente *security*⁴, Buzan e Hansen (2009, as cited in Brauch, 2011) formulam um estudo sobre a segurança internacional, onde incluem nesta as ameaças internas e externas. Esta inclusão ganha expressão pouco depois do fim da Guerra Fria, devido ao processo de globalização e que trouxe uma nova dinâmica de perigos e ameaças, que assistimos ainda nos dias de hoje. Neste processo de qualificação é importante olhar para os fatores necessários para que se concretizem as ameaças intencionais, designadamente: i) a intenção (as expectativas e os desejos) dos sujeitos; ii) os meios (as capacidades e recursos para realizar a ação) e os fatores inibidores dessa ação (ex.: “características do terreno” (Torres, p. 15)) e; (3) a oportunidade (condições mínimas que permitam a realização dos objetivos ou da ação, inicialmente, pensada) (Torres, 2015; 2018). As ameaças hodiernas são “altamente imprevisíveis e destruturadas”, conforme Torres (2018, p. 14), encaixando-se nestas as de índole terrorista, pelo que não podem ser desconsideradas nos tempos hodiernos e voláteis, conforme

⁴ De modo simples, o termo *security* diz respeito à proteção contra ameaças, minimamente, planeadas e prejudiciais, enquanto que o termo *safety* refere-se a efeitos causados por ameaças involuntárias (incidentes, por exemplo), conforme Sattler et al. (2011).

o PAAPEPUE (Comissão Europeia, 2017), que estabelece algumas medidas (ver Anexo III) para responder à inovação das técnicas e dos *modi operandi* terroristas.

Esta ameaça tem associado a ela exigências específicas, sendo a violência muitas vezes projetada para alvos civis, já que um dos objetivos dos ataques é obter a maior mediatização possível e assim semear o medo no público (Jenkins & Johnson, 1975). Para enfrentar esta ameaças, as FSS, mais concretamente os seus decisores policiais, têm de adaptar constantemente o policiamento à realidade volátil destas ameaças, que eram inexistentes no início da sua formação policial e que são um verdadeiro desafio (Ratcliffe, 2008).

Este tipo de ações terroristas e a própria criminalidade associada aos locais turísticos causa um enorme impacto nas decisões dos turistas, devido à cultura do medo criminal, conforme Botterill e Jones (2010). A presença destes crimes nos sítios turísticos, também conseguem ameaçar a reputação e “proporcionar aos decisores políticos e administradores governamentais o desenvolvimento de outros dilemas” (Botterill & Jones, 2010, p. 226), reestruturando estes locais nos casos onde a criminalidade seja mais violenta e recorrente. Assim, o “crime, a desordem pública, a agitação política e o terrorismo” são de extrema importância para o controlo do fluxo de pessoas na indústria turística (Mawby, 2014, p.1), sendo relevante perceber quais são as recompensas e acessibilidade a estes alvos. É importante realçar que os principais fatores/ameaças que causam efeitos controversos no turismo são mesmo a instabilidade política e o terrorismo (Lee et al., 2018), sendo da responsabilidade do governo criar políticas de segurança (Newburn, 2008) e do SIS analisar⁵, identificar e avaliar os graus destas ameaças, de modo a estabelecer um padrão de estabilidade neste setor económico. É importante frisar que neste processo de avaliação existe uma escala comum de avaliação de ameaça terrorista, para personalidades (altas entidades) que visitem a UE, sendo da responsabilidade dos EM analisar e prevenir incidentes terroristas que possam acontecer, conforme o Recomendação⁶ do Conselho Europeu de 6 de dezembro (2001).

⁵ De acordo com o PCCCOFSS.

⁶ Recomendação do Conselho de 6 de dezembro de 2001 sobre a criação de uma escala comum de avaliação da ameaça para as personalidades oficiais em visita à União Europeia (ver Anexo IV)

No que diz respeito ao estudo que pretendemos desenvolver, abarcamos a ameaça humana estruturada e intencional nos casos em que os indivíduos com intenção criminosa percebem as vulnerabilidades do espaço e se aproveitam das mesmas para perpetrar, deliberadamente, um ataque terrorista.

1.2.1. Vulnerabilidades

De acordo com o dicionário Português, *online*, Priberam, vulnerabilidade traduz a “qualidade de ser vulnerável” e que, facilmente, pode ser influenciado ou atacado. Esta pode ainda ser definida como uma incapacidade que a sociedade tem de impossibilitar ou prevenir perigos, de evitar uma ameaça que está prestes a acontecer ou situação de permanente convivência com as condições de perigo (Riordan, 2002, as cited in Brauch, 2011). Para melhor compreendermos este termo, Bastroom (2019), identificou quatro tipos de vulnerabilidades civilizacionais:

- **Tipo 1 (*Easy Nukes*):** são aquelas que permitem aos indivíduos ou grupos causar destruições em massa, devido à sua facilidade de acesso. No fundo a vulnerabilidade existe quando é necessária uma facilidade moderada para causar impactos extremos. Neste caso, as variáveis “facilidade” e “impacto” apresentarão uma relação inversamente proporcional e “quanto maior a destruição/impacto do acidente, menor será a facilidade necessária para o causar.” (p. 4);
- **Tipo 2a (*Safe First Strike*):** Vulnerabilidades que surgem de ações conducentes a um impacto/destruição, que são suportadas por fortes incentivos. Neste caso, a ação torna-se um incentivo, devido ao impacto que pode causar, independentemente, da facilidade com que se pode executar;
- **Tipo 2b (*Worse Global Warming*):** Neste caso, as vulnerabilidades surgem de atores de menor relevo que recebem incentivos para tomarem “algumas medidas pouco prejudiciais que contribuem ligeira e cumulativamente para tornar o problema grave para a civilização” (p. 7);
- **Tipo 0 (*Surprising strangelets*):** Existe uma vulnerabilidade oculta que “o resultado, por defeito, quando descoberto é, inadvertidamente, uma devastação civilizacional” (p. 7).

Vários autores associam a vulnerabilidade a uma espécie de construção social, que congrega a deficiência com a fragilidade e a necessidade de ser protegido (Brunch, 2017). Este termo congrega uma espécie de anomalia, capaz de fragilizar qualquer sistema social, mas que, ao mesmo tempo, está representada como uma “condição humana universal” (Brunch, 2017, p. 9). Estas condições de vulnerabilidade começaram a ganhar ênfase desde que se começaram a produzir explosões nucleares, na Segunda Guerra Mundial, para a destruição de vidas em massa (Bostrom, 2019), embora a expressão maior deste termo tenha sido valorizada a partir dos atentados do 11 de setembro de 2001, ao *World Trade Center* e ao Pentágono (Butler, 2004, as cited in Han, 2018). Este ponto de viragem, enfatizou, ainda mais, a interdependência que existe entre o estado de normalidade e a exposição ao ‘outro’, revelando uma grande fragilidade para a vida quotidiana (Han, 2018).

A reunião de pessoas num local turístico aumenta a atratividade e vulnerabilidade para a ação terrorista, tal como evidenciam alguns autores (Ritcher & Waugh, 1986; Jaakson, 2004, as cited in Botterill & Jones, 2010), mas também para a ação criminal. Existe uma especial vulnerabilidade para os turistas sofrerem crimes contra a vida e a propriedade, nomeadamente: i) roubos; ii) furtos; iii) fraude e; iv) outros crimes relacionados com veículos (Botterill & Jones, 2010). Segundo Elias (2019) a vulnerabilidade pesa na escolha dos locais para a perpetração de ataques terroristas e destas atividades criminais, devido à sua fácil acessibilidade e menor capacidade e presença operacional.

Por tudo isto, é necessário identificar as principais vulnerabilidades das atrações turísticas, por forma a mitigar o risco de ataque. Neste estudo elencar-se-ão as vulnerabilidades que são de fácil acesso para os sujeitos terroristas e, se aproveitadas, poderão causar um grande impacto negativo para o normal funcionamento da sociedade (tipo 1 - *easy nukes*).

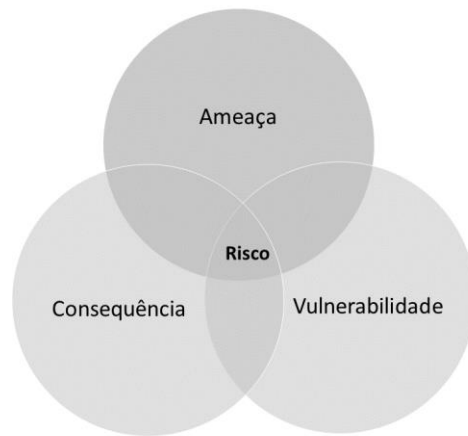
1.2.2. Riscos

No mundo hodierno, o risco ganhou um estatuto e uma posição no quotidiano de cada um. Sabemos que a nossa sociedade apresenta vários riscos, intitulando-a Wilkinson (2009, p. 40) como uma “desordem coletiva movida pelo risco”. De facto, este risco societário é portador de maiores inseguranças e incertezas, sendo “social, espacial e moralmente diferentes em ordem e consequência dos que veem confrontados pelas gerações anteriores” (Wilkinson, 2009, p. 40).

Embora a sociedade tenha cada vez mais recursos, que permitem um melhor e maior planeamento e investimento securitário, será sempre impossível anular o risco existente na materialização de uma ameaça (Torres, 2015), por isso é necessário reduzir ao máximo a possibilidade de se concretizar. É importante definirmos o conceito de risco, com o intuito de desdobrá-lo e entender como conduz a ação terrorista, para melhor conseguirmos perceber o problema de investigação.

Não existe uma definição consensual de risco, mas Baybutt (2017), apresenta uma definição completa de risco como uma espécie de medida de determinadas consequências, que comporta a probabilidade de um(s) certo(s) evento(s) vir a acontecer, tendo a ele associado a(s) incerteza(s). O mesmo é definido “no processo de segurança em função da gravidade de um evento perigoso, que tenha impacto nos recetores mais preocupantes, tais como instalações pessoais, membros do público e o próprio ambiente” (Baybutt, 2015a, p. 1). O risco de segurança abarca vários conceitos para que possa existir na sua avaliação, nomeadamente, a ameaça, a vulnerabilidade e as consequências, conforme observamos na figura 3.

Figura 3. Componentes do risco de segurança



Nota. Adaptado de “Security vulnerability analysis: Protecting process plants from physical and cyber threats”, de P. Baybutt, 2015a, em “*Security Risk Assessment*” de G. Reniers, N. Khakzad, & P. V. Gelder (Eds.), 1ª ed., pp. 32-74 (<https://doi.org/10.1515/9783110499087-003>). Copyright 2015a de De Gruyter.

Existem vários tipos de riscos se olharmos para vários fatores de caracterização. Em relação à natureza, conforme Hoogeveen et al. (2004), estes podem dividir-se em: i) riscos

naturais, que são os que provém de ações não realizadas por humanos e; ii) riscos humanos, sendo resultantes de ações humanas. Os riscos humanos podem ainda enquadrar-se como: i) idiossincráticos, afetando os indivíduos de uma forma não relacionada; ii) covariantes, cujos os mesmos apresentam uma correlação de afetação entre os sujeitos e; iii) repetidos, pois prolongam-se, periodicamente. Já Torres (2015), defende a existência de um risco estrutural, associado à vertente de imprevisibilidade, revelando que é “aquele que permanece ativo independentemente da taxa de esforço garantida para o contrariar” (p. 15), sendo algo omnipresente para o público em geral.

A globalização do risco origina determinados efeitos psicológicos, provocando níveis significativos de ansiedade na própria sociedade (Beck, 1992). Por isto, revela-se necessário perceber quais as fontes e causas do risco, os eventos que pode despoletar, bem como as suas consequências (Baybutt, 2017). Neste campo, é relevante que os profissionais da área da segurança avaliem frequentemente o risco, por forma a auxiliar à tomada de decisão da hierarquia de comando a estabelecer medidas de combate a estes fenómenos não estruturantes. Um dos métodos para avaliar o risco existente num determinado momento é o recurso a matrizes de risco (ver Anexo V). Baybutt (2015b), refere que o papel destas escalas passa por fornecer uma orientação inicial da decisão, não devendo revestir uma vinculação direta dos decisores a estas mesmas, reforçando que não devem ser usadas, isoladamente, para tomar decisões, onde impera o senso comum, com o objetivo de melhorar os métodos de mitigação de riscos em locais vulneráveis à ação terrorista.

Em relação aos riscos associados ao terrorismo, Morgan (2004, as cited in Elias, 2019) refere que estes, na atualidade, carregam consigo um maior efeito destrutivo, sendo suscetíveis de provocar danos de maior magnitude, intitulando-os de “cultura de suicídio”. Olhando para o RASI (Relatório Anual de Segurança Interna) (Ministério da Administração Interna, 2020) é possível constatar que existe um moderado⁷ interesse da ação terrorista em Portugal e para a UE, implicando um conseqüente acréscimo no risco de radicalização de cidadãos nacionais em ideologias terroristas. Não esquecendo que estes atos terroristas têm ganho outras formas,

⁷ No ano de 2017, 2018, 2019 e 2020, o nível de ameaça terrorista manteve-se no nível moderado, de acordo com os respetivos RASI's (Ministério da Administração Interna, 2017; 2018; 2019; 2020).

nomeadamente, ciber espaciais, devido à maior eficiência de treino e ao facto das organizações terroristas (OT) se exporem menos ao risco de serem desmanteladas, consoante Moniz (2019). Estas linhas de ataque, para além de afetarem o ambiente social, são capazes de abalar outros setores, como a economia, representando riscos para o ambiente empresarial e o seu exponencial crescimento (McIntosh, 2015).

Nesta investigação, pretendemos abarcar os riscos humanos, covariantes que têm como objetivo afetar a sociedade através de danos elevados na estrutura social, pela maior exposição das ações terroristas, tendo em conta a sua permanente presença e a inerte ação de o neutralizar a todo o momento.

1.2.3. Conceito e *modus operandi*

A escalada de terror na população provocada pelo terrorismo não surgiu nos dias de hoje (Chaliand & Blin, 2004, as cited in Casimiro, 2019). Porém, foi fortemente impulsionada pelos atentados do 11 de setembro de 2001 e por outros ataques perpetrados na Europa e no mundo desde então (Pereira, 2019). A radicalização começou, assim, a ganhar expressão pelo mundo, tendo a internet e as próprias redes sociais sido um dos principais impulsos para este fenómeno (Duarte, 2013), devido à facilidade de comunicação e partilha de ideologias radicais, o que simplifica o recrutamento de indivíduos. Não existe uma definição concordante para a radicalização, podendo dizer-se que é uma espécie de processo que leva à violência política (Elias, 2018). Assim, quer o terrorismo, quer a radicalização fazem parte do nosso quotidiano, afetando as nossas decisões e ações (ainda que estejam, maioritariamente, presentes no nosso inconsciente) (Moniz, 2019), sendo importante escrutinar o conceito de terrorismo, quais as suas consequências e como poderá afetar o setor turístico em Portugal.

O terrorismo pode ser entendido como um evento que está intimamente ligado a determinadas imagens que provocam emoções e produzem sentimentos fortes, de horror e de medo no ser humano e (Moniz, 2019). O Dicionário do DOD⁸ (2021), estabelece terrorismo como “o uso ilegal da violência ou ameaça de violência, muitas vezes motivada por motivos

⁸ Dicionário de termos militares e associados, do Departamento de Defesa dos EUA que contém doutrina para as FA do mesmo país.

religiosos, políticos, ou outras crenças ideológicas, para inculcar o medo e coagir indivíduos, governos ou sociedades em busca de objetivos terroristas”, nunca legitimado pela lei. Segundo Schmid e Jongman (s.d. as cited in Chaliand & Blin, 2007) existem, pelo menos, 109 (cento e nove) definições de terrorismo, recolhidas de autores académicos, pelo que foi possível destacar certos elementos coincidentes nestas definições: i) 83,5% inclui a violência neste ato; ii) 65% inclui os objetivos políticos na definição; iii) 51% inclui a intenção de medo e terror na ação terrorista; iv) 21% dos autores afirma que, no conceito de terrorismo, encaixa a arbitrariedade e indiscriminação e; v) 17,5% refere na definição a neutralização ou danos em vítimas civis. Como é possível observar, este termo não é fácil de definir, já que existem alguns critérios para a sua conceção, desde os meios ao próprio contexto social e político (Casimiro, 2019), o que cria uma ambiguidade de consenso no seu enquadramento jurídico, embora estes atos sejam considerados como crime, no panorama geral internacional. É importante existir uma delimitação nesta definição, para que hajam mecanismos claros de punição criminal (Casimiro, 2019), por isso há que olhar para o terrorismo quotidiano, bem como as suas dinâmicas, para se perceberem melhor estes eventos.

Existe uma intensificação dos fenómenos extremistas, quer a nível dinâmico, quer a nível tático. Estas ações terroristas, há muito que deixaram de fazer parte de um sítio específico do globo, surgindo um tipo de terrorismo transnacional, renovando a necessidade de reafirmar e validar uma determinada realidade cultural (Joffé, 2019). Este tipo de terrorismo traz novas abordagens nas suas consequências imediatas da ação, aparentando ser mais destrutivo, procurando recorrer a formas que desafiam a própria racionalidade humana, existindo a necessidade de fusão da SE com SI, para combater o terrorismo, (Elias, 2013). Destarte, a nova organização do terrorismo não se conjuga totalmente com a ideologia religiosa, que remonta aos anos 70, antes se baseia numa “rede internacional de células e de apoio ligeiramente conectadas, em vez de se organizar de forma hierarquizada, piramidal e de possuir uma estrutura de comando e controlo localizada num Estado ou região específica” (Gofas, 2012, as cited in Elias, 2019, p. 86), embora ainda existam motivações religiosas em alguns ataques, estas já não serão as dominantes nos dias de hoje.

O *modus operandi*⁹ terrorista segue, também, esta ideia de mudança preconizada pelo novo tipo de terrorismo adaptado aos tempos modernos, como abordado anteriormente. Existe hoje uma procura por meios que sejam de relativa facilidade de acesso, bem como de execução, por forma a provocar o maior efeito destrutivo a baixos custos (Bouchard, 2018). Tudo isto gera uma maior onda de choque, pela maior imprevisibilidade da utilização de meios que estão acessíveis a todos os cidadãos (Bouchard, 2018), onde associado à hipermediatização dos OCS, as causas terroristas ganham uma maior pujança, pela partilha de conteúdo informativo, cativando outros sujeitos (*copycats*¹⁰), a aderir a estas ideologias extremistas (Franco, 2019). Perante isto, Elias (2019, p. 96), refere que existem vários *modi operandi* que são de levar em conta, desde a:

Utilização de uma viatura, de armas de fogo automáticas, de engenhos explosivos improvisados, de armas brancas ou de diversos destes meios conjugados, atingiram direta e indiretamente de forma estratégica alvos com enorme concentração de pessoas, a fim de provocarem um elevado número de vítimas.

Perante todas as adversidades abordadas neste capítulo, existe, com certeza, uma determinada restrição da liberdade dos cidadãos, já que nos países mais fustigados pelo terrorismo, impera algum receio, no que diz respeito à frequência de determinados locais (Pereira, 2019). Isto porque, o terrorismo é uma ameaça concreta, sendo necessário combatê-lo e responder o mais prontamente possível a este problema, mesmo que implique a restrição dos seus Direitos Fundamentais e fazendo com que os cidadãos julguem adequadas e legítimas estas restrições (Duque, 2015).

Assim, torna-se necessário combater este fenómeno através da adoção de medidas que melhor protejam as pessoas e os locais turísticos, nomeadamente os que se dedicam à divulgação cultural. O presente trabalho de investigação, visa perceber qual o *modus operandi* mais

⁹ Método, operação ou técnica usado(a) para levar a cabo um determinado comportamento ou missão (Corvasce & Paglino, 2001).

¹⁰ Vulgarmente designados como os imitadores de ações.

frequentemente usado em ataques terroristas e que pode ser perpetrado no setor turístico, bem como perceber qual a melhor forma de prevenir o acesso dos atacantes ativos a locais turísticos.

1.2.4. O atacante ativo

O fenómeno de *active shooter* (atacante ativo), diz respeito a "um indivíduo, ativamente, empenhado em matar ou em tentar matar pessoas numa área confinada e lotada" (U.S. Department of Homeland Security, 2010, as cited in Klassen et al., 2018). Estes indivíduos utilizam armas, quer sejam de fogo, armas brancas, de punho, etc., não existindo um método específico para a seleção de vítimas (Sattler et al., 2011), sendo caracterizado por ser uma ação rápida, culminando, maioritariamente, no suicídio do agressor (Lankford, 2012, as cited in Conceição, 2021).

Este *modus operandi* é recente e está muito ligado à realidade norte-americana, começando já a surgir, pontualmente, na Europa (Jacobs et al., 2013). As leis existentes nos planos de segurança, como as de incêndio e resgate, não se têm revelado suficientes para responder a este tipo de ataques (Jacobs et al., 2013) e minimizam as possibilidades de sobrevivência das vítimas. Atualmente, a evolução e permanente adaptação dos serviços públicos revela-se muito adequada para responder a determinadas situações, nomeadamente, as FS (Egnoto et al., 2018). Falando de outra forma, a Polícia, tem meios suficientes e treinos adaptados para responder a um *active shooter*, revelando mais capacidades para neutralizar ameaças de curta do que longa duração (Egnoto et al., 2018), existindo necessidade de melhorar comunicações sobre este tipo de ameaças. O Consenso de Hartford elaborou um tipo de resposta crítica, sistematizada e sequencial por parte dos profissionais de segurança e emergência para este tipo de ataques, designando-a THREAT (Egnoto et al., 2018). O acrónimo decompõe-se da seguinte forma: i) suprimir a ameaça (*Threat*); ii) controlar a hemorragia (*Hemorrhage*); iii) extração rápida de proteção (*Rapid*); iv) avaliação médica (*Assessment*) e; v) transportar para cuidados (*Transport*). Sendo que os procedimentos a serem realizados pelas vítimas (civis) é diferente, conforme o Anexo VI.

Nem a NEP (Norma de Execução Permanente) dos ITP's (Incidentes Tático-Policiais) (NEP n.º DN/AUOOS/DO/01/11, de 05 de janeiro de 2009), nem o PCCCOFSS (Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança) abordam

qualquer ponto sobre os atacantes ativos, nem uma definição concreta deste conceito. Embora este tipo de ataques se enquadre num ITP grave (ver definições no Anexo VII), já que envolve o emprego de armas e um risco para a vida e integridade física de uma pluralidade de pessoas (Lei n.º 53/2008, art.º 18.º, n.º 3). Neste tipo de ataques, poderão ser ativados os recursos especializados da PSP (Polícia de Segurança Pública) para a resolução da ocorrência, ainda que estes documentos se manifestem insuficientes em clarificações e atuação, nas situações de atacantes ativos (Malheiro, 2015). Estes documentos necessitam, assim, de uma atuação mais padronizada e detalhada nos casos que envolvam *active shooters*, podendo ser colmatadas com o aperfeiçoamento dos protocolos de atuação, que “simplificariam, não só a tomada de decisão entre conter e isolar ou intervir e neutralizar, mas também confeririam a esses mesmos elementos uma maior segurança e confiança na atuação” (Malheiro, 2015, p. 44), dando uma melhor resposta a estas novas ameaças.

1.2.5. As ameaças híbridas e a multiterritorialidade de segurança

O aparecimento de novos métodos terroristas, obriga à redefinição de políticas de segurança, devido à sua complexidade, que transborda para o cariz internacional (Fernandes, 2014). Assim os principais “elementos causadores das crises e dos conflitos são a incerteza, a imprevisibilidade, a transnacionalidade, a multi-causalidade, a globalidade e a mutabilidade” (Fernandes, 2014, p. 20), levando à adaptação da segurança interna aos contextos internacionais (Elias, 2013), extravasando e articulando os níveis securitários nacionais com o das OI, cujo objetivo será tornar a resposta muito mais eficaz contra as ameaças que surgem na “nova agenda de segurança” (Fernandes, 2014, p. 21).

Como referido anteriormente, o terrorismo molda-se aos tempos, apresentando outras formas de expressão para levar a cabo os seus objetivos, coagindo o próprio Estado de Direito (Moniz, 2019). Desta conclusão, podemos enquadrar o terrorismo como uma ameaça híbrida (AH), dado a OTAN¹¹ (2016) considerar este tipo de ameaça como uma “combinação ampla, complexa e adaptável, de meios convencionais e não-convencionais e de medidas militares, paramilitares e civis, encobertas e abertas, utilizadas de forma integrada por atores estatais e não

¹¹ Designação portuguesa da NATO.

estatais para alcançar os respectivos objetivos”. Para além desta definição da OTAN, O *Híbrid CoE*¹² (s.d.) refere que estas podem ser um conjunto de ações, planeadas, organizadas e conjuntas que têm como foco na afetação das instituições dos Estados democráticos através da exploração das suas vulnerabilidades, utilizando um vasto leque de meios (políticos, civis, de informação, etc.). Por outro lado, a *Multinational Capability Development Campaign*¹³ (2019, as cited in Alves, 2020) refere que um dos objetivos das ameaças híbridas é a afetação gradual da sociedade ou de uma parte dela, não tendo como intenção provocar uma resposta armada. Já outros autores referem que este tipo de ameaças tem como objetivo criar “uma desestabilização política e social, refletindo este impacto nos governos e instituições adversárias, criando o caos e um vácuo no poder” (Duarte, 2020, p. 2).

A definição de ameaça híbrida é recente, tendo aparecido na literatura no ano de 2008, pelo Chefe do Estado Maior do Exército (CEME) dos Estados Unidos da América, sendo incorporada em 2010 pela literatura da NATO, o que revela a emergência deste tipo de ameaças atualmente. Conforme o *Híbrid CoE* (s.d.) estas ameaças caracterizam-se por serem: i) ações coordenadas que atacam as vulnerabilidades democráticas; ii) atividades que exploram os limiares da atribuição e deteção, bem como certas interfaces (interna/externa, nacional/internacional) e, iii) operação cujo objetivo passa por manipular a própria tomada de decisão. As AH podem ser cinéticas e não cinéticas (Duarte, 2020): i) são cinéticas quando “uma ação militar ou não-militar, tem um impacto físico direto, com possível uso de força letal” (Duarte, 2020, pp. 2-3), podendo não ser um ato bélico; ii) já as não cinéticas, encontram-se no campo das perceções e condicionamento, sendo mais vastas que as cinéticas, já que têm o objetivo de provocar uma ação/reação em terceiros, através de uma ação direta (Duarte, 2020).

Estas ameaças híbridas (AH) podem ser levadas a cabo com a utilização de armas (NRBQ, fogo, etc.), com o intuito de causar perturbações na ordem e paz sociais (Pereira, 2018, as cited in Alves, 2020). Para além destas características, Traverton et al. (2018) elencam vários tipos de AH, desde: i) ataques cibernéticos; ii) sequestros; iii) organizações paramilitares; iv)

¹² Organização internacional independente, baseada em rede, e que tem como fim combater as ameaças híbridas.

¹³ Campanha de Desenvolvimento de Capacidades Multinacionais (é uma campanha criada pelo Ministério da Defesa do Reino Unido, para desenvolver novas e eficazes capacidades, estabelecer parcerias, realizar operações conjuntas internacionais e partilhar recursos), conhecida como MCDC.

conflitos; v) refugiados (emigração); vi) pirataria; vii) desinformação/internet/redes sociais; viii) religião; ix) instabilidade social/política; x) crime organizado transnacional; xi) terrorismo; etc. Desta forma, o terrorismo é encarado como uma tipologia das AH (Treverton et al., 2018), fazendo com que este fenómeno tenha uma elevada potencialidade em tornar-se um conflito, sem uma declaração integral de guerra (Fridman, 2019).

O modelo convencional usado para a resolução de determinados problemas/ameaças baseava-se no “*just in time*”¹⁴, ou seja, só quando chegasse o ponto de inevitabilidade é que se atuaria (Ferris, 2017). Tal solução tornava as instituições e os Estados reféns da própria sensibilidade, dado deixarem surgir estas ameaças sem lhe atribuírem a devida importância, o que facilitou a disseminação e agravamento de certas situações (Ferris, 2017), como as ciberameaças. Diante disto, pode afirmar-se que a segurança dos Estados e das nossas sociedades, que há bem pouco tempo assentava num termo demasiado restrito, se revela insuficiente para as AH (Fernandes, 2014). Neste sentido, nenhum Estado consegue responder isoladamente às necessidades de segurança, já que estas ameaças transcendem a própria fronteira física dos territórios nacionais (Fernandes, 2014), destacando-se, neste caso, os extremistas religiosos de carácter violento.

Desta maneira, assistimos à externalização da segurança interna¹⁵, dado que as “missões policiais da ONU, as missões no quadro da PCSD, a cooperação policial e judiciária ao nível da área de justiça e assuntos internos da UE e a cooperação técnico-policial entre os países da CPLP” (Elias, 2013, p. 1), são, nos dias que correm, ações bastante importantes para prevenir e reprimir a criminalidade organizada (ex. tráfico e proliferação de armas e o próprio terrorismo).

Tais modificações obrigam a uma permanente adaptação da formação, quer das FS, quer dos próprios funcionários do setor do turismo, para responder a estes ataques, como também, a uma permanente partilha de informações, a nível nacional e internacional, entre FS, FA e mesmo

¹⁴ Termo usado na área da administração que manda todas as ações serem executadas no tempo/hora exato (Torres, 2012).

¹⁵ “A segurança interna é a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática” (art.º 1.º, n.º1), que se desenvolve em “todo o espaço sujeito aos poderes de jurisdição do Estado Português” (Art.º 4.º, n.º 1) da LSI (Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto).

dos próprios responsáveis de segurança dos pontos turísticos (Nascimento, 2019; Elias, 2018). No que toca à formação antiterrorista, destaca-se a que é realizada fora do nosso país, evidenciada no estudo de Rigakos et al. (2019). Nos EUA, esta formação foi ministrada a trabalhadores de centros comerciais (ver Anexo VIII) por elementos das FS, formadores de organizações de segurança e a serviços da segurança interna (Rigakos et al., 2019), que lidassem diretamente com o funcionamento dos centros comerciais. Cerca de 38% referiu que a sua formação antiterrorista era adequada e 50% referiu que era inadequada para a realidade hodierna (Rigakos et al., 2019). Nas vigilâncias realizadas pelas equipas de segurança destes centros comerciais existia a ordem para estarem atentos a determinados sinais que podiam ser indícios de atividade terrorista (ver Anexo IX), sendo muito importante para a deteção precoce de futuros ataques (Rigakos et al., 2019), também conhecido como *behavioural detection* (Castro, 2018). Por estas razões, é relevante entender qual o nível de formação existente nas atrações turísticas para fazer face a um ataque terrorista em Portugal e averiguar a existência de uma formação policial e civil, a nível internacional, que seja capaz de enfrentar as novas AH.

1.2.6. A zona turística de Belém

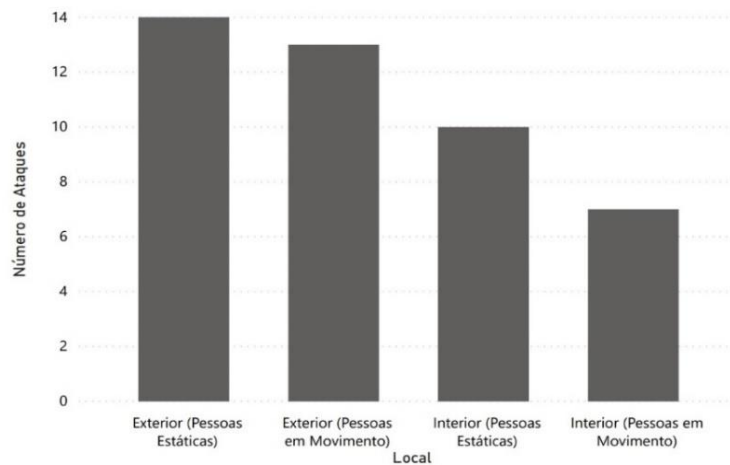
O ano de 2017 é um marco para a problemática dos *soft targets*, já que foi o ano de crescimento exponencial (ver Apêndice C) de ataques terroristas na Europa (Lapkova et al., 2018). O método de ataque mais usado pelos atacantes ativos foi o recurso a armas brancas (Lapkova et al., 2018), seguido da utilização de veículos de passageiros e de mercadorias para abaloamento de multidões (ver Apêndice D). Segundo alguns especialistas, este novo tipo de abordagem terrorista permanecerá por muito tempo, devendo apostar-se não só na segurança pública, mas também no reconhecimento da ameaça por parte da indústria privada, para que haja uma melhor contextualização dos *soft targets* (Orlob, 2004). As zonas turísticas, como já abordado, anteriormente, são potenciais alvos para a atividade terrorista, devido á sua reduzida segurança e a outros fatores¹⁶ (Ritcher e Waugh, 1987). Isto porque, embora a estrutura/atração

¹⁶ A comodidade e uso dos meios de transporte, o elevado número de turistas de língua estrangeira e de nacionalidades, as elevadas concentrações de pessoas, as grandes transações de dinheiro nas zonas turísticas e a hesitação da polícia em inibir os movimentos dos turistas estimula o aparecimento do terrorismo doméstico (Ritcher e Waugh, 1987).

seja considerada segura, a mesma só o é para a criminalidade geral, como crimes contra a propriedade e não é segura contra ataques violentos, como é o exemplo dos ataques terroristas (Lapkova et al., 2018). Posto isto, é relevante perceber se esta zona turística tem requisitos para que possa ser considerada como um *soft target*.

Existem métodos para determinar a categorização de alvos vulneráveis, sendo necessário utilizar os que despendem menor quantidade de tempo (Lapkova et al., 2018), neste caso, para a identificação desta zona como *soft target*, é importante olhar para a concentração de pessoas, a segurança/medidas contra ataques violentos e a atratividade da zona (Lapkova et al., 2018). Falando de número de visitantes, é necessário olhar para as infraestruturas existentes na zona de Belém, que num perímetro de 4,57 km concentra cinco¹⁷ grandes atrações turísticas Portuguesas, nomeadamente museus e monumentos nacionais (ver Anexo X). Segundo o *site* Cultura Portugal (2020), existem sete¹⁸ equipamentos culturais no eixo Lisboa-Ajuda-Belém (ver Anexo XI), o que se traduz num grande número de visitantes, onde algumas atrações turísticas chegam a superar um milhão de visitantes anuais (ver Apêndice E), sendo o Mosteiro do Jerónimos o mais visitado.

Figura 4. Número de ataques em locais interiores e exteriores na Europa (2017)



Nota. As posições estáticas e em movimento referem-se a pessoas na vertical (posição de pé). Adaptado de “Soft targets: Possibilities of their identification” de D. Lapkova, L. Kotek, & L. Kralik, 2018, em “29th DAAAM

¹⁷ Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Padrão dos Descobrimentos, Museu Nacional dos Coches, Centro Cultural de Belém e Museu.

¹⁸ O Palácio Nacional da Ajuda, o Mosteiro dos Jerónimos, o Museu Nacional dos Coches, o Museu Nacional de Arqueologia, a Torre de Belém, o Museu de Arte Popular e o Museu Nacional de Etnologia (Cultura Portugal, 2020).

International Symposium Week” de B. Katalinic (Chairs) (<https://doi.org/10.2507/29th.daaam.proceedings.053>). Copyright 2018 de DAAAM International.

Tudo isto torna a zona turística potencialmente ameaçada pela atividade terrorista, já que existe um grande movimento de pessoas fora e dentro das atrações, onde no exterior o número de pessoas é superior às que se encontram dentro dos monumentos e museus da zona, sendo o exterior (ver Anexo XII) o local mais apetecível para a realização de ataques (Lapkova et al., 2018), como indica o gráfico anterior.

No que toca ao critério da atratividade (Lapkova et al., 2018), o simbolismo ocidental, parece ser um dos alvos preferenciais dos atentados terroristas através de um multicritério usado para averiguar a preferência de alvos dos terroristas, com a aplicação do Método de *Fuller's* (ver Anexo XIII) chegando mesmo a superar o limite da escala de atratividade (ver Anexo XIV). Em relação à segurança contra ataques violentos, o processo de classificação apenas tem em conta a presença de elementos de segurança (FS ou seguranças privados), que plasmam o nível de preparação para responder a um possível ataque (Lapkova et al., 2018). Depois de todos os parâmetros calculados, são somados os valores e, se forem superiores a uma pontuação de 14, o local visado na análise é considerado como *soft target* (Lapkova et al., 2018).

Ao analisar a zona de Belém, percebemos que tem um elevado número de pessoas em movimento e estáticas, pelas filas de espera para atrações turísticas, lojas de alimentação, ou mesmo as paragens dos transportes públicos, obtendo uma pontuação de nove, na categoria da concentração de pessoas (Lapkova et al. 2018). No que toca a medidas de segurança, existe a presença de FS e de Seguranças Privados, podendo não corresponder a uma cobertura, total, de 24 horas, mas estão presentes, obtendo assim a pontuação de um. Já em relação à atratividade, os símbolos ocidentais¹⁹ são uma grande atração para a atividade terrorista (Lapkova et al., 2018), obtendo uma pontuação de 10,17, consoante a tabela (ver Anexo XIV). Conforme se observa, somando todos os valores obtidos nos três parâmetros, obtém-se um total de 27,17 pontos, ultrapassando os 14 pontos necessários para a classificação como *soft target* (Lapkova et al., 2018), o que coloca a zona turística de Belém como um alvo vulnerável à ação terrorista.

¹⁹ Locais simbólicos (Culturais, históricos ou económicos) situados em países ocidentais (Lapkova et al., 2018).

Ademais, os ataques terroristas que têm ocorrido no globo demonstraram que os ataques realizados em *soft targets* eram levados a cabo por diversos agentes, ao mesmo tempo (ou quase em simultâneo), em diversos locais de uma forma coordenada (Elias, 2013). Ao olhar para esta informação, a zona de Belém revela ser um sítio com potencial interesse para a perpetração de ataques, já que tem diversas atrações turísticas concentradas numa área, relativamente, pequena para a cidade de Lisboa. A ameaça da simultaneidade de ataques em alvos vulneráveis esteve presente aquando o ataque no restaurante de um hotel (*JW Marriott*) em Jakarta, onde esta possibilidade fez com que outros hotéis, fora da Indonésia (Índia e Austrália), adotassem medidas²⁰ de prevenção para um possível ataque (Orlob, 2004), podendo acontecer em Belém.

Por todas estas informações, é necessário perceber quais as vulnerabilidades existentes na zona turística em apreço e qual o nível de preparação/formação dos trabalhadores para responder a um ataque terrorista, isto porque em Portugal “tudo aponta no sentido de que, em matéria de meios de prevenção do terrorismo continuaremos a estar orgulhosamente sós, exibindo a bandeira de elo mais vulnerável do Espaço Schengen” (Pereira, 2019, p. 47). Embora o *Global Peace Index*²¹ (GPI), coloque Portugal na 4.^a posição a nível global, no ano de 2021²² (Institute for Economics and Peace, s.d), as ações dos terroristas estão a voltar-se para a capacidade de provocar o choque entre as populações, ultrapassando, por vezes, a intenção de baixas em massa (Orlob, 2004), podendo Portugal estar na mira dos grupos terroristas, devido ao seu valor histórico e ao sentimento de segurança impulsionado pela excelente classificação do IEP.

1.3. O contraterrorismo

Perante todos os problemas resultantes dos movimentos terroristas, é necessário criar respostas para conter este modo de expressão. O contraterrorismo (CT), diz respeito a um

²⁰ Buscas a veículos e utilização de detetores de metais (Orlob, 2004).

²¹ Índice composto que avalia a vertente pacífica dos países. Esta pacificidade é composta por 23 (vinte e três) indicadores qualitativos e quantitativos (escala de 1 a 5 para cada indicador), onde quanto menor for a pontuação, mais pacífico é o país em apreço (Institute for Economics and Peace, s.d.).

²² 15^a (décima quinta edição) do GPI, que avalia os países (163), conforme o seu nível de tranquilidade (Institute for Economics and Peace, s.d.).

conjunto de medidas ou estratégias, criadas, normalmente, pelos governos, forças militares e outras forças que visam combater a ação terrorista (Mullins, 2019). Neste contexto, existem vários diplomas, quer a nível europeu, quer a nível nacional, que delineiam objetivos estratégicos para os próprios Estados. A nível europeu, importa destacar a Estratégia da União Europeia de Combate à Radicalização e ao Recrutamento para o Terrorismo (EUECRRT) que complementa a Estratégia Antiterrorista da União Europeia (EAUE), onde o Conselho da União Europeia (2005) estabelece quatro pilares de antiterrorismo (ver Anexo XV): i) a prevenção, através do combate à radicalização e recrutamento de terroristas; ii) a proteção pela redução das vulnerabilidades nas infraestruturas; iii) a perseguição, para além da fronteira terrestre, sempre com respeito pelos DH e; iv) a resposta, por forma a minimizar as consequências do AT.

Já a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo²³ (ENCT), aposta em cinco objetivos (Anexo XVI): i) deteção, através da identificação precoce das ameaças terroristas; ii) prevenção, identificando as causas de radicalização; iii) proteção, pelo fortalecimento dos alvos vulneráveis (*Soft Target Hardning*²⁴); iv) perseguição, pela neutralização de células e de atividades terroristas e; v) responder, com todos os meios operacionais a um ataque terrorista.

Tais objetivos, pressupõem determinadas ações concretas, no que toca à prevenção do terrorismo dentro da UE. Alguns autores defendem que as medidas contraterroristas podem ir desde escutas nos telemóveis em campos de refugiados, passando pela identificação de falsos pedidos de asilo, para evitar a entrada de terroristas nestes campos de acolhimento, pela melhoria da interoperabilidade e deteção de terroristas já referenciados que tentem entrar no espaço europeu (Mullins, 2019), o uso de mecanismos que permitam a deteção de movimentos/comportamentos suspeitos²⁵ (Castro, 2018), até à criação de um manual de indicadores de riscos comuns para a deteção de indivíduos desconhecidos através da identificação baseada em indicadores de interesse, por um processo de filtragem (Mullins, 2019).

²³ Ponto 3 do anexo da RCM n.º 7-A/2015, de 20 de fevereiro.

²⁴ Mecanismo de prevenção criminal, através do reforço/fortalecimento da segurança física dos alvos, sejam pessoas ou estruturas (DLE, 2015, as cited in Conceição, 2021).

²⁵ *Behavioural detection* é um método cujo objetivo é detetar indivíduos com intenções hostis, através da observação comportamental (CPNI, 2020).

Neste complexo processo, o fluxo de informação revela-se uma ferramenta essencial nas medidas contraterroristas, destacando-se um reforço na capacidade dos serviços e na partilha de informações por parte das FSS nos últimos anos a nível nacional e internacional (Nacos, 2016; Pereira, 2019). A nível internacional, segundo Pereira (2019), destacam-se: i) o INTCEN, produtor de informação com natureza estratégica da CE; ii) um grupo informal sediado no Clube de Berna, onde estão reunidos vários representantes de serviços internos dos EM da UE e; iii) uma estrutura informal, que constitui uma UEPCT, com sede em Haia, destacada para partilhar informação em tempo real acerca de ataques terroristas (AT) ou possíveis ameaças e onde está presente a totalidade dos serviços internos da EU. Já no panorama nacional, esta partilha é assegurada, essencialmente, pelo PUC-CPI²⁶ responsável pelo fluxo de informação nacional e internacional, que contribui ativamente para as decisões das políticas antiterroristas no nosso país, para que estas possam ser o mais racionais possíveis.

Por vezes, estas decisões criam políticas de combate algo exacerbadas para a realidade, levando a elevados esforços para a prevenção do terrorismo, o que acaba por afetar os próprios valores dos Estado e os direitos e liberdades dos cidadãos e, por consequência, à criação de uma atmosfera de medo ou de repúdio e oposição aos decisores democráticos (Nacos, 2016). Esta adversidade é agravada pela liberdade de imprensa, por transmitirem a falsa mensagem que todo o tipo de sociedades são vítimas potenciais de AT, exacerbando o conceito imagético das células terroristas e cultivando uma cultura de adesão à radicalização (Franco, 2019). Para além destas situações, alguns Estados são veículos perpetradores de terrorismo, usando este modo para fins meramente políticos, mais frequentes no passado próximo e muito discutidos na imprensa²⁷ (Lewis, 2017). Conforme afirma a Comissão Europeia (2012) “é necessário reduzir as vulnerabilidades que podem ser exploradas pelos terroristas”, incluindo-se nestas a mediatização que tanto procuram com os seus atos.

²⁶ Art.º 23.º- A, da Lei 53/2008 (“o Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional (PUC-CPI) é o centro operacional responsável pela coordenação da cooperação policial internacional, que assegura o encaminhamento dos pedidos de informação nacionais, a receção, o encaminhamento e a difusão nacional de informação proveniente das autoridades policiais estrangeiras, a transmissão de informação e a satisfação dos pedidos por estas formulados”).

²⁷ Exemplo do espancamento seguido de inceneração a dois estudantes Chilenos, que protestavam contra o Governo de Pinochet, em 1986 ou o bombardeamento feito por Israelitas à organização Hamas, para evitar o rapto do Tenente Israelita Hadar Goldin, em 2014 (Lewis, 2017).

Antes de se abordar algumas medidas e estratégias policiais para o combate ao terrorismo, é necessário perceber quais são os pilares do contraterrorismo policial (Clutterbuck, 2018), já que são a base de orientação do nosso trabalho, são eles:

Tabela 1. Os quatro elementos do contraterrorismo

| | |
|-----------------------------|---|
| Responsabilidade da polícia | Segurança e proteção pública |
| Objetivos da polícia | Prevenir e responder |
| Papel da polícia | Deteção, investigação, dissuasão e resposta |
| Funções policiais | Investigações probatórias, operações de inteligência, patrulha uniforme/resposta inicial, resposta a incidentes/armas de fogo táticas e especialistas em reféns/sobrevivência |

Nota. Pilares e respetivos objetivos delineados. Adaptado de “Policing in counterterrorism” de L. Clutterbuck, 2018, em “*Routledge handbook of terrorism and counterterrorism*” de A. Sike (Ed.), 1ª ed., pp. 375-383. Copyright 2018 de Routledge.

Para que a polícia e as restantes forças de segurança possam realizar um bom trabalho preventivo no recrutamento terrorista, é necessária uma maior envolvência com a comunidade em geral (Cherney, 2018). Esta é uma importante parceria a ser estabelecida, pois reduz certas barreiras criadas pela população e aumenta a relação estabelecida com a polícia local, culminando numa espécie de amortecedor no combate ao terrorismo, já que se conhece melhor a realidade de um determinado contexto social (Cherney, 2018). Uma das medidas contraterroristas mais conhecida é a denúncia de atividades suspeitas por via telefónica, criando um único número exclusivo para estas situações, onde a população pode comunicar diretamente com a Polícia (Schulz., 2012). Contudo, existem algumas desvantagens nesta cooperação, nomeadamente, a incerteza do testemunho e relatos de atividades diversas, que não estão ligadas diretamente com o terrorismo, fruto de um público mais inconsciente dos problemas, tal como refere Bolz et al. (2012). No entanto, alguns Departamentos Policiais, como o do Departamento

de Polícia de Nova Iorque (NYPD), revela que o canal de ligação²⁸ é um sucesso, pela adesão do público nos últimos anos²⁹ (Bolz et al., 2012).

Destarte, os “papéis e funções do contraterrorismo policial estarão sujeitos a mudanças impulsionadas pela escala e âmbito das atividades terroristas” (Clutterbuck, 2018, p. 382), pelo que é necessário um permanente acompanhamento das informações policiais. Na presente investigação, analisar-se-ão as medidas contraterroristas existentes na área turística de Belém, por forma a perceber se as mesmas são eficazes e se são ajustadas à realidade. Recorrendo à consulta de vários especialistas com experiência nesta área, descodificar-se-ão que potenciais medidas antiterroristas se poderão adotar por forma a melhorar a segurança física destas estruturas, sendo o foco a prevenção e resposta a um ataque terrorista, olhando para a vertente *soft target hardning*.

²⁸ Linha direta da MTA: 1-888-NYC-SAFE.

²⁹ Esta linha recebeu em 2007 recebeu perto de 13.500 chamadas. Em 2006, foram recebidas quase 9.000 chamadas (apenas 18 destas, resultaram em detenções), conforme Bolz et al. (2012).

Capítulo II – Os locais turísticos do eixo de Belém

2.1. Os locais turísticos em Portugal

2.1.1. Os monumentos e museus nacionais

Os museus são considerados estruturas de uma elevada importância para um país, quer a nível social, quer cultural e educativo (Pinho, 2017), já que preservam boa parte do património cultural do nosso país. De acordo com o Art.º 3.º da Lei Quadro dos Museus Portugueses³⁰, um museu é considerado uma instituição cujo carácter é permanente e que pode ter ou não personalidade jurídica, não tendo fins lucrativos, possuindo uma estrutura organizacional que lhe concede:

- i. A garantia de um destino unitário para um conjunto de bens culturais e a sua valorização através da “investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdico” (al. a); e
- ii. A faculdade de acesso regular ao público, bem como a fomentação a “democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade” (al. b).

Tal como os museus, os monumentos culturais/nacionais, são considerados edifícios muito importantes para a identidade cultural de uma nação (Frey & Rohner, 2007). Por estas razões, é necessário proteger estas estruturas, bem como a sua área envolvente, por forma a garantir não só o normal funcionamento do setor turístico, como a segurança e proteção dos seus trabalhadores e visitantes. Uma medida importante para colocar um bom nível de segurança nos monumentos passa por uma política de reconstrução³¹, o que permitiria atenuar a atividade terrorista devido à diminuição dos efeitos duradouros do seu ataque nestas estruturas (Briggeman & Horpedahl, 2009).

³⁰ Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto.

³¹ Esta política consiste num compromisso dos próprios Governos em reconstruir os monumentos que são destruídos por ataques terroristas, reduzindo as ameaças terroristas (Briggeman & Horpedahl, 2009).

Ao consultar os relatórios de estatísticas de turismo do INE dos anos 2017 a 2020, podemos retirar os seguintes dados, relativos aos números absolutos de hóspedes, dormidas e deslocações de turistas no período temporal mencionado:

Tabela 2. Número de turistas em alojamentos e deslocações

| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020* |
|------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| N.º de Hóspedes | 21,3M | 19,8M | 20,5M | 29,5M | 11,7M |
| N.º de Dormidas | 59,6M | 55,7M | 56,6M | 77,8M | 30,3M |
| Deslocações | 20,2M | 21,2M | 22,1M | 24,5M | 7,8M |

Nota. O número de hóspedes e de dormidas, aqui representados em milhões, correspondem aos registos da generalidade dos meios de alojamentos turísticos de turistas estrangeiros e Portugueses. Já o número de deslocações dizem respeito ao total das deslocações realizadas em território nacional e para território estrangeiro. *Em relação ao ano de 2020, a diminuição dos números, relativamente a 2019, reflete o impacto da pandemia causada pelo novo Coronavírus (*SARS-CoV-2*). Adaptado de “Relatórios de estatística de turismo do INE”, de Instituto Nacional de Estatística, 2016-2020. Copyright 2020 de Instituto de Nacional de Estatística.

Olhando para a Tabela 2. é possível verificar uma tendência crescente de todos os números ao longo dos anos, atingindo um máximo no ano de 2019, colocando Portugal no (quinto) lugar nas reservas das plataformas³² turísticas (Lopes, 2021). Ainda, segundo o relatório de estatística de turismo do INE, do ano 2019, estima-se que neste mesmo ano chegaram a Portugal, mais de 24,6 milhões de turistas não residentes. A rede de portuguesa de museus é extensa, contando com um total de 161 museus e cerca de 816 monumentos classificados com monumentos nacionais, conforme a Direção-Geral do Património Cultural (s.d.a; s.d.b). Tendo por base os pontos turísticos existentes no nosso país, o Por Data (2019) revela os respetivos números de visitantes:

³² Nas plataformas privadas: *Airbnb*, *Booking*, *Expedia Group* e *Tripadvisor*.

Tabela 3. Número de entradas registadas em monumentos e museus

| | 2017 | 2018 | 2019 | 2020* |
|-------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Monumentos | 3.011.645 | 2.673.199 | 2.696.943 | 682.263 |
| Museus | 1.556.420 | 1.556.594 | 1.513.419 | 451.969 |
| Total | 4.568.065 | 4.229.793 | 4.210.362 | 1.134.232 |

Nota. *Foi colocado, somente, até ao ano 2020, devido à influência da pandemia de SARS-CoV-2 nos números do turismo. Adaptado de “Museus, palácios e monumentos da direcção-geral do património cultural: Visitantes” de PorData, 2022, maio 06, PorData (<https://www.pordata.pt/Portugal/Museus++pal%C3%A1cios+e+monumentos+da+Direc%C3%A7%C3%A3o+Geral+do+Patrim%C3%B3nio+Cultural+visitantes-388>). Copyright 2022 de PorData.

Como consta na Tabela 3., os monumentos apresentam um maior número de visitas/entradas de turistas (cerca de 59% do número de entradas total) do que os museus portugueses (cerca de 32% do número de entradas total), revelando ainda que a média do número total de visitantes, apresenta um crescimento anual de cerca de 6,4% nos monumentos e de 9,9% nos museus, segundo a Direcção-Geral do Património Cultural (2019). É relevante realçar que se denota uma influência nos números de 2020 e 2021, devido ao surgimento da pandemia do novo coronavírus (*SARS-CoV-2*), que conforme a agência de notícias Lusa (2021c), afetou o primeiro semestre de 2021, perdendo 68,7% dos visitantes face ao mesmo período do ano 2020, devido ao segundo confinamento em Portugal. Tudo isto evidencia o grande número de turistas que escolhem o nosso país como destino, sejam estrangeiros ou residentes nacionais, através das suas deslocações internas, sendo necessário proteger as infraestruturas e garantir a segurança dos sujeitos que visitam as atrações turísticas Portuguesas, contra ataques terroristas.

Existem monumentos Portugueses que fazem parte do Património Mundial da UNESCO, por isto é necessário perceber qual o seu enquadramento dentro desta organização. A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), “procura construir a paz através da cooperação internacional em educação, ciências e cultura. Os programas da UNESCO contribuem para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda de 2030, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2015” (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, s.d.).

A UNESCO surgiu da necessidade de reconstrução dos sistemas educativos nos países mais afetados pela Segunda Guerra Mundial (Bortolotto, 2015), desenvolvendo várias ferramentas para fortalecer as relações entre as nações a nível cultural e educacional, com o intuito de apostar na cooperação e desenvolvimento de políticas que permitam a vivência de cidadãos “livres de ódio e intolerância” (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, s.d.). No ano de 1972 surge a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural para a conservação e proteção do património cultural e natural, contra as novas ameaças convencionais. Tal diploma apresenta várias definições e elementos que são considerados como património cultural, enquadrando-se neste último os monumentos³³. Esta Convenção obriga, ainda, aos Estados identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir o seu património cultural e natural que se encontre no seu território, para as gerações vindouras (art.º 4.º), induzindo a proteção destas atrações turísticas às ameaças terroristas. O mesmo indica a Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial de 2002 (ver Anexo XVII), que refere o zelo pela preservação, proteção e pela cooperação para evitar qualquer atentado a esse património, que constitui um atentado para a humanidade (ponto 3, d).

Alguns autores consideram que os instrumentos para a proteção do património cultural sejam inadequados a nível internacional (Aikawa, 2004), sobretudo no que toca ao património cultural intangível, tendo sido adotada a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, em 1989, para tentar colmatar esta falha. Todavia, a Convenção preenche algumas das lacunas dos instrumentos normativos internacionais sobre o património (Aikawa, 2004), nomeadamente através do art.º 8.º (Anexo XVIII) que cria o Comité intergovernamental para a proteção do património mundial, cultural e natural, com o objetivo de proteger estruturas que tenham um valor excecional a nível universal. Deste modo, cada Estado deve remeter para o Comité uma lista dos bens do seu património cultural “no seu território e suscetíveis de serem inscritos na lista” (art.º 11.º, n.º 1). Esta lista deverá ser permanentemente atualizada e difundida, para que os restantes Estados conheçam quais os monumentos que são considerados património mundial da UNESCO (art.º 11.º, n.º 2). É relevante ter em conta que o valor

³³ “Obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência” (art.º 1.º).

patrimonial se altera ao longo do tempo, podendo reinventar-se, o que faz com que surjam alguns problemas no tocante à interpretação e reconhecimento do património cultural de cada país (Stiefel, 2018).

Em Portugal existem 17 (dezassete)³⁴ locais, considerados património mundial da UNESCO (Comissão Nacional da UNESCO, s.d.). Destes, para a nossa investigação, importa frisar dois, que são o Mosteiro do Jerónimos e a Torre de Belém, dois espaços turísticos, muito visitados em Portugal e que fazem parte da zona turística de Belém. Esta categorização como património mundial da UNESCO potencia a atratividade da ação terrorista para esta zona turística, já que estas estruturas são consideradas de elevado importância nacional e mundial (Baybutt, 2017), o que pesa muito na decisão de perpetração de ataques na zona de Belém.

2.1.2. Ataques terroristas a zonas turísticas

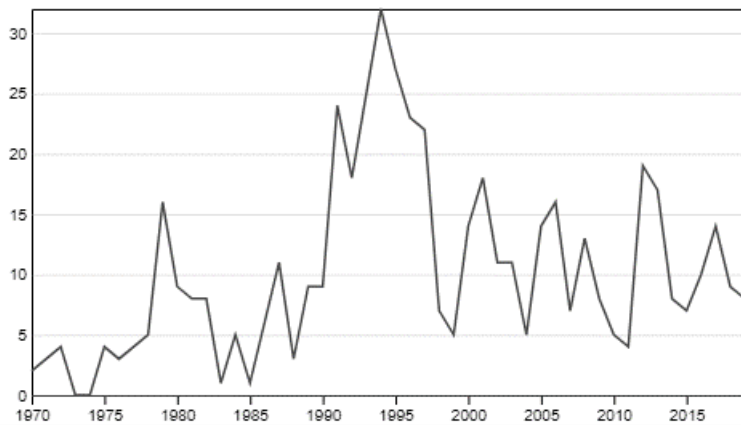
Desde o ano 2000 até 2017, ocorreram mais de 48.000 atentados terroristas no mundo, de entre os quais resultaram 107.000 vítimas mortais, onde cerca de 82% das mortes ocorreram no Iraque, Afeganistão, Paquistão, Nigéria e Síria (Adeloye & Brown, 2017). Alguns destes ataques terroristas foram e são perpetrados em zonas turísticas, dos quais resultaram vítimas cuja a proporção ainda é significativa (Botterill & Jones, 2010). Olhando para o caso dos turistas Australianos, os autores Venditto e Mouzos (2006, as cited in Botterill & Jones, 2010) referem que cerca de 99, em 158 Australianos foram vítimas de atentados terroristas, em várias partes do globo, entre os anos 1995 e 2003. Embora este registo não seja recente, alguns autores realçam que nas duas últimas décadas existiu um grande número de atentados terroristas no setor turístico, em várias partes do mundo, representando um grande perigo para perdas no turismo interno e externo (Adeloye & Brown, 2017). Destarte, vários grupos terroristas selecionaram vários espaços turísticos para realizar os seus ataques, como o Egipto, a Jordânia, Turquia, Sri

³⁴ Zona Central da Cidade de Angra do Heroísmo nos Açores; Mosteiros dos Jerónimos e Torre de Belém em Lisboa; Mosteiro da Batalha; Convento de Cristo em Tomar; Centro Histórico de Évora; Mosteiro de Alcobaça; Paisagem Cultural de Sintra; Centro Histórico do Porto, Ponte D. Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar; Sítios Pré-Históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa e de Siega Verde; Floresta Laurissilva na Madeira; Centro Histórico de Guimarães; Alto Douro Vinhateiro; Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico; Cidade-Quartel Fronteira de Elvas e suas Fortificações; Universidade de Coimbra – Alta e Sofia; Santuário do Bom Jesus do Monte em Braga e Real Edifício de Mafra- Palácio, Basílica, Convento, Jardim do Cerco e Tapada (Comissão Nacional da UNESCO, s.d.).

Lanka e Espanha, onde o grupo ETA³⁵, chegou a divulgar no verão uma campanha de bombardeamento ao setor turístico (Botterill & Jones, 2010).

Recorrendo ao *Global Terrorism Database* (GTD) foi possível consultar os ataques terroristas mundiais, desde 1970 até 2020, realizados em zonas turísticas, correspondendo a um total de 487 incidentes, conforme demonstra o seguinte gráfico:

Figura 5. Número de ataques a locais turísticos



Nota: Este gráfico mostra o número total de ataques a zonas turísticas até ao ano de 2020. Adaptado de “All incidents regardless of doubt targets: Tourists” de Global Terrorism Database, s.d.a., *National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism* (https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?start_yearonly=&end_yearonly=&start_year=&start_month=&start_day=&end_year=&end_month=&end_day=&asmSelect0=&asmSelect1=&target=18&dtp2=all&success=yes&casualties_type=b&casualties_max). Copyright s.d. de Global Terrorism Database.

Na Europa, as zonas turísticas foram o segundo alvo mais atacado no ano de 2017 (Ver Apêndice F) (Lapkova et al., 2018). Estes números não apresentam um padrão estável no que toca à perpetração de ataques nas zonas turísticas, mas podem-se destacar alguns ataques que tiveram mais mediatismo a nível global, como por exemplo, ao Museu Nacional de Bardo, na Tunísia em ano, ou ao Centro Cultural de Amara, na Turquia, em 2015, ou à Basílica de Notre-Dame, em Nice, em 2020. Se olharmos para ataques perpetrados contra turistas em destinos

³⁵ *Euskadi Ta Askatasuna* (Pátria Basca e Liberdade) é uma organização socialista revolucionária do País Basco, a favor da libertação nacional em Espanha (BBC, 2011).

turísticos, o número aumenta ainda mais, exemplo dos atentados em Bali, no ano de 2002 onde morreram 202 pessoas, no Egito, nos anos de 1997 e 2005, onde morreram 62 e 88 pessoas, respetivamente, ou mesmo na Tunísia, onde junto a um hotel foram mortos 38 indivíduos, sendo que 30 (trinta) eram Britânicos (Adeloye & Brown, 2017). Já segundo a EUROPOL (2021)³⁶os números registados na Europa (ver Anexo XIX), em três dos últimos anos foram os seguintes:

Tabela 4. Número de ataques e detenções de terroristas

| | 2018 | 2019 | 2020 |
|--------------------------------|------|------|------|
| Ataques | 69 | 55 | 57 |
| Incluindo o Reino Unido | 129 | 119 | n.d. |
| Detenções | 783 | 723 | 449 |
| Incluindo o Reino Unido | 1056 | 1004 | 634 |

Nota. O número de ataques inclui aqueles que foram concluídos, falhados e abortados por terroristas. Este relatório é baseado na informação oficial fornecida para a EUROPOL pelos EM da EU. Adaptado de “*European terrorism situation and trend report: 2021*” de EUROPOL, 2021 (<https://www.europol.europa.eu/publications-events/main-reports/tesat-report>). Copyright 2021 de EUROPOL.

O relatório da tendência da situação terrorista da EU (2021) destaca que na EU morreram 21 pessoas e 54 pessoas, no mínimo, ficaram feridas resultantes de ataques terroristas. Das vítimas mortais, 9 foram provocadas por ataques de direita e 12 por jihadistas (ver Anexo XX) que passaram a recorrer a ataques mais simples, com recurso a armas mais acessíveis e cujo agressor não recorre tantas vezes ao suicídio (Lapkova et al., 2018).

Existe um permanente clima de desconfiança e medo nos espaços públicos, onde circulam pessoas desconhecidas, cujo comportamento se torna imprevisível, aumentando assim a probabilidade de existirem ataques numa zona turística (Jensen, 2017). Apesar da atividade terrorista não ter como alvo, somente, destinos turísticos, olhando para o historial de ataques, locais turísticos tornam-se facilmente *soft targets*, pelo que geram preocupação no respetivo setor (Adelove & Brown, 2017). Estes repetidos ataques, em determinados países, conseguem

³⁶ *European Union Terrorist situation an trend report.*

destabilizar a própria segurança dos Estados, o que afeta os turistas, chegando a criar-se uma relação entre o terrorismo e turismo (ver Anexo XXI), fazendo com que:

O nível de confiança social se deteriore à medida que o comportamento social na sociedade se torna menos previsível e a desconfiança em estranhos aumenta. As pessoas tornam-se mais cuidadosas - o mesmo acontece com os turistas, uma vez que podem decidir ir para outros destinos mais seguros e com menos terrorismo e mais confiança social. (Jensen, 2017, p. 29)

Por este motivo, o terrorismo causa um efeito psicológico negativo nos turistas, podendo escolher outros destinos que parecem ser mais seguros (Hoffman, 2006). Assim o terrorismo apresenta uma longa duração em relação ao choque provocado na população em geral, existindo um maior impacto a nível local, do que a nível internacional (Lanouar & Goaid, 2019). Tudo isto devido à sensibilidade do setor turístico às alterações existentes a nível social, já que está, intimamente, ligado a outros setores, como o comércio, os transportes ou a tecnologia e informação (Lanouar & Goaid, 2019). Tais alterações levam a possíveis perdas a nível laboral e a uma difícil recuperação económica, devido à exclusão social criada pelos próprios turistas (Lanouar & Goaid, 2019). Deste modo, podem existir consequências ao nível de decisões políticas e na gestão do setor turístico, se estes incidentes acontecerem de forma repetida e duradoura, o que inibe a chegada de turistas. Por isto, é importante analisar o setor turístico em Portugal, nomeadamente a zona turística de Belém, já que existem nela elevados valores históricos nacionais e porque recebe um elevado número de visitantes nas suas atrações turísticas todos os anos.

2.1.3. Legislação nacional e internacional

Este último subcapítulo tem por objetivo explicar o material legal que regula a património cultural a nível nacional e internacional, dividindo-se em dois blocos de legislação distintos. Um que trata da preservação e outro da proteção do património da cultura. No que toca à proteção do património a Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro) destaca-se, já que “estabelece as bases da política e do regime de proteção e

valorização do património cultural” (art.º 1.º, n.º 1) e destaca a necessidade da Administração Pública (AP) e as estruturas associativas de defesa do património cultural (EADP) colaborarem na realização em planos e ações para a valorização e proteção deste mesmo património (Art.º 10.º, n.º 5), nomeadamente na segurança (art.º 4.º, n.º 2), destacando-se neste ponto a colaboração da PSP com estas estruturas de defesa.

O direito de fruição do nosso património cultural, é reconhecido a todos, sendo exigida a segurança nos bens culturais para que tal aconteça (art.º 7.º, n.º 3 da LBPC). Esta segurança é mais vinculada na Lei Quadro dos Museus Portugueses³⁷ (ver Anexo XXII), onde se refere que os museus devem garantir a segurança e integridade dos bens e dos próprios visitantes (art.º 32.º, n.º 1), devendo conter um plano de segurança, que deve ser testado regularmente, por forma a garantir a neutralização de perigos (art.º 33.º). Neste processo de planeamento, as FS devem cooperar com os respetivos museus, a fim de criarem o respetivo plano, bem como certificar determinados equipamentos para a segurança dos museus (art.º 37.º, n.º 1), como detetores de metais ou outros aparelhos radiográficos para a monitorização dos visitantes (art.º 36, n.º 2). De realçar que o próprio museu deve seguir as recomendações das FS, como também todos os procedimentos protocolares que devem ser seguidos pelos trabalhadores (art.º 37.º, n.º 3). Se olharmos para esta legislação apenas, aborda o plano de segurança, por estes criados, sendo de natureza confidencial (art.º 38.º, n.º 1), acabando por ser muito abstrata no que toca aos procedimentos nas situações de ataques terroristas. O mesmo se passa com a ENCT, onde no seu anexo 3.º apenas frisa a necessidade de “fortalecer a segurança dos alvos prioritários, reduzindo quer a sua vulnerabilidade”, não abordando casos específicos, e com o Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio (ver Anexo XXIII)³⁸, onde somente refere que o diretor-geral da DGPC deve celebrar contratos e protocolos com instituições públicas e privadas para a garantia de segurança do património cultural (art.º 4.º, n.º 1, al. p)).

A Resolução 2347 de 24 de março de 2017 do Conselho de Segurança das Nações Unidas constitui um documento internacional que alerta para a urgência de proteger o património cultural, através de medidas que mantenham a integridade dos bens culturais da propriedade

³⁷ Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto (LQMP).

³⁸ Aprova a orgânica da Direção-Geral do Património Cultural.

nacional, bem como as pessoas que os frequentam. Já no que concerne à preservação do património cultural a mesma LBPC, no seu art.º 11.º, n.º 1, refere que “todos têm o dever de preservar o património cultural, não atentando contra a integridade dos bens culturais”, sendo que numa época de globalização esta conservação se revela difícil para todas as pessoas. Segundo a Carta Internacional sobre o Turismo Cultural (1999), o turismo traz benefícios para as comunidades, pelo que é necessário a criação de planos nacionais de desenvolvimento, para o reforço da proteção e conservação do património cultural, devendo a sua integridade ser um componente social, político e cultural, tal como indica a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, de 1972, quando realça que deve ser assegurada a conservação, através da instituição de serviços de proteção e conservação do património (art.º 5). É preciso ter em consideração que o Conselho de Segurança da ONU enquadra como crime de guerra a destruição do património cultural (Resolução 2347 de 24 de março de 2017), e que estes locais sempre foram considerados como símbolos de unidade nacional e são muito visados pelos extremistas violentos. Em nenhuma legislação se aborda a formação dos trabalhadores, nem os procedimentos que devem ser realizados por parte dos responsáveis pela segurança dos locais, sendo importante perceber quais as mudanças que devem ser realizadas na legislação existente e o que abordam os planos de segurança existentes nos museus e monumentos Portugueses.

Capítulo III – Método

3.1. Considerações metodológicas

Em conformidade com Carvalho (2009, p. 83) o “método é o caminho e os passos para se atingir um determinado objetivo”, constituindo-se como a linha de raciocínio para o processo de investigação, produzindo informações verdadeiras e erradas, permitindo descartar ou validar determinados traços importantes para o caminho que está a ser desenhado (Marconi & Lakatos, 2017). No fundo, o método definido pelo investigador leva a que a observação de factos se torne a atividade primordial, podendo ser espontânea ou casual (Kothari, 2004). Olhando para a formulação do método, podemos identificar quatro grandes fases envolvidas nos estudos científicos: a determinação do fenómeno que se constitui como unidade de atenção (problemática), o levantamento de questões alusivas ao problema a recolha de informação e historial do fenómeno a ser estudado, o desenvolvimento e tratamento de fatores que foram identificados na recolha (resultados) e a aplicação de soluções ou de tratamento para os fatores-problema (discussão) (Kothari, 2004).

Tendo por base a presente investigação, a abordagem usada é a qualitativa, estando ligado a uma forte vertente nominal (Supino & Borer, 2012). O método qualitativo é utilizado por se considerar competente para responder a questões que emergem de uma base comunitária e para a resolução de problemas, sendo um método central (Jason & Glenwick, 2016). Este método ajuda na elaboração de descrições abrangentes e de teorias que identificam certas particularidades que justificam a continuação de outras investigações (Jason & Glenwick, 2016). Por esse motivo, é importante realizar entrevistas semiestruturadas, já que permitem reter pontos de vista de entrevistados (Flick, 2005), permitem a recolha de dados e ainda uma comparação entre os mesmos (Bogdan & Biklen, 1998).

3.2. Participantes

Nos estudos qualitativos, a credibilidade assenta na maneira como o leitor consegue entrar no estudo e ficar por dentro da situação da investigação (Yilmaz, 2013). Assim, é necessário realizar uma rica descrição, com elevado detalhe, onde nesta está incluída a menção obrigatória e clara dos participantes do estudo (Yilmaz, 2013). Todos os que estão ligados, direta

ou indiretamente, à investigação são considerados parte interessada do estudo e, por isso, são, consequentemente, participantes (Kumar, 2011). Nesta investigação, todos os participantes foram escolhidos tendo em conta a sua elevada experiência na área do terrorismo ou o seu extenso conhecimento sobre as infraestruturas da área turística de Belém. Estes participantes são uma mais valia para este trabalho, pois todos os sujeitos que são suscetíveis de ser afetados pela investigação, são também partes interessadas na mesma (Kumar, 2011), por isso, torna-se necessário recolher os seus testemunhos, que “fornecem informações para ajudar um investigador a compreender um fenómeno, situação, questão ou interação” (Kumar, 2011, p. 96).

Neste processo foram escolhidos dois perfis relevantes para o estudo, i) participantes policiais e ii) participantes civis, de modo a compreender as duas perspetivas e a encontrar respostas para a investigação (Kumar, 2011). Em relação ao primeiro perfil, foram selecionados os Comandantes de 4.^a Divisão Policial do COMETLIS, já que possuem um melhor conhecimento da zona, assim como polícias que tivessem experiência na área do terrorismo e polícias que estivessem a exercer o seu trabalho na 26.^a Esquadra (Belém). Relativamente, aos participantes civis e, tendo em conta a legislação em vigor, foram escolhidos os Diretores, Diretores de Segurança (art.º 20.º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio), Coordenadores de Segurança (art.º 20-A da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio) e adjuntos de segurança, de algumas atrações turísticas da zona de Belém, nomeadamente, Mosteiro dos Jerónimos, Centro Cultural de Belém, Torre de Belém e Museu Nacional dos Coches.

Todos os participantes da 26.^a Esquadra (Belém), já estão a exercer o seu policiamento nesta área turística há pelo menos dois anos e abrangem a classe de agentes, chefes, nomeadamente, supervisores operacionais e graduados de serviço, pela sua acrescida responsabilidade. A decisão de entrevistar o Comandante e o Comandante adjunto da 4.^a Divisão Policial, deve-se à simples razão da zona turística de Belém se encontrar na sua área de responsabilidade e por isso detêm conhecimento de potenciais dinâmicas locais, o que constitui uma mais valia para este trabalho. Por último, foram entrevistados dois Oficiais da PSP, que são especialistas na área do terrorismo e na proteção de locais públicos contra ameaças terroristas, tendo sido registos importantes para a perceção de segurança na zona turística estudada.

3.3. Corpus

O corpus constitui todos os documentos que são considerados relevantes para a investigação e que devem ser sujeitos a procedimentos analíticos (Bardin, 2016). Das 20 entrevistas planeadas, apenas foram obtidas 14 (catorze) respostas. O tempo médio das gravações dos entrevistados foi de 33 minutos e 34 segundos (33:34 mins), com um desvio padrão de 15 minutos e 33 segundos ($\sigma = 15:33$ mins). Já em relação à transcrição destas gravações, o tempo médio foi cerca de 3 horas e 20 minutos (3h20), com um desvio padrão de 1 hora e 45 minutos ($\sigma = 1h45$). Deste modo, o corpus do presente trabalho de investigação é composto por 14 (catorze) entrevistas, totalizando 112 (cento e doze) páginas de transcrição.

3.4. Instrumento de recolha de dados

As entrevistas representam um dos principais métodos de recolha de dados nos estudos qualitativos (Qu & Dumay, 2011). Assim, a realização destas entrevistas tem de passar por uma “escuta intensiva, bem como por um bom apontamento de notas, mas também, por um planeamento cuidadoso e preparação suficiente.” (Qu & Dumay, 2011, p. 239). As entrevistas têm como objetivo recolher informação do entrevistado e “explorar os pontos de vista, experiências, crenças e/ou motivações de indivíduos sobre assuntos específicos” (Gill et al., 2008, p. 292), permitindo uma melhor e mais ampla compreensão de certos fenómenos sociais. No fundo, é uma maneira dos investigadores olharem para o interior dos entrevistados, para melhor perceberem a maneira como se comportam numa determinada situação (Stuckey, 2018).

As entrevistas revelam uma ótima adaptabilidade aos estudos exploratórios, daí serem consideradas um método e não uma metodologia (Bullock, 2016). Deve ser produzida tanta informação quanto possível sobre o fenómeno que está a ser estudado, tendo a aplicação das entrevistas como objetivo entender a relação entre os conceitos ou variáveis e a conceção de hipóteses (Gill et al., 2008). As entrevistas serviram de instrumento de recolha de dados sobre os fenómenos que nos destinamos a compreender, como o nível de formação antiterrorista dos trabalhadores, as vulnerabilidades e as medidas de segurança existentes na zona de Belém.

As entrevistas podem ser classificadas através do grau de estruturação e de diretividade (Rowley, 2012). No que toca à estruturação, as entrevistas podem ser estruturadas,

semiestruturadas e não estruturadas (Rowley, 2015). As estruturadas fornecem uma imagem pouco exata do processo, já que a entrevista segue uma sequência de perguntas, feitas da mesma forma aos entrevistados, limitando as suas respostas (Bevan, 2014). As não estruturadas, ou narrativas, permitem que o participante oriente a entrevista, sendo as mais longas dos três tipos, não existindo qualquer tipo de categorização para melhor percepção da complexidade do comportamento (Stuckey, 2018). Optamos por recorrer a entrevistas semiestruturadas, já que “assumem uma variedade de formas, com números variáveis de perguntas, diferentes graus de adaptação das perguntas e ordem das perguntas, por forma a acomodar o entrevistado” (Rowley, 2015, p. 262). Por isto, permitem que todos os sujeitos sejam entrevistados da mesma maneira, com uma moldura bastante flexível no que toca à colocação de perguntas e à sua ordenação (Dearnley, 2005).

Em relação à diretividade das entrevistas, estas podem ser diretivas, não-diretivas e semi-diretivas (Rocci, 2009). Segundo Rocci (2009), as diretivas assemelham-se a questionários; nas não diretivas não existe, propriamente, um guião, referindo só o tema da entrevista; e as semi-diretivas são um tipo de entrevistas cujo conjunto de perguntas se agrupam por tópicos, orientando, assim, o fluxo das mesmas, permitindo que os entrevistados se manifestem livremente, já que a ordem das questões não é sequencial. Neste processo, optámos pelas entrevistas semi-diretivas, já que se revelam mais eficazes para perceber os processos, “analisar, tanto o contexto, como os fatores temporais do processo de mudança e os efeitos da entrevista” (Rocci, 2009, p. 21).

O guião destas entrevistas e as suas questões encontram-se interligados com os interesses teóricos desta investigação científica (Vaivio, 2012) e foi desenvolvido com base em bibliografia sobre *soft targets*, nomeadamente, artigos científicos publicados na Revista de Segurança e Questões de Sustentabilidade (*Journal of Security and Sustainability Issues*), bem como documentos produzidos pelo Comité Contraterrorista da Nova Zelândia e da Austrália e pelo Governo Britânico relativamente à proteção dos espaços públicos. O objetivo destas entrevistas consiste em perceber os tipos de medidas de segurança existentes nas atrações turísticas que visam prevenir ações terroristas, como também o nível atual de formação na resposta a um ataque por parte dos funcionários que nelas trabalham. É importante enfatizar que as entrevistas semiestruturadas e semidiretivas permitem uma melhor e maior amostragem,

havendo maleabilidade por parte do entrevistador em repetir e esclarecer determinados conceitos e significados mal percebidos pelos entrevistados, como refere Marconi e Lakatos (2017).

3.5. Análise de conteúdo

Por forma a perscrutar o *corpus* deste trabalho, procedeu-se à análise de conteúdo das entrevistas. Este tipo de análise consiste numa análise narrativa, uma estratégia utilizada para analisar diferentes tipos de texto (Powers & Knapp, 2006, as cited in Vaismoradi et al., 2013). Constitui uma “abordagem sistemática de codificação e categorização utilizada para explorar grandes quantidades de informação textual, de forma discreta, para determinar tendências e padrões de palavras utilizadas, a sua frequência, as suas relações, a estrutura e os discursos de comunicação” (Mayring, 2000, as cited in Vaismoradi et al., 2013, p. 3), baseando-se numa técnica de observação quantitativa do conteúdo.

A análise de conteúdo permitirá desvendar algumas relações existentes entre conceitos recolhidos nas entrevistas, facilitando a interpretação de determinados fenómenos, o que contribuirá para uma resposta à problemática (Quivy & Campenhoudt, 2017). Esta análise de conteúdo é um método de investigação sistemático, que serve como quantificador de fenómenos (Elo & Kyngas, 2007). Este processo permite compreender melhor os dados recolhidos através das entrevistas realizadas, fornecendo uma representação dos factos ou conhecimentos de forma condensada, “filtrando palavras em menos categorias relacionadas com o conteúdo. Assume-se que, quando classificados nas mesmas categorias, palavras e frases, os dados partilham o mesmo significado” (Cavanagh, 1997, as cited in Elo & Kyngas, 2007, p. 108). Para tal, procedeu-se a uma categorização, que consiste numa operação onde se agrupam elementos tendo em conta os registos realizados, com um “título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos” (Bardin, 2016, p. 147), devendo as categorias ser exaustivas, exclusivas e pertinentes. Este processo é complexo, sendo, assim, constituído por três componentes (ver Anexo XXIV): i) a origem, onde são desenvolvidas categorias tendo em conta interesses pessoais do investigador ou outros trabalhos de investigação; ii) a verificação, que visa confirmar ou aclarar certos temas, na transformação de dados e; iii) a nomeação, processo responsável pela atribuição de nomes às categorias (Vaismoradi et al., 2016).

Procedeu-se à análise categorial, decompondo o texto recolhido nas entrevistas e agrupando-o em categorias (Bardin, 2016), através de uma pré-leitura do seu *corpus* e atendendo à sua pertinência, bem como aos objetivos deste estudo (Bardin, 2016). Neste processo são realizadas as seguintes etapas (Lima & Manini, 2016): i) a pré-análise, onde através de uma leitura se começa a delinear o caminho da investigação do conteúdo; ii) a codificação, que é antecedida da escolha da unidade de registo, que “é a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento considerado unidade base” (Bardin, 2016, p. 134), podendo ser desde uma palavra a um tema; iii) a categorização, organizando o conjunto em categorias a partir de um critério e; iv) a inferência ou interpretação, constituindo o “momento em que o pesquisador se debruça sobre os dados, fazendo-os expressar (ou não) os elementos necessários para a elucidação de seu objeto de estudo” (p. 75).

Assim, é importante ter em conta a fiabilidade e a validade neste processo, por forma a garantir uma boa qualidade da análise do conteúdo (Bardin, 2016), já que estes dois aspetos constituem também o rigor e a qualidade da investigação qualitativa (Spiers et al., 2018). Para Golafshani (2003, as cited in Cypress, 2017) as “questões de fiabilidade, validade, confiança, e rigor destinam-se a diferenciar um boa e má investigação, sendo necessários testes para aumentar a fiabilidade, a validade, a fiabilidade e o rigor, que são importantes para a investigação, em qualquer paradigma” (p. 255). Neste sentido, o investigador, deve ter em conta que todos os tipos de estudos devem respeitar os valores da consciência, aplicabilidade, verdade e neutralidade (Cypress, 2017).

Neste processo, a fiabilidade da análise relaciona-se com a “coerência dentro dos procedimentos analíticos utilizados” (Noble & Smith, 2015, p. 34), traduzindo a certeza e segurança da codificação. No fundo, a fiabilidade diz respeito à coerência entre o que se regista e o que realmente acontece no campo de estudo (Bogdan & Biklen, 1998). Para incrementar a fiabilidade, nestes estudos qualitativos, é necessário “demonstrar uma ligação entre os resultados e os dados” (Polit & Beck, 2004). O objetivo da fiabilidade é levar o investigador a questionar o próprio processo metodológico e a sua consistência, que se deve manter inabalável ao longo de toda a investigação (Spiers et al., 2018).

Enquanto que a validade se refere à “integridade e aplicação dos métodos empreendidos e à precisão na qual os resultados refletem com precisão os dados” (Noble & Smith, 2015, p.

34). No fundo, representa, precisamente, o fenómeno e as características que se pretendem estudar ou explicar (Long & Jonhson, 2000), defendendo Silverman (1993, as cited in Long & Jonhson, 2000), que a refutabilidade é o melhor instrumento para o teste de validade das investigações. Assim, pode ser considerada como um “processo de determinação da fidelidade, por vezes, entendida com exatidão dos resultados do ponto de vista do investigador, dos participantes, e/ou dos consumidores da investigação” (Creswell & Miller, 2000, as cited in Rose & Johnson, 2020, p. 5).

3.6. Procedimento

Tendo em vista o objetivo primordial de colaborar com várias pessoas que são diretamente responsáveis pela segurança, quer pública, quer privada, da zona turística de Belém, bem como especialistas na área do terrorismo, foram redigidos dois guiões de entrevista para elementos civis e Polícias. Foram confirmadas 14 das 20 entidades a quem pedimos colaboração, e das quais (nove) foi solicitada autorização (Apêndice A), por serem elementos policiais. Após ter sido dada autorização, por parte da Direção Nacional da PSP (Anexo II), foi contactado a Comandante da 26.^a Esquadra (Belém), da 4.^a Divisão Policial do COMETLIS, bem como as restantes individualidades policiais e civis. Foi pedido à Comandante da 26.^a Esquadra (Belém), que indicasse sete elementos, com maior conhecimento sobre a área de Belém, dos quais responderam positivamente cinco.

Em relação aos contactos estabelecidos, todos foram feitos via e-mail, tendo sido realizadas doze entrevistas presenciais e duas entrevistas via *Microsoft Teams Meetings*, já que uma destas pessoas se encontra fora de Portugal e outra demonstrou indisponibilidade no modo presencial devido à situação pandémica provocada pelo SARS-CoV-2. De realçar que todos os convites de colaboração foram enviados de forma individual para garantir o anonimato, à exceção dos polícias da 26.^a Esquadra de Belém, onde foram informados no próprio dia da entrevista para garantir o efeito surpresa nos entrevistados (Singh, 2006). Perante as respostas de confirmação de colaboração, foi estabelecido contacto telefónico com alguns dos participantes para que existisse uma marcação da entrevista em momento oportuno e o mais rápido possível. Aquando da realização das entrevistas presenciais, foi dado o “Termo de Consentimento Informado” (Apêndice B) a cada participante, que assinou para o devido

tratamento da informação recolhida e para certificar o seu conhecimento sobre o contexto das entrevistas. Todas as entrevistas foram gravadas com recurso a dois gravadores de telemóvel, tendo sido garantido a destruição dos registos após a sua transcrição, assim como a omissão de conteúdos que comprometiam as próprias atrações turísticas, quer ao nível de segurança, quer ao nível do próprio funcionamento.

As 14 entrevistas gravadas foram transcritas e sujeitas a análise de conteúdo, do qual resultaram as seguintes categorias principais, tendo por base, também, uma revisão dos Capítulos I e II, da presente investigação (justificadas no Apêndice H):

- i. Categoria “**Belém como *soft target***” (categoria A);
- ii. Categoria “**Formação antiterrorista**” (categoria B);
- iii. Categoria “**Plano de segurança das infraestruturas**” (categoria C);
- iv. Categoria “**Vulnerabilidades**” (categoria D);
- v. Categoria “**Medidas de segurança existentes**”, (categoria E);

Durante a análise, revelou-se necessário criar mais duas categorias e cuja justificação é sustentada no Apêndice H:

- i. Categoria “**Medidas propostas**” (categoria F);
- ii. Categoria “**Mudanças legislativas propostas**” (categoria G).

Capítulo IV – Apresentação e discussão dos resultados

De uma forma geral, e referindo-nos ao Apêndice L, todos os participantes centraram o seu discurso nas medidas de segurança existentes na área turística em apreço (categoria E), na formação antiterrorista (categoria B) e, também na qualificação da zona de Belém como um *soft target* (categoria A). Estas três categorias constituem mais de metade do discurso dos participantes das entrevistas, mais precisamente 68,4% do seu discurso gira à volta destes mesmos temas. Existe uma menor presença no discurso sobre as vulnerabilidades existentes na zona turística de Belém (categoria D) e, também, as medidas de prevenção não legislativas, propostas pelos participantes (categoria F). No que concerne a estas últimas cinco categorias (quais), podemos constatar que seis em sete u.r. lhes dizem respeito (cerca de 88%), existindo categorias que foram abordadas no conteúdo de todos os entrevistados, neste caso a categoria E e B (ver Apêndice J).

Os conteúdos menos abordados pelos entrevistados foram os planos de segurança existentes nas infraestruturas (categoria C) e as propostas de mudanças legislativas (categoria G), registando esta última categoria um total de 34 u.r., num universo de 773 u.r., conforme o Apêndice J.

Examinando, agora, de forma mais particular as subcategorias, podemos constatar que as preocupações dos entrevistados dizem respeito, fundamentalmente, a três tópicos (Apêndice K), enunciados de seguida. O conteúdo mais desenvolvido nas entrevistas foi a presença e visibilidade policial (subcategoria E.2.) na área de Belém, seguido do conteúdo ministrado na formação antiterrorista (subcategoria B.2.) e, o terceiro ponto mais referido diz respeito aos tipos de vulnerabilidade existentes na zona de Belém (subcategoria D.1.) e que podem ser exploradas pela atividade terrorista. Também foram abordadas críticas relativas à formação antiterrorista ministrada aos funcionários das atrações (subcategoria B.1.), como também às medidas de segurança existentes nesta zona turística (subcategoria E.6.) e, ainda, sobre os fatores que podem levar à existência de interesses em perpetrar ataques terroristas na zona turística de Belém (subcategoria A.2.). O conteúdo menos abordado pelos participantes foi a clarificação da punição criminal dos crimes de terrorismo (subcategoria G.4.), as desvantagens que contribuem para o agravamento das vulnerabilidades da zona turística (subcategoria D.2.) e os procedimentos a serem realizados pelos trabalhadores das atrações em situações de ataques

terroristas (subcategoria C.3.), constituindo estas três subcategorias pouco mais de 1% das u.r. observadas, neste caso muito residual (9 u.r. de 773 u.r.).

Examinando agora os participantes policiais (ver Apêndice M) e os participantes civis (ver Apêndice N), denota-se que ambos os perfis de entrevistados centram o seu discurso nas medidas de segurança existentes (categoria E), na formação antiterrorista (categoria B) e, na qualificação da zona de Belém como um *soft target* (categoria A), seguindo a estatística geral das u.r.. Existe uma importante prevalência do discurso policial nas medidas de segurança existentes em Belém (categoria E), sendo mais do dobro das u.r. dos civis na mesma categoria (ver Apêndices M e N). Relativamente à menor prevalência no discurso, o plano das infraestruturas (categoria C) e as propostas de mudanças legislativas (categoria G), são as menos abordadas nas entrevistas, tanto pelos polícias, como pelos elementos civis.

Já no que toca às subcategorias, na vertente policial (ver Apêndice M), as u.r. centram-se, maioritariamente, na presença e visibilidade policial na zona de Belém (subcategoria E.2.), nos conteúdos da formação antiterrorista (subcategoria B.2.), sendo semelhante ao conteúdo geral apresentado. Em relação aos elementos civis (ver Apêndice N), os assuntos mais abordados são os conteúdos da formação antiterrorista (subcategoria B.2.), os tipos de vulnerabilidades existentes nas infraestruturas desta zona turística (subcategoria D.1.) e, sobretudo, nas críticas apontadas para as medidas de segurança que existem na zona de Belém (subcategoria E.6.).

No que respeita às subcategorias que registaram uma menor preponderância, destacam-se, nos entrevistados policiais, as desvantagens que contribuem para o agravamento das vulnerabilidades na zona de Belém (subcategoria D.2.), não existindo nesta subcategoria qualquer unidade de registo e a clarificação do quadro punitivo criminal dos crimes terroristas (subcategoria G.4.), conforme o Apêndice M. Já os participantes civis, registam uma menor ênfase do discurso sobre os planos de infraestruturas mais conhecidos (subcategoria C.5.), nas mudanças legislativas na vertente da segurança pública (subcategoria G.3.) e na clarificação do quadro punitivo dos crimes de terrorismo (subcategoria G.4.), não tendo qualquer u.r. nestas subcategorias (ver Apêndice N). Para compreendermos melhor as preocupações dos entrevistados, vamos proceder a uma análise mais detalhada e particular das categorias, por forma a responder ao problema de investigação e perguntas derivadas.

4.1. Belém como *soft target*

Com o intuito de perceber se a área turística de Belém podia ser considerada um *soft target*, foram colocadas algumas questões baseadas em características fundamentais para a qualificação de determinados locais como alvos vulneráveis, tendo em conta Tvaronaviciene et al. (2019) e HMGovernment (2012).

De uma forma geral, quase todos os participantes (doze) qualificaram a zona de Belém como um alvo vulnerável para a atividade terrorista, focando o seu discurso nos fatores que motivam a perpetração de ataques nesta zona turística (subcategoria A.2.). Quando confrontados com as motivações de atratividade terrorista nesta zona turística, os participantes revelaram que a elevada aglomeração de pessoas (A.2.8) ("Mas como é um local que é frequentado por pessoas e o ataque terrorista pressupõe que, nesse local, esteja uma grande concentração de pessoas" [E4]) e o facto de nesta zona se encontrarem símbolos da história portuguesa com elevado valor (A.2.5) é uma das suas principais preocupações para que ali pudessem ser realizados ataques ("Além do mais, todos os monumentos são, de todo, históricos, de valor na área turística, são alvos fáceis de ataques e de detetar a nível da internet." [E9]).

Ao longo do discurso dos entrevistados, foi ainda possível perceber que existem determinadas atrações que são mais propícias a ataques terroristas do que outras, registando-se uma maior atenção dos elementos para o Mosteiro dos Jerónimos (A.1.2.) e para a Torre de Belém (A.1.3.), por serem considerados como os maiores símbolos histórico-culturais nacionais e por atraírem mais público do que as outras atrações ("O Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém, atraem, são os monumentos que atraem mais, aqui na zona de Belém. Têm um peso gigante na história, é exatamente essa a causa que leva tantos turistas a virem visitar aqui o Mosteiro e a Torre e até podem fazer ataques." [E12]).

Não obstante, existe uma grande relevância no conteúdo de algumas desvantagens securitárias (subcategoria A.3.). Nomeadamente, os entrevistados revelaram uma maior preocupação na facilidade de acesso à informação (A.3.5.) que pode ser feito por qualquer pessoa ("Eu penso que qualquer pessoa acede à informação através de visitas virtuais, da partilha nas redes sociais de vídeos, por visitantes da mais diversa proveniência (...) ou seja há um regime aberto, é impossível (...) e eu tenho que assumir isto, este aspeto, como uma ameaça" [E13]), utilizando plataformas digitais, como os sites das próprias atrações ou mesmo o *Google*

(A.3.3) e, ainda, através das visitas virtuais, realizadas nas atrações ("A partir do momento que há *Google Maps*, por exemplo, ou outras aplicações do género é relativamente fácil e, peço desculpa o tempo que vou usar, para quem tem mais intenções para preparar um ataque terrorista" [E14]).

É importante destacar que os participantes atribuem como uma desvantagem a ausência de uma cultura securitária em Portugal (A.3.7.) ("Primeiro, a falta de cultura securitária e a segunda e que decorre da primeira é o facto de não termos mecanismos de segurança consolidados" [E3]), que aliado a um efeito de imprevisibilidade dos ataques terroristas (A.3.1), concorrem para uma maior exposição à ameaça terrorista ("É um elemento inesperado, que, muitas vezes, que é planeado ou tem tempo, onde a ameaça tem tempo para planear, para escolher o seu método e quais os meios" [E10]).

4.2. Nível de formação antiterrorista dos trabalhadores

Por forma a perceber qual o nível de formação antiterrorista dos trabalhadores e a sua preparação para potenciais ataques dos mais diversos *modi operandi*, foi necessário criar esta categoria, de modo a criar uma ligação ao que foi analisado no Capítulo I.

Nestes excertos de entrevistas verificou-se que as manifestações dos participantes se centrou nos conteúdos dessa formação (subcategoria B.2.), realçando, maioritariamente, os conteúdos que deveriam ser ministrados numa formação antiterrorista (ver Apêndice L), já que os entrevistados manifestaram algumas críticas (subcategoria B.1.) em relação a esta categoria.

Foi possível perceber que existe um elevado sentimento de desconhecimento por parte dos participantes sobre a existência de uma formação antiterrorista adaptada para os trabalhadores (B.1.4.), revelando uma falta de comunicação entre elementos civis e as suas chefias, bem como entre civis e polícias ("Não tenho a certeza, porque não falei com ninguém da área, mas penso que possam ter alguma formação, não sei. Dentro das zonas turísticas, não posso dizer, com toda a certeza que têm essa formação, desconheço" [E2]).

Outro problema apontado, centra-se na consciencialização e descontextualização (B.1.7.) dos trabalhadores e da própria população, criticando-se a despreocupação e inconsciência da perpetração de ataques terroristas nesta zona turística de Portugal ("Seria

importante, pensar que aqui poderá acontecer e é necessário passar essa mensagem por alguns locais de Lisboa, para começar a meter essa consciência no pessoal." [E2]; "Eu acho que a população não está preocupada" [E3]). Tudo isto aliado ao forte sentimento de segurança (B.1.3) transmitido pela população ("Penso que em Portugal há um sentimento de segurança forte, o que é, simultaneamente, algo positivo, mas que também cria problemas, porque há um excesso de confiança" [E1]), cria lacunas na realização destas formações, transmitindo os entrevistados que a formação antiterrorista é insuficiente (B.1.6.), o que faz com que os trabalhadores não estejam preparados para reagir, devidamente, a um ataque terrorista ("Não têm qualquer formação ou é manifestamente insuficiente, qualquer que seja a pessoa para o exercício de funções, não sabem rigorosamente nada" [E13]).

Relativamente aos conteúdos da formação (B.2.) foram os que mostraram mais u.r., cujos participantes relevaram determinados aspetos que importam ter em consideração nestas formações, particularmente, a deteção de comportamentos e objetos suspeitos (B.2.2.) ("No fundo, era importante a deteção de comportamentos, movimentações e objetos suspeitos." [E7]); a prestação de auxílio às forças de segurança (B.2.6.) ("Auxiliar as forças segurança, como na parte da proteção civil. Serem, no fundo, um canal de informação, tanto já depois de ter acontecido, para obtenção de características para identificar determinados autores, como também, antes ataque" [E5]); o controlo de acessos (B.2.1) ("Os elementos de segurança privada deveriam saber como regular o controlos de acessos" [E6]); e o controlo do pânico e do alarmismo (B.2.4) ("Se é um sítio que está a ser visitado pelo cidadão nacional e não nacional, não criar o pânico e ter calma e saber informar, primeiramente, acho que era isso" [E4]).

O *modus operandi* que contém mais u.r. como necessidade de ser considerado na formação antiterrorista é o recurso e utilização de armas por atacantes ativos (B.2.3.), onde os participantes relatam determinadas ações que podem ser realizadas em caso de progressão de um *active shooter* ("Se conseguíssemos isolar áreas, da mesma maneira que se ele eclodisse no interior, permitir, se a organização tivesse condições de isolar áreas, de maneira a que a deslocação do *active shooter*, fosse mais além do que aquilo que é inesperado, porque daquilo que nós estudamos e daquilo que nós sabemos, é que ele pretende provocar o maior número de vítimas, portanto, ele não vai estar a perder tempo a tentar forçar uma porta, para progredir" [E10]). Tendo em conta o Anexo VI, os participantes destacaram, por maioria de razão, os

seguintes procedimentos, em caso de ataque terrorista (B.3.): O fugir (B.3.1.), “*run*” (“Em caso de um *active shooter* ele saber que tem que sair, fugir o mais depressa possível daquele local, que ele não vai ser capaz de conter ali nada.” [E11]) e o confrontar (B.3.3), mas pela sua pugnância (“Nós pugnamos por não frisar o aspeto resistir (o “*fight*”)” [E1]), devendo ser substituído pelo contactar (B.3.4.), “*tell*” (“E apostar no “*call*”, nomeadamente o telefonar para o número de emergência, o 112, para poder solicitar auxílio às autoridades” [E1]), defendendo o modelo britânico, em anexo.

4.3. Plano de segurança das infraestruturas

Esta categoria surge pela necessidade de incorporar os museus e monumentos existentes em Belém na nossa investigação, já que são atrações turísticas da zona, nomeadamente, o Museu Nacional do Coches. Tal razão obriga a que estas infraestruturas tenham um plano de segurança pela LQMP, o que justificou averiguar a existência de procedimentos de reposta a um ataque terrorista.

Todos os participantes abordaram, superficialmente, esta categoria, onde salientaram, as suas críticas (C.2.), sobretudo pelo desconhecimento (C.2.1) da existência de planos de segurança em algumas das atrações, especialmente por nunca terem visto nenhum (“Nunca contactei com nenhum, por isso, não tenho conhecimento” [E5]), pelo facto de, também, serem confidenciais (C.2.2.), o que limita o acesso a esses documentos (“Podem existir, mas eu ainda não tive acesso a nenhum, penso estarem bem guardados com os Diretores, são confidenciais.” [E9]). Dos poucos que são conhecidos, inclusive pelos Diretores de segurança, que mostraram um desconhecimento ou incerteza, aquando as entrevistas, destaca-se o plano de emergência (C.1.2), pela obrigatoriedade de procedimentos dos funcionários das atrações (“Eu e um conjunto de funcionários temos missões muito específicas no plano de emergência, em caso de tsunami, terremoto ou mesmo terrorista” [E14]).

No que toca à existência de procedimentos de reposta a um ataque terrorista, destes planos, realça-se, pela prevalência de u.r., uma abrangência escassa (C.4.1.) nos planos de segurança conhecidos, retratando a necessidade de ser atualizado e mais abrangente, pelos tempos que correm (“Eu tenho conhecimento que este plano foi revisto em 2019, pela antiga direção e prevê uma alínea sobre ataques terroristas, mas é muito vago” [E14]). Outros

entrevistados referem que esta matéria não existe (C.4.2.) em alguns planos de segurança ("Não está nada previsto a nível do terrorismo, abrange o contra incêndios. Tudo o que seja sobre a formação da equipa sobre a evacuação terrorista, deve beber um pouco da do incêndio, que para todos os efeitos tem muita coisa repetida" [E13]) e o pouco que pode existir é o formulário de ameaça de bomba (C.4.3.), que se mostra desatualizado e, completamente, desproporcional, para responder a um *active shooter* ("Mas pronto, ou seja, a única coisa que existe no plano de segurança, mais parecido para a resposta terrorista, são os procedimentos a serem realizados nos casos de ameaça de bomba. Isto é patético, pois parece algo que se passava nos anos 80" [E13]). Portanto, não existe nenhum protocolo enunciado no plano de segurança das infraestruturas, para fazer face a um ataque terrorista por *active shooter*, necessitando de atualizações.

4.4. Principais vulnerabilidades da zona turística

Pela necessidade de identificar as principais vulnerabilidades existentes na zona de Belém, atendendo às preocupações dos participantes, foi criada esta categoria, tendo por base o enunciado nos Capítulos I e II, bem como alguns autores e organizações de referência (Tvaronaviciene et al., 2019; HMGovernment, 2012).

Os tipos de vulnerabilidades (subcategoria D.1.) existentes nesta zona turística e que podem ser exploradas pela atividade terrorista são o conteúdo dominante em termos de u.r. gerais. Foram enunciadas várias vulnerabilidades pelos relatores, mas as que têm maior relevo são: o facto de nesta área turística existir um público numeroso (D.1.2.) visitante ("Lá está, a zona de Belém é uma zona propícia a uma grande concentração de pessoas. Isso sim é uma vulnerabilidade" [E4]), enunciando, essencialmente, as filas que se formam à porta das atrações e em estabelecimentos de restauração e comerciais ("Nesta zona, existem muitas pessoas concentradas, grandes filas, pessoas estáticas e aglomeradas" [E2]); a falta de comunicação e de passagem de informação (D.1.10.) entre forças de segurança e entidades privadas e mesmo dentro da hierarquia destas instituições ("E essa informação toda, acho que, pode até estar a falhar, mas o que transparece, para mim, enquanto agente da PSP, é que não tem conhecimento de nada. O fluxo de informação é um pouco deficitário, entre nós e a gestão das atrações." [E8]); a multiculturalidade (D.1.4.) pelas várias nacionalidades dos turistas estrangeiros e das próprias embaixadas (D.1.6) ("O facto de nesta zona existirem muitas nacionalidades, muitas pessoas e

também a existência próxima de embaixadas, por aí" [E9]), causa um determinado impacto a nível internacional, caso se realizem ataques terroristas nesta zona ("Olha a multiculturalidade dos participantes, dos visitantes. Falando do CCB, é a nacionalidade das pessoas que frequentam esta zona, que são países alvo, que é isso que a atividade terrorista procura" [E10]); e o facto de existir trânsito (D.1.12.) que passa no meio das atrações turísticas, culmina numa enorme facilidade nos acessos (D.1.1) e de fuga dos suspeitos ("O facto de ter uma zona que estão muitos aglomerados e do trânsito se fazer nas mediações dos pontos turísticos. É o que acontece em certos países, o trânsito fica na parte de fora. Aqui o trânsito passa mesmo pelo coração dos pontos turísticos e isso faz com que seja muito mais fácil a perpetração do ataque e a possível fuga dos terroristas" [E8]).

É importante frisar, que a gratuidade da igreja (D.2.1.) dos Jerónimos foi considerada como um fator de agravamento de algumas vulnerabilidades, nomeadamente para o aumento do número de visitantes (D.1.2.) ("Lamentável a gratuidade da igreja, não obriga à contagem dos públicos e a igreja, antes da pandemia, tinha seis vezes mais visitantes do que o claustro" [E13]).

Grande parte dos participantes mencionou, também, os potenciais meios e métodos de ataque (D.3.), demonstrando uma especial preocupação para os ataques terroristas com recurso a viaturas motorizadas (D.3.3.) ("A Torre de Belém e o Padrão dos Descobrimentos estão, completamente, vulneráveis para quem faça ataques com carros e camiões" [E6]). Contrariamente ao que se fazia prever, tendo em conta os dados estatísticos recolhidos (ver Apêndice D), que colocavam a frequência de ataques com veículos atrás dos ataques com recurso a armas (Lapkova et al., 2018). No entanto, os ataques terroristas com armas (D.3.1.), são a segunda maior preocupação dos participantes ("Agora, se for um atacante com uma arma, aí já não previne nada. Já não dá em nada" [E12]), seguida dos ataques bombistas (D.3.2.) ("E sítios mais vulneráveis a colocação de engenhos explosivos e, também, tem entrada de pessoas estranhas com armas." [E8]), inclusive com recurso a drones (D.3.4.) ("Até porque, muitas vezes, aí a preocupação é com os drones, que muitas pessoas usam, para fazer filmagens, mesmo sem autorizações. Portanto, também é uma preocupação e, às vezes, pode andar aí um drone e a gente não sabe o que anda a fazer" [E5]).

4.5. Medidas de segurança existentes para a mitigação do risco

Passando agora para a categoria que registou mais u.r. (31,35% das u.r. totais) e, como tal foi necessário criá-la, destacam-se algumas subcategorias pelos entrevistados (ver Apêndice L). Particularmente, realça-se a abordagem à presença ou visibilidade policial (E.2.), nesta zona turística, sendo a subcategoria com mais u.r. totais (75 u.r.). Nas alocações, os participantes realçaram, sobretudo o patrulhamento policial (E.2.4.) na zona de Belém, revelando algumas assimetrias entre os entrevistados, já que alguns disseram (sobretudo civis) que os patrulhamentos eram muito poucos e outros relatam que estes existem, mas não na proporção necessária e constante, devido ao pouco efetivo policial, nomeadamente as patrulhas apeadas ("Patrulha apeada não é uma constante, embora, aquele seja um local, que devido à realização de eventos, acabe por ter muita polícia" [E1]; "Em termos de recursos, não há muita visibilidade. Infelizmente, ultimamente, não se vê muito." [E10]).

Outro aspeto elencado foi o tempo de resposta (E.2.1.), pela proximidade de uma esquadra e do próprio Corpo de Intervenção, subunidade da UEP (E.2.6), o que no geral consideram estar numa situação privilegiada, no caso de ativação de meios policiais, mas revelam que nunca é suficiente para evitar vítimas em caso de ataque ("Nós CCB, temos a vantagem a cerca de 300 metros de uma esquadra de Polícia" [E10]; "Logo, as forças policiais, os meios de resposta deviam estar aqui, temos o Corpo de intervenção lá em cima na Ajuda, temos a rapidez" [E10]; "Podem chegar rápido, mas nunca é o suficiente para evitar vítimas" [E9]). Ainda sobre este ponto, alguns participantes referem que o patrulhamento feito pelas Equipas de Intervenção Rápida (E.2.3.), deveria ser mais regular, tal como ocorria em tempos passados ("Como aquelas presenças musculadas que a PSP fazia, em tempos, que apareciam com as EIR's, uma presença mais musculada, pontualmente, em horários desfasado" [E11]).

No que toca a outras medidas de segurança, nomeadamente tecnológicas (E.4.), também muito apontadas pelos participantes, encontram-se os sistemas de videovigilância CCTV (E.4.2.), que é um excelente elemento de dissuasão ("O CCTV é o mais relevante nessa matéria, mas lá está, o CCTV não protege nada, é só dissuasor" [E11]), mas que não funcionam corretamente (E.6.5.) ("Existe sistema de CCTV, em praticamente todos, que dá para identificar, podem é estar inoperacionais." [E9]); existem em todas as atrações, mas revela-se insuficiente (E.6.1.) ("A questão de dentro dos estabelecimentos haver CCTV deficitário" [E4]).

Outro elemento tecnológico que é apontado são os detetores de metais (E.4.3.) no controlo de acessos, com duras críticas em relação à sua inexistência (E.6.1.) ("Controlo de acesso, limitado com detetores de metais, não temos em ambos, como é conhecimento de todos." [E12]) e, também, relativamente ao desconhecimento da sua operacionalidade (E.6.5.) ("Talvez pórticos, detetores de metais nas entradas, mas não sei se funcionam." [E9]), não estando presentes em todos os monumentos, como seria o ideal, segundo os participantes ("Quanto aos detetores de metais, alguns sítios já têm, aqui o Museu da Presidência já tem, mas nem todos têm, mas deviam ter" [E6]).

Outras medidas (E.5.) que também foram mencionadas foram os simulacros (E.5.1.), que no entender dos entrevistados são feitos muito raramente e, quando são feitos, existe uma falta de preparação dos funcionários para responder à crise em questão ("Até numa situação de simulacro, que às vezes acontece, eles não estão preparados" [E4]; "Dou o exemplo de algumas empresas que têm de fazer dois simulacros por ano e não fazem." [E4]). Os participantes revelam ainda uma grande importância na realização destes simulacros, já que se aproximam da realidade ("Era mais a questão da aproximação à realidade. A realidade só se faz com treinos, com simulacros." [E4]) e até abrangiam a resposta a um ataque terrorista, em algumas atrações, cuja continuidade foi afetada pela pandemia ("A pandemia veio afetar, pois isto fazia parte de outras simulações, os simulacros de evacuação, além da ameaça terrorista, também." [E10]).

São ainda abordados determinados elementos físicos (subcategoria E.3.), que servem de proteção para ataques terroristas com a utilização de viaturas (D.3.3.), cujo conteúdo revela uma predominância na presença de elementos como pinos e pilaretes (E.3.2.), blocos de cimento (E.3.4.) e de outras barreiras físicas (E.3.1.) existentes, sobretudo junto ao Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém ("Existe a colocação de barreiras físicas, pinos ao longo dos Jerónimos, da Torre de Belém" [E3]). Além disto, são enunciadas algumas críticas (E.6.) a estes elementos, já que alguns se encontram inoperacionais (E.6.5.), servindo, somente como medida dissuasora e não protetora, propriamente dita ("Esta cerca de cubos tem entradas através de pinos e eles são soltos. Eu quando o meu lugar fica ocupado, encosto o carro, tiro os pinos e recoloco os pinos, portanto, funcionam muito mal ou nem funcionam" [E13]).

Por fim, nesta categoria, os entrevistados dirigem duras críticas (E.6.) a estas medidas, subcategoria que congrega 56 u.r. e que já têm sido abordadas anteriormente. Essencialmente,

existe uma grande inquietação dos entrevistados no que toca à insuficiência (E.6.1.) de medidas de segurança para um público tão vasto, desde a presença policial, à partilha de informações, passando pelo controlo de acessos e, mesmo, na questão do CCTV ("Julgo não existir uma exigência muito imperiosa, no que toca à entrada de objetos nestas instalações" [E2]; "A questão de dentro dos estabelecimentos haver CCTV deficitário" [E4]; "Eu não acredito que haja equipas suficientes que sejam focadas na prevenção do terrorismo, aqui no local. Acho que essas equipas não são suficientes. Em caso de ataque, acho que as equipas não sabem bem o que fazer e como se coordenar" [E8]). Ademais surgem ainda críticas em relação à inexistência (E.6.2.) de determinadas medidas, nomeadamente os participantes, dizem ter, somente, CCTV, mas não em todas as atrações ("Atualmente, não temos medidas sem ser CCTV, temos uma boa cobertura em termos de intrusão, para me mostrar" [E10]; "Nós não temos CCTV. No Mosteiro do Jerónimos, não temos" [E12]). Finalmente, o investimento (E.6.4.) surge como outra crítica, já que se tratam de medidas que exigem um forte investimento monetário, o que leva as entidades a não apostar nestes elementos ("Mas estas já são medidas mais dispendiosas, que a Câmara Municipal e o Governo já não estão dispostos a dar pagar. [E7]; "Não são propriamente os melhores pinos do mundo, blindados, que agora, de forma geral são autênticas fortunas, mas já um controlo (...) do que não havia, foram 30 anos" [E11]).

4.6. Medidas propostas para a mitigação do risco

As propostas de novas medidas de proteção, legislativas (categoria G) e não legislativas (categoria F), afiguraram-se uma temática importante para se abordar nesta investigação, embora não tenham uma grande prevalência no que toca a u.r. (ver Apêndice L).

Observando, primeiro, as medidas de carácter não legislativo propostas (categoria F), a subcategoria dominante no discurso dos participantes foi a melhoria ou a aquisição de mais e melhores elementos tecnológicos (F.1.), sobretudo, na aposta de CCTV na via pública (F.1.1.), como principal medida dissuasora, não só da atividade terrorista, mas também da própria criminalidade e na deteção de comportamentos suspeitos ("A aposta no CCTV público é muito importante, é uma medida que além de funcionar bem, em termos de dissuasão, dá-nos, também, alguma resposta na eventualidade de haver um evento (...) seja em termos de recolha de prova." [E3]; "CCTV público, algum controlo de acessos e formação do nosso pessoal para a deteção

de comportamentos suspeitos." [E3]). Existem ainda discursos sobre a possibilidade deste sistema de CCTV na via pública ser controlado pelas forças de segurança, para uma maior garantia de imparcialidade e rigor ("Ou seja, haver mudanças para que pudesse ser instalado CCTV no espaço público, mas controlado pelas Forças de Segurança, devia ser uma forma de segurança" [E5]).

Outra proposta tecnológica, que até foi bastante criticada nas medidas de segurança (E.6), são os pórticos detetores de metais (F.1.2.), para um melhor controlo de acessos, que é muito escasso, nas diversas atrações, sobretudo no que toca à deteção de objetos, como armas brancas e de fogo ("Eu gostava de ter pórticos de segurança, na entrada, detetor de metais. Na entrada do Museu, quando se vai a um grande Museu, tem aquelas máquinas de raio-x. Eu penso que é extremamente útil e dissuasor de qualquer tipo situação, de quem seja mal-intencionado, porque quem vem a fazer um ataque terrorista pode" [E14]). Existe outra medida assinalada como uma mais valia pelos participantes, que é a integração de telemetria (F.1.5.) no sistema de CCTV, para identificação de determinados sujeitos e viaturas suspeitas ("Tem que haver uma especificidade técnica do equipamento, que ele tem que fazer telemetria, tem de fazer reconhecimento facial, ele tem que fazer uma série de coisas, que tem que fazer, porque eu preciso dessa informação." [E11]), o que acaba por colidir com a política de proteção de dados pessoais. Em relação a outras medidas sugeridas (F.2.) não tecnológicas, centram-se na implementação de um eficaz fluxo de informação (F.2.1.), também apontado como uma vulnerabilidade, anteriormente (D.1.10). Os entrevistados defendem que não devem existir barreiras nas comunicações entre as partes civis e policiais, para uma eficaz prevenção e resolução dos problemas ("Por outro lado, deveria existir uma mudança no fluxo de informações, por forma a chegar a todas as partes intervenientes o essencial para uma melhor condução da prevenção e repressão dos ataques terroristas." [E9]; "Vou dizer uma que é fundamental, mas sei que vocês batem muito nisso, que é a partilha de informações. A informação é fundamental" [E10]).

Outra vertente que surge com esta partilha é uma melhor articulação com outras entidades (F.2.4.), através do estabelecimento de parcerias, para incrementar a eficácia da segurança nesta zona turística ("Acho que temos de começar por algum lado e esta articulação com a PSP e outras polícias Portuguesas, penso que seria uma mais-valia, não só para a

segurança de quem trabalha e defende o nosso património, como também, dos visitantes e, como também, da sociedade, em geral" [E14]).

Na vertente de propostas legislativas (categoria G), destacam-se duas subcategorias. A subcategoria G.2, que se caracteriza, acima de tudo por sugestões de mudanças legislativas na área da segurança privada, nomeadamente, existirem normas que criem a obrigatoriedade de uma formação antiterrorista (G.2.4.) para os elementos da segurança, periodicamente ("Seria uma das prioridades e eu penso que o que nos faz falta, uma legislação efetiva. É mais uma capacidade de concretização, nomeadamente, na compra de meios e na formação de pessoal de segurança, que consiga atuar nestas situações" (E14). Acompanhando esta situação, surgem ainda relatos sobre a necessidade de existência de legislação que obriguem à existência de Diretores de segurança (G.2.2.) ("Além disso, outra mudança legislativa podia ser, a obrigatoriedade para todas as organizações em ter um Diretor de Segurança [E10]) e também de uma cadeia hierárquica (G.2.3), na área da segurança privada das atrações, perfeitamente definida, com repartições equitativas e funções claras ("Que seja o interlocutor direto e que fale a mesma linguagem com a segurança e também existir uma hierarquia, perfeitamente, definida." [E10]; "A mais pertinente começa por terem responsáveis dedicados, exclusivamente, à segurança" [E11]).

A mudança na política da proteção de dados (G.1.), também foi frisada pelos participantes. Os mesmos expressam uma certa limitação, imposta pela Comissão de Proteção de dados pessoais, nas medidas de segurança existente, pelo que sugeriram uma maior flexibilidade no uso dos dados (G.1.1.), mais concretamente no tratamento das imagens de videovigilância, com uma forte fiscalização das forças de segurança (G.1.2.) ("Primeiro, haver mais flexibilidade por parte da Comissão Nacional da Proteção de dados, no que diz respeito do tratamento dos dados captados por videovigilância, permitir que as forças de segurança consigam ter acesso aos sistemas de vigilância sem estarem dependentes de recolher informação e guardá-las nos seus registos, para o devido tratamento, porque são pessoas, são entidades do Estado e várias, sérias e, com certeza que vão fazer utilização dos dados captados para fins de indevidos e que ponham em causa o nome da Instituição e a própria individualidade" [E10]; "Porque quem estiver a utilizar esses dados, deve ser muito fiscalizado, a ver se estão a ser usados, ou não, corretamente" [E5]). Manifestam-se ainda duas grandes preocupações e

sugestões, mencionadas em três entrevistas (6 u.r.), uma no que toca à segurança pública (G.3.), que consiste na obrigatoriedade de existência de planos *security* (G.3.1.) em algumas atrações, do ponto de vista legal, quando exponham um determinado número de visitantes ("Determinados tipos de edifícios, de locais, deviam existir planos de *security*. Eu diria que, determinado tipo de monumentos nacionais, com uma frequência acima de determinado número de turistas, devia ser obrigatório" [E1]). A outra sugestão, referida por um entrevistado foi sobre a punição criminal (G.4.), principalmente, a clarificação do quadro punitivo dos crimes de terrorismo (G.4.1.), em especial os atos preparatórios ("Primeiramente, a nível criminal, clarificar melhor os atos preparatórios e outras ações, bem como conceitos que permitam entender melhor o enquadramento criminal das ações terroristas" [E9]), medida que aparenta ser importante, devido a algumas situações que já ocorreram em Portugal, sobretudo nos últimos tempos.

Conclusão

Conforme se tentou demonstrar, a tendência de escolha de alvos vulneráveis para a realização de ataques terroristas assenta na existência de medidas de segurança limitadas ou no seu mau funcionamento. A zona turística de Belém enquadra-se nesta categorização.

Antes da realização das entrevistas, considerámos importante perceber quais eram as perspetivas policiais e civis, como também, qual seria o estado e os pontos de ligação e de comunicação entre estas duas realidades. Constatou-se, durante as entrevistas que esta ligação é muito escassa e ténue, sobretudo entre os polícias e os órgãos diretivos das atrações turísticas, sobretudo devido aos vários pontos de divergência e desconhecimento, entre as partes. Também foi possível perceber que alguns Diretores das atrações e Diretores de segurança pouco sabiam acerca de determinados procedimentos (p.e. na vertente terrorista), demonstrando incerteza durante a realização das entrevistas, o que afeta a dinâmica de segurança das próprias atrações, tornando-as mais vulneráveis. Constatou-se ainda, de forma geral, que a pandemia trouxe uma diminuição do fluxo turístico para a zona de Belém, refletindo-se num funcionamento mais reduzido das atrações, o que causou uma descontinuidade em alguns procedimentos, como a articulação com outras entidades responsáveis pela segurança, nomeadamente a PSP.

Recuperando a primeira pergunta derivada (Q1), foi possível constatar diversas vulnerabilidades nesta zona da capital do país. Existe uma particular preocupação com a segurança nesta zona turística, que reside no facto de ter um público numeroso, o que torna difícil controlar as próprias multidões e as suas dinâmicas. Muitos turistas manifestam um sentimento de insatisfação geral e fazem várias reclamações para as atrações turísticas, inclusive, criticam a impossibilidade de entrarem nos monumentos com grandes malas e mochilas, o que demonstra uma incompreensão por essa impossibilidade ser, na verdade, uma medida de segurança. Tudo isto aliado às enormes filas que se formam à porta dos monumentos e em estabelecimentos comerciais, bem como às visitas regulares de Chefes de Estado e cerimónias comemorativas em Belém, torna esta zona muito vulnerável a ataques terroristas, o que torna o grau de segurança desta área turística muito variável. Como já foi, também, mencionado, existe uma falta de passagem de informação entre as diversas entidades de gestão dos monumentos e de segurança, o que culmina para uma deficiente articulação nos procedimentos de segurança, em caso de repressão da ameaça, como também, para uma ineficaz

prevenção. Por outro lado, realça-se a facilidade no acesso a informação por parte do público, quer através do recurso à internet, quer pelo fornecimento de informações sensíveis por parte dos funcionários das atrações, que facilita o planeamento de ataques feitos por terroristas. Outra fragilidade desta zona é o fluxo de trânsito realizar-se pelo meio das atrações, culminando numa multiplicidade de acessos, bem como boas vias de fuga dos suspeitos. Não esquecendo, ainda, a realização habitual de eventos no coração destas atrações, como corridas, fator de interesse para terroristas por ser mais um exemplo de aglomeração de pessoas.

As medidas de segurança existentes revelam-se insuficientes, pelo menos no que toca à perpetração de ataques por *active shooters*. É importante realçar a maior preocupação dos participantes para ataques com viaturas demonstrado no discurso, dando menos importância aos ataques com recurso a armas. Tal faz com que sejam concentradas mais medidas de segurança em elementos físicos que impeçam a progressão de viaturas, do que medidas que protejam os visitantes de um atacante que recorra a armas no seu ataque. O próprio controlo de acessos dos espaços turísticos revela-se deficiente por não existir uma fiscalização eficaz na entrada de determinados objetos (como mochilas e malas de pequenas dimensões), bem como a inoperacionalidade de elementos tecnológicos de segurança (CCTV e detetores de metais), aspetos de vulnerabilidade existentes na zona de Belém.

Outro objetivo desta investigação era perceber qual o nível de formação antiterrorista que possuíam os trabalhadores destas atrações turísticas (Q2). Esta formação apresenta-se, manifestamente, insuficiente, uma vez que não foi possível encontrar conteúdos que sejam ministrados aos funcionários. Destaca-se que o único protocolo implementado para a resposta a um ataque terrorista por *active shooter* é o modelo britânico (Anexo VI), algo muito abstrato e que não foi mencionado pelos entrevistados. Também não foi possível averiguar se foi ministrada alguma formação pela PSP, aos trabalhadores destas atrações, tal como acontece em alguns centros comerciais e em escolas de Lisboa. Consideramos, por isso, que será relevante elaborar formações e que sejam centradas nas temáticas de deteção de comportamentos suspeitos e de estreitas ligações e coadjuvação com outras entidades responsáveis pela segurança, nomeadamente as policiais. Assim, é possível dizer que a própria formação acaba por ser uma vulnerabilidade, já que, não sendo suficiente, resulta numa má preparação dos funcionários para cenários de ataques terroristas.

Quanto aos planos de segurança existentes nas infraestruturas turísticas, regista-se a necessidade da sua atualização, tendo de existir a inclusão de matéria terrorista nestes planos, em concreto, os procedimentos a adotar aquando um ataque terrorista, realçando-se neste caso o atacante ativo. Isto, porque foi bastante elencado pelos entrevistados o desconhecimento sobre esta matéria nos planos de segurança existentes, na vertente *safety*. Esta distinção entre a matéria *security* e *safety*, foi uma mais valia no que toca ao esclarecimento de procedimentos, tendo existido esta distinção, também, por parte dos participantes, o que revela um claro conhecimento sobre estas duas vertentes.

Relativamente à terceira questão derivada (Q3), foi possível concluir que existem algumas medidas de segurança nesta zona, embora sejam bastante criticadas, o que culmina em certas sugestões que podem ser adotadas. Destas medidas, destacam-se os meios humanos, em concreto, a presença policial, que pode ser reforçada através do patrulhamento, ficando muito longe do desejado pela população, em geral e pelos trabalhadores das próprias atrações turísticas, consoante o recolhido nas entrevistas. Destaca-se a vantagem de ter uma esquadra nesta zona turística, bem como uma Subunidade da Unidade Especial de Polícia (Corpo de intervenção), que é ativada nos casos de terrorismo. Embora haja uma resposta rápida, dada a proximidade, é importante perceber que nada disto evita a existência de vítimas no caso de ataques terroristas, dada a inerente imprevisibilidade. Existe a necessidade de aumentar a patrulha a pé no local, já que há bastante patrulhamento automóvel, tornando-se mais visível do que os elementos a pé. Tais perceções podem ser afetadas pela presença de muitas pessoas no local, o que faz com que os elementos policiais a pé, possam passar despercebidos aos olhos dos visitantes. A dissuasão da atividade terrorista será melhorada com o robustecimento do policiamento através da colocação de mais elementos das Equipas de Intervenção Rápida a patrulhar a área.

No que diz respeito às medidas tecnológicas, aponta-se a existência de CCTV em algumas atrações turísticas, não estando presente em todas, nem totalmente operacional. Tal como os pódicos detetores de metais, que não funcionam corretamente ou são inexistentes. Todas estas medidas acabam por ser vulnerabilidades, já que a inoperacionalidade ou inexistência tornam estes alvos mais desprotegidos da atividade terrorista.

Já noutra vertente, existem ainda os simulacros, que requerem o treino dos trabalhadores das atrações, para uma maior aproximação à realidade. Estes eram realizados, regularmente antes de surgir a pandemia, que introduziu uma descontinuidade nestas práticas e causou uma menor noção geral dos procedimentos, na vertente *safety*, sendo uma das principais contramedidas para fazer face à ameaça terrorista.

Quanto aos elementos físicos de segurança, presentes no espaço, destacam-se os pinos, pilaretes, blocos de cimento e outras barreiras físicas (como vasos de grandes dimensões). Estes elementos acabam por seguir as atuais condições de outras medidas de segurança e, por isso, alguns encontram-se inoperacionais. Certos elementos podem, inclusive, ser retirados, facilmente, servindo só de dissuasão, não oferecendo uma proteção real contra ataques perpetrados com recurso a viaturas, contribuindo para a incremento das vulnerabilidades nesta zona turística.

No que se refere a medidas a adotar que contribuem para uma melhor preparação do espaço turístico para ataques terroristas, destaca-se a necessidade de aquisição de CCTV na via pública. Esta medida funciona como dissuasão para a prática de crimes, sobretudo realizados por carteiristas, tão prevalentes na área turística e serviria como inibidora da atividade terrorista. Os participantes realçam a necessidade deste sistema de CCTV ser controlado pelas entidades policiais, que garantiriam a fiscalização e manutenção das imagens de videovigilância, não devendo estar totalmente entregue a entidades privadas, devido à necessidade de uso de imagens para melhorar as medidas de proteção e deteção de comportamentos suspeitos. Neste caso, existe um entrave da própria Comissão de Proteção de Dados, que poderia ser mais flexível quanto à utilização de imagens na área da segurança. A eficaz implementação de pórticos nos acessos às atrações seria, igualmente, uma importante medida para a deteção de objetos que podem ser usados por atacantes ativos para a realização de ataques dentro das infraestruturas, bastante realçado pelos participantes. Além disso, também seria importante existir um eficiente fluxo comunicacional, não só entre trabalhadores das atrações, mas também entre estes e as FS, podendo até ser criado um canal específico para a troca de informações relevantes.

Destacamos ainda como barreiras à implementação destas medidas o elevado custo no investimento das mesmas que, segundo quatro entrevistados, o Governo não está disposto a pagar. Outra medida apontada pelos participantes foi a designação de sujeitos que se dediquem

e estejam responsáveis pela área de segurança nas atrações. Em concreto, destaca-se a necessidade de todas as atrações terem um Diretor de Segurança dedicado exclusivamente à segurança das infraestruturas, para um melhor funcionamento da vertente privada da segurança.

Por fim, e relativamente à pergunta de partida formulada, podemos concluir que, no geral, os participantes consideram que a segurança existente na zona de Belém não se encontra totalmente preparada para responder a ataques terroristas, designadamente ataques realizados por atacantes ativos, com recurso a armas e explosivos. Existe, de facto, uma maior aposta na segurança para ataques terroristas com utilização de viaturas, mas é uma preparação ligeira, visto alguns elementos (pinos e pilaretes) revelarem uma certa inoperacionalidade. Portanto, é necessária uma aposta eficaz em material legislativo e procedimental, que vise dotar esta zona turística de medidas de segurança ativas e passivas, bem como outros *soft targets* existentes no nosso país. Ressalva-se ainda a necessidade de articulação de procedimentos entre o setor público e privado, por forma a existir uma uniformidade e consistência na atuação destes dois setores em caso de ataques terroristas.

Quanto às limitações, no decorrer deste estudo, destaca-se a escassez de estudos na área dos *soft targets*, já que é uma temática relativamente recente (surge no ano de 2017), sobretudo estudos realizados em Portugal. Para além disto, foram reveladas determinadas matérias consideradas sensíveis pelos participantes no decorrer das entrevistas, o que fez com que determinados conteúdos não pudessem ser revelados na análise do discurso dos participantes, limitando, em parte, algumas conclusões.

Referências

Artigos científicos:

- Abomhara, M., & Koein, G. (2015). Cyber security and the internet of things: Vulnerabilities, threats, intruders na attacks. *Journal of Cyber Security*, 4(1), 65-88. <https://doi.org/10.13052/jcsm2245-1439.414>
- Adeloye, D., & Brown, L. (2017). Terrorism and domestic tourist risk perceptions. *Journal of Tourism and Cultural Change*, 1(1), 217-233. <https://doi.org/10.1080/14766825.2017.1304399>
- Aikawa, N. (2004). An historical overview of the preparation of the unesco international convention for the safeguarding of the intangible cultural heritage. *Museum International*, 56(1), 137-149. <https://doi.org/10.1111/j.1350-0775.2004.00468.x>
- Baybutt, P. (2015a). Designing risk matrices to avoid risk ranking reversal errors. *Process Safety Progress*, 35(1), 41-46. <https://doi.org/10.1002/prs.11768>
- Baybutt, P. (2015b). Calibration of risk matrices for process safety. *Journal of Loss Prevention in the Process Industries*, 38(1), 163-168. <https://doi.org/10.1016/j.jlp.2015.09.010>
- Bevan, M. T. (2014). A method of phenomenological interviewing. *Qualitative Health Research*, 24(1), 136-144. <https://doi.org/10.1177/1049732313519710>
- Bortolotto, C. (2015). Unesco, cultural heritage, and outstanding universal value: Value-based analyses of the world heritage and intangible cultural heritage conventions. *Journal of Heritage Studies*, 21(5), 528-530. <http://dx.doi.org/10.1080/13527258.2015.1024462>
- Bostrom, N. (2019). The vulnerable world hypothesis. *Global Policy*, 10(4), 455-476. <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12718>
- Bouchard, J. P. (2018). Profile of the perpetrator of the nice terror attack that took place on 14th july 2016: A terrorist whose modus operandi may have been imitated in other european attacks. *Annales Médico-Psychologiques*, 126(6), 607-612. <https://doi.org/10.1016/j.amp.2018.04.002>

- Brauch, H. G. (2011). Concepts of security, challenges, vulnerabilities and risks. In H. G. Brauch et al. (eds), *Coping with global environmental change, disasters and security* (5ª ed., pp. 61-105). Springer-Verlag Berlin Heidelberg. https://doi.org/10.1007/978-3-642-17776-7_2
- Briggeman, J., & Horpedahl, J. (2009). Protecting cultural monuments against terrorism: A comment. *Defence and Peace Economics*, 20(6), 509-512.
<http://dx.doi.org/10.1080/10242690802682364>
- Brunch, M. (2017). Julia Kristeva, disability, and the singularity of vulnerability. *Journal of Literary & Cultural Disability Studies*, 11(2), 133-150.
<http://dx.doi.org/10.1080/10242690802682307>
- Bullock, A. (2016). Conduct one-to-one qualitative interviews for research. *Education for Primary Care*, 27(4), 330-332. <http://dx.doi.org/10.1080/14739879.2016.1176874>
- Casimiro, S. V. (2019). Liberdade e segurança no combate ao terrorismo: Quis custodiet ipsos custode? uma perspectiva jurídica. *Nação e Defesa*, 152(1), 23-38.
- Castro, M. L. S. V. (2018). Diagnóstico de comportamentos de risco: O metropolitano de Lisboa. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. *Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal*.
<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/25030>
- Cherney, A. (2018). Police community engagement and outreach in a counterterrorism context. *Journal of Policing, Intelligence and Counter Terrorism*, 13(1), 60-79.
<https://doi.org/10.1080/18335330.2018.1432880>
- Cuesta, A., Abreu, O., Balboa, A., & Alvear, D. (2019). A new approach to protect soft-targets from terrorist attacks. *Safety Science*, 120(1), 877-885.
<https://doi.org/10.1016/j.ssci.2019.08.019>
- Cypress, B. S. (2017). Rigor or reliability and validity in qualitative research: Perspectives, strategies, reconceptualization, and recommendations. *Dimensions of Critical Care Nursing*, 36(4), 253-263. <https://doi.org/10.1097/DCC.0000000000000253>

- Dearnley, C. (2005). A reflection on the use of semi-structured interviews. *Nurse Researcher*, 13(1), 19-28. <https://doi.org/10.7748/nr2005.07.13.1.19.c5997>
- Duarte, F. P. (2013). Jihadismo de natureza autóctone” e “lobos solitários”: A terceira forma de al-qaeda. *Janus Anuário*, 1(1), 48-49. <https://janusonline.pt/janus-2013>
- Duarte, F. P. (2020). Non-kinetic hybrid threats in europe: The portuguese case study (2017-18). *Transforming Government: People, Process and Policy*, 14(3), 433-451. <https://doi.org/10.1108/TG-01-2020-0011>
- Egnoto, M. J., Griffin, D. J., & Qiao, F. (2018). Grandstanding or foreshadowing: Analysing the university of alabama active shooter threats with intergroup threat theory. *Dynamics of Asymmetric Conflict*, 11(3), 171-185. <https://doi.org/10.1080/17467586.2018.1432867>
- Elias, L. (2013). A externalização da segurança interna: As dimensões global, europeia e lusófona. *Relações Internacionais*, 40(1), 9-29.
- Elias, L. (2019). O terrorismo transnacional contemporâneo: Segurança, justiça e cooperação. *Nação e Defesa*, 152(1), 78-112.
- Elo, S., & Kyngas, H. (2007). The qualitative content analysis process. *Journal of Advanced Nursing*, 62(1), 107-115. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2007.04569.x>
- Duque, R. (2015). Singularidade da coexistência da liberdade e da segurança em democracia. In E. P. Correia (Ed.), *Liberdade e segurança* (1ª ed., pp. 55-70). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Ferris, J. (2017). The british empire and hybrid warfare, 1700–1970. In Murray, W., & Mansoor, P. R. (Eds), *Small wars and great games* (pp. 199-224). Cambridge University Press. <http://doi.org/10.1017/CBO9781139199254.008>
- Franco, H. (2019). Terrorismo e propaganda nos media. *Nação e Defesa*, 152(1), 48-57.
- Frey, B. S., & Rohner, D. (2007). Protecting cultural monumets against terrorism: A reply. *Defence and Peace Economics*, 20(6), 513-514. <http://dx.doi.org/10.1080/10242690802682364>

- Frey, B. S., & Rohner, D. (2009). Protecting cultural monumets against terrorism: A reply. *Defence and Peace Economics*, 20(6), 513-514.
<http://dx.doi.org/10.1080/10242690802682364>
- Gill, P., Stewart, K., Treasure, E., & Chadwick, B. (2008). Methods of data collection in qualitative research: Interviews and focus groups. *British Dental Journal*, 204(6), 291-295. <https://doi.org/10.1038/bdj.2008.192>
- Han, C. (2018). Precary, precariousness and vulnerability. *Annual Review of Anthropology*, 47(1), 331-343. <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-102116-041644>
- Jacobs, L. M., McSwain, N. E., Rotondo, M. F., Wade, D., Fabbri, W., Easteman, A. L., Butler, F. K., & Sinclair, J. (2013). Improving survival from active shooter events: The Hartford Consensus. *Journal Trauma Acute Care Surg*, 74(6), 1399-1400.
<https://doi.org/10.1097/TA.0b013e318296b237>
- Jensen, S. (2017). Terrorism, trust and tourism. *Issues in Social Science*, 5(2), 25-33.
<https://dx.doi.org/10.5296/iss.v5i2.12331>
- Joffé, G. (2019). Transnational terrorismo regenerated. *Nação e Defesa*, 152(1), 8-22
- Klassen, A. B., Marshall, M., Dai, M., Mann, N. C., & Sztajnkrucer, M. D. (2018). Emergency medical services response to mass shooting and active shooter incidentes: United states, 2014–2015. *Prehospital Emergency Care*, 1(1), 1-8.
<https://doi.org/10.1080/10903127.2018.1484970>
- Lanouar, C., & Goaiad, M. (2019). Tourism, terrorism and political violence in tunisia: Evidence from markov-switching models. *Tourism Management*, 70(2), 404-418.
<https://doi.org/10.1016/j.tourman.2018.09.002>
- Lapkova, D., Kotek, L., & Kralik, L. (2018, outubro 21-28). Soft targets: Possibilities of their identification. In B. Katalinic (Chairs), DAAAM International [Simpósio]. *29th DAAAM International Symposium Week, Zadar, Croatia, Europa*.
<https://doi.org/10.2507/29th.daaam.proceedings.053>

- Lee, J., Lee, Y., & Huang, S. (2018). Dynamic relationships among tourist arrival, crime rate, and macroeconomic variables in taiwan. *Journal of Tourism Reasearch*, 23(9), 896-906. <https://doi.org/10.1080/10941665.2018.1500380>
- Lima, J. L. O., & Manini, M. P. (2016). Metodologia para análise de conteúdo qualitativa integrada à técnica de mapas mentais com o uso de softwares nvivo e freemind. *Informação & Informação*, 21(3), 63-100. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2016v21n3p63>
- Long, T., & Johnson, M. (2000). Rigour, reliability and validity in qualitative research. *Clinical Effectiveness in Nursing*, 4(1), 30-37. <https://doi.org/10.1054/cein.2000.0106>
- Mawby, R. I. (2014). Crime and disorder, security and the tourism industry. *Research Gate*. https://doi.org/10.1007/978-1-349-67284-4_18
- McIntosh, C. (2015). Counterterrorism as war: Identifying the dangers, risks, and opportunity costs of u.s. strategy toward al Qaeda and its affiliates. *Studies in Conflict & Terrorism*, 38(1), 23–38. <https://dx.doi.org/10.1080/1057610X.2014.974408>
- Miller, G. A., & Creswell, J. W. (1997). Research methodologies and the doctoral process. *New Directions for Higher Education*, 97(99), 33-46. <https://doi.org/10.1002/he.9903>
- Moniz, p. (2019). Terrorismo e violência política: Como combater o ciberterrorismo e a redicalização. *Nação e Defesa*, 152(1), 58-77.
- Noble, H., & Smith, J. (2015). Issues of validity and reliability in qualitative research. *Evidence-Based Nursing*, 18(2), 34-36. <https://doi.org/10.1136/eb-2015-102054>
- Orlob, J. A. (2004). Protecting soft targets: The jw marriott jakarta case study. *Journal of Homeland Security and Emergency Management*, 1(3), 1-5. <https://doi.org/10.2202/1547-7355.1041>
- Pereira, J. (2019). Vigilância vídeo: Interceção preventiva de comunicações e contraterrorismo. *Nação e Defesa*, 152(1), 39-47.
- Pinho, J. M. B. C. (2017). Museus e internet: Recursos online nos sítios web dos museus nacionais portugueses. *Textos de la CiberSociedad*, 8(1), 1-5.

- Qu, S. Q., & Dumay, J. (2011). The qualitative research interview. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 19(1), 283-264.
<https://doi.org/10.1108/11766091111162070>
- Rigakos, G. S., Davis, R. C., Ortiz, C., Blunt, A., & Broz, J. (2009). Soft targets?: A national survey of the preparedness of large retail malls to prevent and respond to terrorist attack after 9/11. *Security Journal*, 22(1), 286-301.
<https://doi.org/10.1057/palgrave.sj.8350084>
- Ritcher, L. K., & Waugh, W. L. (1987). Terrorism and tourism as logical companions. *Tourism Management*, 7(4), 230-238. [https://doi.org/10.1016/0261-5177\(86\)90033-6](https://doi.org/10.1016/0261-5177(86)90033-6)
- Rocci, A. (2009). A semidirective interview method to analyze behavioral changes: A focus on two case studies. *Journal of the Transportation Research Board*, 2105(1), 37-43.
<https://doi.org/10.3141/2105-05>
- Rose, J., & Johnson, C. W. (2020). Contextualizing reliability and validity in qualitative research: Toward more rigorous and trustworthy qualitative social science in leisure research. *Journal of Leisure Research*, 1(1), 1-20.
<https://doi.org/10.1080/00222216.2020.1722042>
- Rowley, J. (2012). Conducting research interviews. *Management Research Review*, 35(4), 260-271. <http://dx.doi.org/10.1108/01409171211210154>
- Sattler, D. N., Larpenteur, K., & Shipley, G. (2011). Active shooter on campus: Evaluating text and e-mail warning message effectiveness. *Journal of Homeland Security and Emergency Management*, 8(1), 1-15. <https://doi.org/10.2202/1547-7355.1826>
- Spiers, J., Morse, J. M., Olson, K., Mayan, M., & Barrett, M. (2018). Reflection/commentary on a past article: "Verification strategies for establishing reliability and validity in qualitative research". *International Journal of Qualitative Methods*, 17(1), 1-2.
<https://doi.org/10.1177/1609406918788237>
- Stiefel, B. L. (2018). Rethinking and reevaluating unesco world heritage sites: Lessons experimented within the usa. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 8(3), 47-61. <https://doi.org/10.1108/JCHMSD-02-2017-0006>

- Stuckey, H. L. (2018). Three types of interviews: Qualitative research methods in social health. *Journal of Social Health and Diabetes*, 2(1), 56-59.
<https://doi.org/10.4103/2321-0656.115294>
- Torres, J. E. M. (2012). Segurança «just in time»: Abandonar de vez o paradigma da mão-de-obra intensiva. *Politeia*, 8(1), 235–247.
- Torres, J. M. M. (2018). Terrorismo do séc. XXI: Lidar com o risco ou com a incerteza. *Segurança e Defesa*, 38(1), 14-32. <https://eurodefense.pt/revista-seguranca-e-defesa-n-o-38/>
- Vaismoradi, M., Jones, J., Turunen, H., & Snelgrove, S. (2016). Theme development in qualitative content analysis and thematic analysis. *Journal of Nursing Education and Practice*, 6(5), 100-110. <http://dx.doi.org/10.5430/jnep.v6n5p100>
- Vaismoradi, M., Turunen, H., & Bondas, T. (2013). Content analysis and thematic analysis: Implications for conducting a qualitative descriptive study. *Nursing and Health Sciences*, 15(3), 1-8. <https://doi.org/10.1111/nhs.12048>
- Vaivio, J. (2012). Interviews: Learning the craft of qualitative research interviewing. *European Accounting Review*, 21(1), 186-189.
<http://dx.doi.org/10.1080/09638180.2012.675165>
- Yilmaz, K. (2013). Comparison of quantitative and qualitative research Traditions: epistemological, theoretical, and methodological differences. *European Journal of Education*, 48(2), 311-325. <https://doi.org/10.1111/ejed.12014>

Livros e Capítulos de livros:

- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (3.^a reimp.). Almedina Brasil.
- Baybutt, P. (2017). Security vulnerability analysis: Protecting process plants from physical and cyber threats. In G. Reniers, N. Khakzad, & P. V. Gelder (Eds), *Security Risk Assessment* (1^a ed., pp. 32-74). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110499087-003>
- Beck, U. (1992). *Risk society: Towards a new modernity*. SAGE Publications.

- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1998). *Qualitative research for education: An introduction theory and methods* (3ª ed.). Allyn & Bacon.
- Botterill, D., & Jones, T. (2010). *Tourism and crime: Key themes*. Goodfellow Publishers Limited
- Brian, M. J., & Jonhson, J. (1975). *Internacional terrorism: A chronology, 1968-1974*.
<https://www.rand.org/pubs/reports/R1597.html>
- Carvalho, J. E. (2009). *Metodologia do trabalho científico* (2ª ed.). Escolar Editora.
- Chaliand, G., & Blin, A. (Eds.). (2007). *The history of terrorism: From antiquity to al Qaeda*. University of California Press, Ltd.
- Clutterbuck, L. (2018). Policing in counterterrorism. In A. Sike (Ed.), *Routledge Handbook of terrorismo and counterterrorism* (1ª ed., pp. 375-383). Routledge.
- Corvasce, M. V., & Paglino, J. R. (2001). *Modus operandi: A writer's guide to how criminals work*. Writer's Digest Books.
- Danowski, J. A. (2011). Counterterrorism minning for individuals semantically-similar to watchlist members. In U. K. Will (Ed.), *Counterterrorism and open source intelligence* (1ª ed., pp. 223-244). SpringerWienNewYork.
<https://doi.org/10.1007/978-3-7091-0388-3>
- Elias, L. (2018). *Ciências policiais e segurança interna: Desafios e prospetiva*. .
- Fiães, L. F. (2014). *Intelligence e segurança interna*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Fridman, O. (2019). A war of definitions: Hybridity in russia and the West. In Fridman, O., Kabernik, V., & Pearce, J. C. (Eds), *Hybrid conflicts and information warfare* (pp. 67-87). Lynne Rienner Publishers.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica* (A. M. Parreira, Trad.). Monitor (Trabalho original publicado em 2002).
- Hesterman, J. (2015). *Soft target Hardning: Protecting people from attack*. Taylor & Francis Group. <https://doi.org/10.4324/9780429422966>

- Hesterman, J. (2017). The psychology of soft targeting and our unique vulnerability. In M. J. Michael & J. Hesterman (Eds), *Soft targets and crisis management* (1^a ed., pp. 9-27). Taylor & Francis Group. <https://doi.org/10.4324/9781315451091>
- Hoffman, B. (2006). *Inside terrorism*. Columbia University Press
- Jason, L. A., & Glenwick, D. S. (2016). *Handbook of methodological approaches to community-based research: Qualitative, quantitative and mixed methods*. Oxford University Press.
- Kalvach, Z. (2016). *Basics of soft targets protection guidelines*. Soft Targets Protection Institute.
- Kothari, C. R. (2009). *Research methodology: Methods and techniques*. New Age International (P) Mimited, Publishers.
- Kumar, R. (2011). *Reasearch methodology: A step-by-step guide for beginners* (3^a ed.). SAGE Publications Ltd.
- Lewis, O. (2017). Conceptualizing state counterterrorism. In S. N. Romaniuk, F. Grice, D. Irrera, & S. Webb (Eds.), *The palgrave handbook of global counterterrorism policy* (1^a ed., pp. 3-38). Palgrave Handbooks. <https://doi.org/10.1057/978-1-137-55769-8>
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. L. (2017). *Fundamentos de metodologia científica* (8^a ed.). Editora Atlas.
- Mullins, S. (2019). Counter-Terrorism. In Mullins, S. (Ed), *Jihadist Infiltration of Migrant Flows to Europe: Perpetrators, Modus Operandi And Policy Implications* (1^a ed, pp. 121-157). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-13338-2_6
- Nacos, B. L. (2016). *Terrorism and counterterrorism* (5^a ed.). Routledge
- Newburn, T. (2008). Policing since 1945. In T. Newburn (Ed.). *Handbook of policing* (2^a ed., pp. 90-115). Willan Publishing.
- Nizamani, S., Menon, N., & Will, U. K. (2011). Detection of illegitime emails using boosting algorithm. In U. K. Will (Ed.), *Counterterrorism and open source intelligence* (1^a ed., pp. 249-260). SpringerWienNewYork. <https://doi.org/10.1007/978-3-7091-0388-3>

- Polit, D.F. & Beck, C.T. (2004). *Nursing research: Principles and methods*. Lippincott Williams & Wilkins.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2017). *Manual de investigação em ciências sociais*. Gradiva
- Ratcliffe, J. (2008). *Intelligence-led policing*. Willan Publishing.
- Schulz, D. P. (2012). Transportation terrorism countermeasures. In F. B. Bolz, K. J. Dudonis, & D. P. Schulz (Eds), *The counterterrorism handbook: Tactics, procedures and techniques* (4^a ed., pp. 295-310). CRC Press.
- Singh, Y. K. (2006). *Fundamental research methodology and statistics*. New age international publishers.
- Supino, P. G., & Borer, J. S. (2012). *Principles of research methodology: A guide for clinical investigators*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-1-4614-3360-6>
- Torres, J. M. M. (2015). *Gestão de riscos no planeamento, execução e auditoria de segurança*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
- Wilkinson, I. (2009). *Risk, vulnerability and everyday life*. Routledge

Publicações institucionais e Trabalhos de investigação:

- Alves, J. F. M. (2020). A prevenção e o combate às ameaças híbridas: Impacto para as forças armadas portuguesas. [Trabalho de Investigação Individual, Instituto Universitário Militar]. *Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal*.
<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/33605>
- Comissão Europeia. (2012, novembro 14). *Communication from the commission to the european parliament, the council, the european economic and social committee and the committee of the regions a blueprint to safeguard europe's water resources*. *Eur-lex*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX%3A52012DC0673>
- Comissão Nacional da UNESCO. (s.d). Património mundial em Portugal. *UNESCO Portugal*. Retirado a janeiro 1, 2022, de <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal>

- Comité de Contraterrorismo da Austrália & Nova Zelândia. (s.d.). *Crowded places self-assessment tool*. <https://www.nationalsecurity.gov.au/Media-and-publications/Publications/Documents/crowded-places-self-assessment-tool.pdf>
- Conceição, S. M. S. (2021). A proteção de soft targets face à ameaça terrorista: O caso dos centros comerciais em Portugal. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. *Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal*. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/37070>
- Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América. (novembro, 2021). *DOD Dictionary of Military and Associated Terms*. Retirado a novembro 29, 2021, de <https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/dictionary.pdf>
- Departamento para as Comunidades Locais & Governos Locais do Reino Unido (2012). *Crowded places: The planning system and counter-terrorism*. https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/375208/Crowded_Places-Planning_System-Jan_2012.pdf
- European Centre of Excellence for Countering Hybrid Threats. (s.d.). Hybrid threats. *Hybrid CoE*. Retirado a dezembro 6, 2021, de <https://www.hybridcoe.fi/hybrid-threats/>
- European Union Law. (2018, julho 23). Estratégia de luta contra o terrorismo: Síntese do artigo 83.º do tratado sobre o funcionamento da união europeia (tfue) e estratégia antiterrorista da ue. *EUR-Lex*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3A133275>
- EUROPOL. (2021). *European terrorism situation and trend report: 2021*. <https://www.europol.europa.eu/publications-events/main-reports/tesat-report>
- Hoogeveen, J., Tesliuc, E., & Vakis, R. (2004). A guide to the analysis of risk, vulnerability and vulnerable groups. *Research Gate*. https://www.researchgate.net/publication/238528462_A_Guide_to_the_Analysis_of_Risk_Vulnerability_and_Vulnerable_Groups
- Jashari, L. (2018). Soft target security: Environmental design and the deterrence of terrorista attacks on soft targets in aviation transportation. [Pós-graduação, Naval Postgraduate

School]. *Calhoun: The NPS Institutional Archive*.

<https://calhoun.nps.edu/handle/10945/58317>

Malheiro, A. M. (2015). Incidente tático-policial vs atirador ativo. [Trabalho de Investigação Final: Curso de Comando e Direção Policial, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. *Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal*.

<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/34605>

Ministério da Administração Interna. (2018). *Relatório anual de segurança interna 2017*.

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2017>

Ministério da Administração Interna. (2019). *Relatório anual de segurança interna 2018*.

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2018>

Ministério da Administração Interna. (2020). *Relatório anual de segurança interna 2019*.

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2019->

Ministério da Administração Interna. (2021). *Relatório anual de segurança interna 2020*.

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2021>

Nascimento, J. M. M. (2019). Segurança do património cultural: Prevenção e mitigação do risco. [Trabalho de Investigação Final: Curso de Comando e Direção Policial, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. *Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal*.

<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/34968?locale=en>

Organização do Tratado do Atlântico Norte. (2019). *Warsaw summit communiqué: Issued by the heads of state and government participating in the meeting of the north atlantic council in warsaw 8-9 july 2016* [Comunicado de imprensa].

https://www.nato.int/cps/ic/natohq/official_texts_133169.htm

Silva, A. M. L. (2017). A corresponsabilização no exercício da segurança pública: A proteção de soft targets. [Trabalho de Investigação final, Instituto Superior de Ciências

Policiais e Segurança Interna]. *Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal*. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/35120>

Treverton, G., Thvedt, A., Chen, A., Lee, K. & McCue, M. (2018). *Addressing Hybrid Threats*. Swedish Defence University.
<https://www.hybridcoe.fi/publications/addressing-hybrid-threats/>

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (s.d.). What is unesco?. *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*. Retirado a dezembro 31, 2021, de <https://www.unesco.org/en/introducing-unesco>

Fontes eletrónicas e imprensa:

BBC. (2011, outubro 20). Full text: Basque ceasefire declaration. *BBC News*.
<https://www.bbc.com/news/world-europe-15395157>

CalcMaps. (s.d.). Calcular área no mapa. *CalcMaps*. Retirado a janeiro 15, 2022, de
<https://www.calcmaps.com/pt/map-area/>

Centro para a Proteção de Infraestruturas Nacionais. (2020, dezembro 14). *Behavioural detection*. <https://www.cpni.gov.uk/behavioural-detection-0>

Cultura Portugal. (2020, julho 23). Museus, palácios e monumentos nacionais. *Cultura Portugal*. <https://www.culturaportugal.gov.pt/pt/saber/2020/07/museus-palacios-e-monumentos-nacionais-descontos-de-verao/>

Direção-Geral do Património Cultural. (2019). Estatísticas de visitantes de museus, palácios e monumentos tutelados pela dgpc 2014 – 2018. *Património Cultural*.
http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/museus_e_monumentos/totaism_m_p2014_2018.pdf

Direção-Geral do Património Cultural. (s.d.a). Rede portuguesa de museus. *Património Cultural*. Retirado a dezembro 30, 2021, de
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/>

Direção-Geral do Património Cultural. (s.d.b). Monumentos Nacionais Portugueses. *Património Cultural*. Retirado a dezembro 31, 2021, de

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/result/?name=&situation=321895&catprot=2014&invtema=&type=&concelho=&records=10>

Direção-Geral do Património Cultural. (s.d.c). Estatísticas de visitantes de museus, palácios e monumentos tutelados pela dgpc 2014-2018. *Património Cultural*. Retirado a janeiro 4, 2022, de http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/museus_e_monumentos/totaism_m_p2014_2018.pdf

Dicionário Priberam. (s. d.). *Dicionario.priberam.org*. Retirado a novembro 11, 2021, de <https://dicionario.priberam.org/vulnerabilidade>

Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural. (2019). *Egeac: Relatório e contas 2018*. <https://egeac.pt/sobre/documentos-institucionais/>

Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural. (2020). *Egeac: Relatório e contas 2019*. <https://egeac.pt/wp-content/uploads/2021/02/relatorio-contas-2019.pdf>

Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural. (2021). *Egeac r & c: Relatório e contas 2020*. <https://egeac.pt/sobre/documentos-institucionais/>

Fundação do Centro Cultural de Belém. (2018). *2017: Relatório de atividades e gestão*. <https://www.ccb.pt/wp-content/uploads/2020/03/FCCBRelatorioEContas2017.pdf>

Fundação do Centro Cultural de Belém. (2019). *2018: Relatório de atividades e gestão*. <https://www.ccb.pt/wp-content/uploads/2020/03/2018RelatorioAtividadesGestao2018.pdf>

Fundação do Centro Cultural de Belém. (2020). *2019: Relatório de atividades e gestão*. <https://www.ccb.pt/wp-content/uploads/2020/06/relatoriocontasegestao2019.pdf>

Fundação do Centro Cultural de Belém. (2021). *2020: Relatório de atividades e gestão*. <https://www.ccb.pt/wp-content/uploads/2021/05/RelatorioAtividadesGestao2020Maio.pdf>

Global Terrorism Database. (s.d.a). All incidents regardless of doubt targets: Tourists.

National *Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism*.

Retirado a janeiro 3, 2022, de

https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?start_yearonly=&end_yearonly=&start_year=&start_month=&start_day=&end_year=&end_month=&end_day=&asmSelect0=&asmSelect1=&target=18&ctp2=all&success=yes&casualties_type=b&casualties_max

Global Terrorism Database. (s.d.b). GTD search results: *Country attacks*. Retirado a setembro 17, 2021, de

https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?chart=country&casualties_type=&casualties_max=

Institute for Economics and Peace. (s.d.). Global peace index: 2021. *Vision of Humanity*.

Retirado a janeiro 7, 2022, de <https://www.visionofhumanity.org/maps/#/>

Instituto Nacional de Estatística. (2017). *Estatísticas do turismo 2016*.

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=277048338&PUBLICACOESmodo=2

Instituto Nacional de Estatística. (2018). *Estatísticas do turismo 2017*.

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=320462327&PUBLICACOESmodo=2

Instituto Nacional de Estatística. (2019). *Estatísticas do turismo 2018*.

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=358629548&PUBLICACOESmodo=2

Instituto Nacional de Estatística. (2020). *Estatísticas do turismo 2019*.

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=133574&PUBLICACOESmodo=2

Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Estatísticas do turismo 2020*.

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=280866098&PUBLICACOESmodo=2

- Lopes, M. A. (2021). Em 2019, Lisboa foi a 4.^a cidade mais procurada e Portugal o 5.^o país nas plataformas de reserva turística. *Jornal Expresso*. <https://expresso.pt/sociedade/2021-06-29-Em-2019-Lisboa-foi-a-4.-cidade-mais-procurada-e-Portugal-o-5.-pais-nas-plataformas-de-reserva-turistica-f96b95dc>
- Lusa. (2020). Visitas a museus, monumentos e palácios nacionais com ligeira subida em 2019. *Diário de Notícias*. <https://www.dnoticias.pt/2020/4/30/54373-visitas-a-museus-monumentos-e-palacios-nacionais-com-ligeira-subida-em-2019>
- Lusa. (2021a). Covid-19: Museus e monumentos nacionais perderam 70% dos visitantes em 2020. *Jornal Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/28/culturaipilon/noticia/covid19-museus-monumentos-nacionais-perderam-70-visitantes-2020-1948314>
- Lusa. (2021b, julho 28). Museus, monumentos e palácios nacionais perderam 68,7% de visitantes no primeiro semestre comparando com 2020. *Observador*. <https://observador.pt/2021/07/28/museus-monumentos-e-palacios-nacionais-perderam-687-de-visitantes-no-primeiro-semester-comparando-com-2020/>
- Lusa. (2021c, julho 29). Museus e monumentos nacionais perderam 68,7% de visitantes no 1.^o semestre. *Jornal Público*. <https://www.publico.pt/2021/07/29/culturaipilon/noticia/museus-monumentos-nacionais-perderam-687-visitantes-1-semester-1972258>
- PorData. (2019, maio 06). Museus, palácios e monumentos da direcção-geral do património cultural: Visitantes. *PorData*. <https://www.pordata.pt/Portugal/Museus++pal%C3%A1cios+e+monumentos+da+Direc%C3%A7%C3%A3o+Geral+do+Patrim%C3%B3nio+Cultural+visitantes-388>

Legislação internacional e nacional consultada:

Carta Internacional sobre o Turismo Cultural, outubro 23, 1999.

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaintsobreTurismocultural1999.pdf>

Comissão Europeia (2017). *Action Plan to support the protection of public spaces*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52017DC0612>

Conselho da União Europeia (2005). *Estratégia Antiterrorista da União Europeia*. Presidência e Coordenação de Luta Antiterrorista.
<https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST%2014469%202005%20REV%204/PT/pdf>

Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, novembro 16, 1972,
<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial, junho 28, 2002,
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/declaracaoBudapestesobrepatriomoniomundial2002.pdf>

Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio. *Diário da República n.º 102/2012 – Série I*. Lisboa: Governo Português, 2772-2777.

Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo. Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2015, de 20 de fevereiro. *Diário da República n.º 36/2015 – Série I*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros

Lei n.º 34/2013, de 16 de maio. *Diário da República n.º 94/2013 – Série I*. Lisboa: Assembleia da República, 2921-2942.

Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto. *Diário da República n.º 195/2004 – Série I-A*. Lisboa: Assembleia da República, 5379-5394.

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. *Diário da República n.º 167/2008 – Série I*. Lisboa: Assembleia da República, 6135-6141.

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. *Diário da República n.º 209/2001 – Série I-A*. Lisboa: Assembleia da República, 5808-5829.

Norma de Execução Permanente n.º DN/AUOOS/DO/01/11, de 5 de janeiro. Lisboa: Direção nacional da Polícia de Segurança Pública.

Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança.
Deliberação n.º 230/2006, de 18 de maio. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Recomendação n.º 32001H1214/2001, de 6 de dezembro. *Jornal Oficial n.º C356.* Bruxelas: Conselho Europeu, 0001-0002. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32001H1214%2801%29>

Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, de 15 de novembro de 1989. Paris: Conferência Geral da UNESCO.
<http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/File/DownloadFile?idFicheiro=3069>

Resolução n.º 2347/2017, de 24 de março. *Security Council Condemns Destruction, Smuggling of Cultural Heritage by Terrorist Groups, Unanimously.* 7907º Meeting: Conselho de Segurança das Nações Unidas.
<https://www.un.org/press/en/2017/sc12764.doc.htm>

Anexos

Anexo I – Ofício de autorização para o acesso a documentação classificada

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
DIRECÇÃO DE ENSINO
SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de Recursos
Humanos
(Departamento de Formação)
DN/PSP Largo da Penha de França, N.1
1199-010 LISBOA

Sua Referência:

Sua Comunicação:

Nossa Referência: 16/SECDE/2022

Classificador: 080.01.10

Processo: SECDE202100001ASP

Data: 2022-01-11

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio, compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de ciências policiais, ciências jurídicas e ciências sociais e humanas.
2. O Aspirante a Oficial de Polícia João Abel Gomes Moreira irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema " A ameaça terrorista em soft targets: A proteção do eixo turístico da zona de Belém", do qual são orientadores a Sra. Prof.ª Doutora Raquel Duque e o Sr. Superintendente António Leitão da Silva.
3. Tem-se por objetivo perceber como é que os elementos policiais mitigam os comportamentos de risco por parte dos adeptos; averiguar de que forma as condições estruturais dos pavilhões influenciam o policiamento do evento desportivo; e analisar o impacto do Decreto-Lei nº 216/2012, de 9 de outubro, na segurança de um evento realizado em pavilhão.
4. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para aceder e fazer referência aos seguintes documentos:
 - a) Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança (PCCCOFSS).
 - b) NEP n.º DN/ AUOOS/DO/01/11, relativa à Gestão de Incidentes Tático Policiais (ITP's).
5. A informação obtida contribuirá, de forma decisiva, para a redação de um capítulo da dissertação.
6. Mais se informa V.ª Ex.ª de que o Aspirante a Oficial de Polícia João Moreira se compromete a respeitar a confidencialidade e reserva da informação, não transcrevendo, no todo ou em parte, passagem do documento.

O Diretor

José Carlos Bastos Leitão
Superintendente



R. 1º de Maio, nº3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535 www.iscpsi.pt |

iscpsi@psp.pt

Anexo II – Ofício de autorização para a realização de entrevistas

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
DIRECÇÃO DE ENSINO
SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de Recursos
Humanos
(Departamento de Formação)
DN/PSP Largo da Penha de França, N.1
1199-010 LISBOA

Sua Referência:

Sua Comunicação:

Nossa Referência: 15/SECDE/2022

Classificador: 080.01.10

Processo: SECDE202100001ASP

Data: 2022-01-11

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado Integrado em Ciências Policiais

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio, compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de ciências policiais, ciências jurídicas e ciências sociais e humanas.
2. O Aspirante a Oficial de Polícia João Abel Gomes Moreira, irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema " A ameaça terrorista em soft targets: A proteção do eixo turístico da zona de Belém", do qual são orientadores a Sra. Prof.ª Doutora Raquel Duque e o Sr. Superintendente António Leitão da Silva.
3. Tem-se por objetivo perceber como é que os elementos policiais mitigam os comportamentos de risco por parte dos adeptos; averiguar de que forma as condições estruturais dos pavilhões influenciam o policiamento do evento desportivo; e analisar o impacto do Decreto-Lei nº 216/2012, de 9 de outubro, na segurança de um evento realizado em pavilhão.
4. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para a realização de entrevistas aos seguintes elementos policiais da PSP, as quais poderão ser levadas a cabo de forma presencial ou via e-mail:
 - Exmo. Sr. [REDACTED]
 - Exmo. Sr. [REDACTED]
 - Exmo. Sr. [REDACTED]
 - Exmo. Sr. [REDACTED]- Até 20 elementos policiais da 26.ª Esquadra de Belém, da carreira de Oficial, Chefes e Agentes.
5. Anexa-se o guião de entrevista.
6. A informação obtida contribuirá, de forma decisiva, para a redação de um capítulo da dissertação.
7. Mais se informa V.ª Ex.ª de que o Aspirante a Oficial de Polícia João Moreira se compromete a não usar os dados fora do âmbito deste trabalho académico.

O Diretor

José Carlos Bastos Leitão
Superintendente



R. 1º de Maio, nº3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535 www.iscpsi.pt |

iscpsi@psp.pt

147458
Página 1/1

Anexo III – Medidas estabelecidas pelo PAAPEPUE para responder às novas ações terroristas

Tabela 5. Medidas estabelecidas pelo PAAPEPUE

| Objetivo | Ação |
|---|--|
| Reforçar a cooperação e coordenação entre os Estados-Membros a nível político | Estabelecer um grupo político da UE para a proteção de alvos vulneráveis e um fórum de praticantes com profissionais e redes de aplicação da lei dos Estados-Membros |
| Reforçar a cooperação entre unidades policiais especializadas. | Estabelecer uma rede de segurança de alto risco como uma rede de profissionais que se regem pela aplicação da lei, sobre a proteção de espaços públicos de alto risco, com o objetivo de proporcionar uma formação comum e realizar exercícios conjuntos e de partilha das melhores práticas |
| Melhorar a proteção física dos edifícios. | Fornecer orientação sobre como aumentar a resistência física dos edifícios |
| Aumentar a protecção de lugares lotados, eventos desportivos e culturais. | Fornecer material de orientação sobre a proteção de lugares lotados, incluindo eventos desportivos e culturais, com base em testes com Estados-Membros selecionados. Desenvolver uma aplicação electrónica para facilitar a avaliação da vulnerabilidade de todos os tipos de espaços públicos |
| Aumentar a segurança nos aeroportos. | Fornecer material de orientação para a proteção de áreas terrestres nos aeroportos, com ênfase nos fluxos de passageiros |
| Intensificar a utilização de cães detetores de explosivos | Fornecer material de orientação sobre a utilização de cães detetores de explosivos na proteção de espaços públicos |

Nota. Tabela de medidas. Adaptado de “*Action Plan to support the protection of public spaces*” de Comissão Europeia, 2017 (<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52017DC0612>). Copyright 2017 de Comissão Europeia.

Anexo IV – Escala de avaliação comum da ameaça para as personalidades oficiais em visita à União Europeia

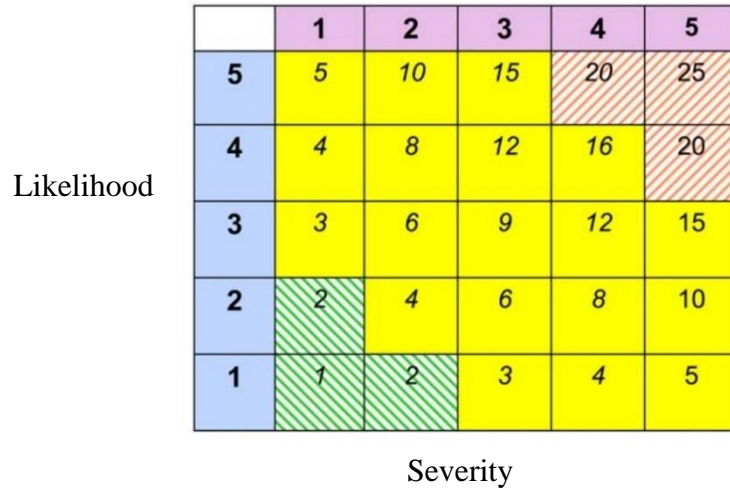
Tabela 6. Escala de avaliação da ameaça (visitas à UE)

| | |
|-------------------------|--|
| 1. IMEDIATO | Informações específicas revelando a iminência de um ataque ao VIP especificado. |
| 2. ELEVADO | Informações específicas ou actividades terroristas recentes indicando que o VIP poderá constituir um alvo de primeira prioridade para um grupo terrorista. |
| 3. SIGNIFICATIVO | Informações genéricas recentes, cujo contexto político ou de segurança indique que o VIP poderá constituir um alvo prioritário para um grupo terrorista. |
| 4. MODERADO | Não há informações específicas ou genéricas de uma ameaça especial, existindo contudo uma ameaça potencial, tendo em conta os factores associados ao VIP ou ao país que representa. |
| 5. REDUZIDO | Não há elementos que justifiquem a previsão de um acto terrorista. A letra "Z" (Zulu) poderá ser utilizada para assinalar a existência de uma ameaça real de actos hostis contra o VIP sem pôr em causa a sua vida (lançamento de objectos, empurrões, etc.) |

Nota. Esta escala é baseada em números ou letras, por forma a permitir rápidas comunicações. Adaptado de Recomendação n.º 32001H1214/2001, de 6 de dezembro. *Jornal Oficial n.º C356*. Bruxelas, Conselho Europeu, 0001-0002 (<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32001H1214%2801%29>).

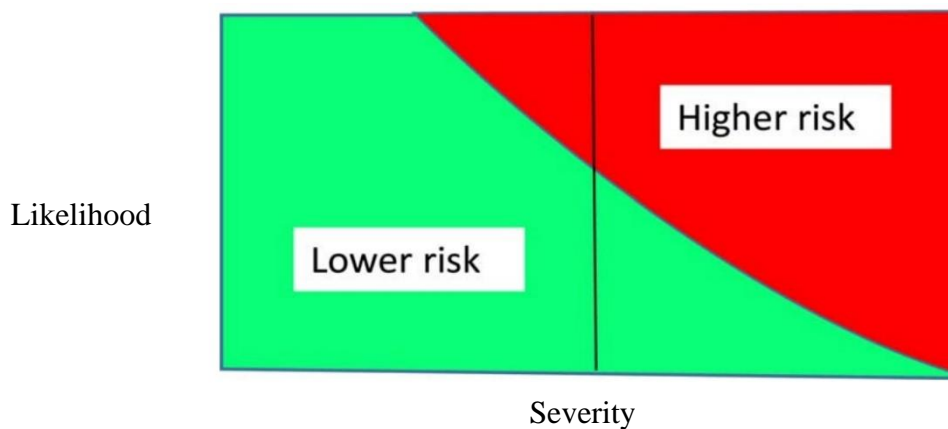
Anexo V – Exemplos de matrizes de riscos utilizadas

Figura 6. Matriz de risco por cor



Nota. Exemplo de uma matriz de risco com marcação por cor. Adaptado de “*Designing risk matrices to avoid risk ranking reversal errors*” de P. Baybutt, 2015a, *Process Safety Progress*, 35, 41-46 (<https://doi.org/10.1002/prs.11768>). Copyright 2015a de Process Safety Progress.

Figura 7. Exemplo de matriz de risco 2



Nota. Valores da matriz de risco utilizando os eixos lineares. Adaptado de “*Designing risk matrices to avoid risk ranking reversal errors*” de P. Baybutt, 2015a, *Process Safety Progress*, 35, 41-46 (<https://doi.org/10.1002/prs.11768>). Copyright 2015a de Process Safety Progress.

Anexo VI – Protocolo de ameaça terrorista por *active shooter*

Figura 8. Protocolo Britânico de resposta a *active shooter*



COUNTER TERRORISM POLICING | **ACT** | ACTION COUNTERS TERRORISM

IN THE RARE EVENT OF
a firearms or weapons attack

RUN HIDE TELL

RUN to a place of safety. This is a far better option than to surrender or negotiate. If there's nowhere to go, then...

HIDE It's better to hide than to confront. Remember to turn your phone to silent and turn off vibrate. Barricade yourself in if you can. Then finally and only when it is safe to do so...

TELL the police by calling 999.

Nota. Adaptado de “In the rare event of a firearms or weapons attack” de Counter Terrorism Policing, s.d., National Police Chiefs Council (<https://www.npcc.police.uk/StaySafeAssets/FINAL%20MPS168715%20Run%20Tell%20Hide%20A5%20Lft%20Blk%20Eng%20v3.pdf>). Copyright 2022 de National Police Chiefs Council.

Anexo VII – Definições de ITP

Definição do PCCCOFSS:

- Ocorrência inopinada e de carácter reativo, configurando uma situação de flagrante delito ou que exija a imediata intervenção policial, cuja natureza, características e resolução envolvam, por motivos diversos, o emprego de recursos que ultrapassem os normais e quotidianamente usados.

Definição da NEP n.º DN/AUOOS/DO/01/11, de 05 de janeiro de 2009:

- Ocorrência inopinada e de carácter reativo, cuja natureza, características e resolução envolvam, por motivos diversos, o emprego de recursos que ultrapassem os quotidianamente utilizados.

Definição de ITP's Graves da LSI (Lei n.º 53/2008, art.º 18.º, n.º 3):

- Consideram -se incidentes tático-policiais graves, além dos que venham a ser classificados como tal pelos Ministros da Administração Interna e da Justiça, os que requeiram a intervenção conjunta e combinada de mais de uma força e serviço de segurança e que envolvam:
 - a) Ataques a órgãos de soberania, estabelecimentos hospitalares, prisionais ou de ensino, infraestruturas destinadas ao abastecimento e satisfação de necessidades vitais da população, meios e vias de comunicação ou meios de transporte coletivo de passageiros e infra -estruturas classificadas como infra -estruturas nacionais críticas;
 - b) O emprego de armas de fogo em circunstâncias em que se ponha em perigo a vida ou a integridade física de uma pluralidade de pessoas;**
 - c) A utilização de substâncias explosivas, incendiárias, nucleares, radiológicas, biológicas ou químicas;
 - d) Sequestro ou tomada de reféns.

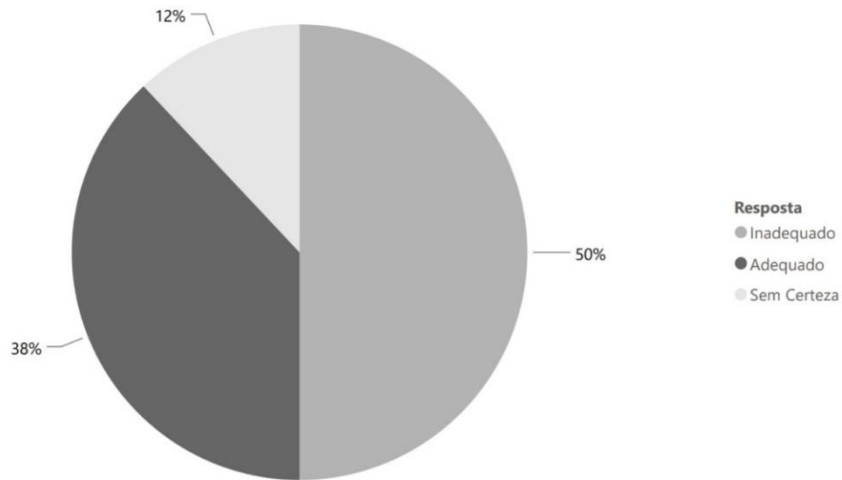
Anexo VIII – Treino antiterrorista ministrado aos trabalhadores de centros comerciais dos EUA

Tabela 7. Conteúdos da formação antiterrorista

| Áreas Incluídas na Formação Antiterrorista | Respostas | Percentagem |
|---|-----------|-------------|
| Trabalho de "First Responders " | 55 | 46% |
| Proteção da Área após Ataque | 52 | 43% |
| Controlo de Acessos | 49 | 41% |
| Resposta a Mudanças no Nível de Alerta Nacional | 48 | 40% |
| Identificação de Terroristas | 41 | 34% |
| Armas de Destruição Massiva | 4 | 3% |
| Outros | 14 | 12% |

Nota. O número de resposta foram 120 ($n=120$), correspondendo a um intervalo de 95% de confiança e a uma margem de erro de $\pm 8,5\%$, segundo Rigakos et al. (2009). Adaptado de “*Soft targets?: A national survey of the preparedness of large retail malls to prevent and respond to terrorist attack after 9/11*” de G. S. Rigakos, R. C. Davis, C. Ortiz, A. Blunt, & J. Broz, 2009, *Security Journal* 22, 286-301 (<https://doi.org/10.1057/palgrave.sj.8350084>). Copyright 2009 de Security Journal.

Figura 9. Percentagens por resposta



Nota. Percentagens de respostas à pergunta: “O programa de treino antiterrorista revela-se adequado?” (Rigakos et al., 2009, p. 292). O número de respostas foram 118 ($n=118$), com um intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento e com uma margem de erros de $\pm 8,6\%$). Adaptado de “*Soft targets?: A national survey of the preparedness of large retail malls to prevent and respond to terrorist attack after 9/11*” de G. S. Rigakos, R. C. Davis, C. Ortiz, A. Blunt, & J. Broz, 2009, *Security Journal* 22, 286-301 (<https://doi.org/10.1057/palgrave.sj.8350084>). Copyright 2009 de Security Journal.

Anexo IX – Tipos de ações realizadas para detecção de comportamentos suspeitos (*behavioural detection*) realizadas pelas equipas de segurança

Tabela 8. Comportamentos a ter em consideração na detecção e respetivas percentagens

| Características | Respostas | Percentagem |
|--|-----------|-------------|
| Comportamento Suspeitos (em geral) | 18 | 20% |
| Tirar Fotografias/Vídeos/Notas | 16 | 17% |
| Roupas Suspeitas/Inusitadas | 16 | 17% |
| Transporte de Grandes Embalagens | 11 | 12% |
| A Vadiar (<i>Loitering</i>) | 7 | 8% |
| Curiosidade Incomum | 5 | 5% |
| Aspeto Suspeito | 4 | 4% |
| Veículos Suspeitos | 3 | 3% |
| Estrangeiros que Atuam de Forma Suspeita | 3 | 3% |
| Grandes Grupos | 2 | 2% |
| Adultos mais Jovens | 2 | 2% |
| Pacotes Abandonados | 2 | 2% |
| Outros | 5 | 6% |

Nota. O número de respostas foi 94 (n=94), cujo intervalo de confiança é de 95% e a margem de erro é de $\pm 9,7\%$. Adaptado de “*Soft targets?: A national survey of the preparedness of large retail malls to prevent and respond to terrorist attack after 9/11*” de G. S. Rigakos, R. C. Davis, C. Ortiz, A. Blunt, & J. Broz, 2009, *Security Journal* 22, 286-301 (<https://doi.org/10.1057/palgrave.sj.8350084>). Copyright 2009 de Security Journal.

Anexo X – Área da zona turística de Belém em análise

Figura 10. Mapa/área da zona turística de Belém



Nota. O mesmo mapa foi definido recorrendo ao site CalcMaps. (s.d.). Calcular área no mapa. *CalcMaps*. Retirado a janeiro 15, 2022, de <https://www.calcmaps.com/pt/map-area/>

Anexo XI – Museus, monumentos, palácios e locais arqueológicos sob dependência da DGPG e DRC

Tabela 9. Custo de bilhetes por equipamento turístico

| Itinerários | N.º de Equipamentos | Bilhete Individual |
|----------------------------------|----------------------------|---------------------------|
| Eixo Braga-Guimarães | 6 | 14,00 € |
| Eixo Coimbra-Condeixa | 3 | 11,00 € |
| Eixo Porto-Gaia | 2 | 3,00 € |
| Eixo Lisboa Norte | 4 | 11,00 € |
| Eixo Lisboa-Xabregas-Chiado | 4 | 15,00 € |
| Eixo Lisboa-Ajuda-Belém | 7 | 28,00 € |
| Eixo Lamego-Tarouca | 4 | 9,00 € |
| Eixo Batalha-Peniche | 5 | 14,00 € |
| Região Algarve | 3 | 5,00 € |
| Região Alentejo | 9 | 17,00 € |
| Região Centro | 8 | 32,00 € |
| Região Norte | 19 | 40,00 € |
| Alentejo Algarve | 12 | 22,00 € |
| Itinerário Arqueologia | 9 | 20,00 € |
| Itinerário Conventos e Mosteiros | 12 | 38,00 € |
| Itinerário Histórico de Lisboa | 7 | 23,00 € |
| Património Mundial Unesco | 7 | 35,00 € |

Nota. Todas estas atrações estão dependentes da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e as Direções Regionais de Cultura (DRC). Adaptado de “Museus, palácios e monumentos nacionais” de Cultura Portugal, 2020, julho 23, s.p. (<https://www.culturaportugal.gov.pt/pt/saber/2020/07/museus-palacios-e-monumentos-nacionais-descontos-de-verao/>). Copyright 2020 de Cultura Portugal.

Anexo XII – Critérios para a acumulação de pessoas (Interior/Exterior)

Tabela 10. Escala de aglomeração de pessoas

| | |
|----|---|
| 1 | Pequeno número de pessoas em grandes locais abertos - Indivíduos dispersos (Sem Grupos) |
| 2 | Número médio de pessoas num local fechado (Dentro) |
| 3 | Número médio de pessoas num local aberto (Exterior) - Grupos de pessoas |
| 4 | Grande número de pessoas em movimento (Interior) |
| 5 | Grande número de pessoas, combinação entre deslocação e de pé (Interior) |
| 6 | Grande número de pessoas de pé (Interior) |
| 7 | Grande número de pessoas, a mover-se de dentro para fora ou vice versa |
| 8 | Grande número de pessoas em movimento (Exterior) |
| 9 | Grande número de pessoas, combinação entre deslocação e permanência (Exterior) |
| 10 | Grande número de pessoas de pé (Exterior) |

Nota. Estas categorias podem ter valores entre 1 e 10, onde o valor 10 diz respeito à situação onde a concentração de pessoas é mais ameaçada e o valor 1 é a menos ameaçada. Adaptado de “Soft targets: Possibilities of their identification” de D. Lapkova, L. Kotek, & L. Kralik, 2018, em “29th DAAAM International Symposium Week” de B. Katalinic (Chairs) (<https://doi.org/10.2507/29th.daaam.proceedings.053>). Copyright 2018 de DAAAM International.

Anexo XIII – Método de Fuller's

Explicação e passos para a aplicação do método (Lapkova et al., 2018):

O *Triângulo de Fuller*, também como é chamado, consiste na comparação de pares, neste caso, a comparação entre critérios previamente definidos. Quando um critério é mais importante que um segundo critério, recebe um ponto de preferência. Na mais direta modificação do método, o número de preferências é feito pela descoberta em comparação/relação a todos os outros critérios, expondo-os num quadro (Lapkova et al., 2018):

Tabela 11. Triângulo de Fuller's

| Criterion | K_1 | K_2 | K_3 | ... | K_n |
|------------------|-------|-------|-------|-----|-------|
| K_1 | | 1 | 0 | ... | 1 |
| K_2 | | | 0 | ... | 0 |
| K_3 | | | | ... | 1 |
| ... | | | | ... | ... |
| K_{n-1} | | | | | 0 |
| K_n | | | | | |

Nota. Adaptado de “Soft targets: Possibilities of their identification” de D. Lapkova, L. Kotek, & L. Kralik, 2018, em “29th DAAAM International Symposium Week” de B. Katalinic (Chairs) (<https://doi.org/10.2507/29th.daaam.proceedings.053>). Copyright 2018 de DAAAM International.

Após este processo é necessário normalizar os resultados, através da aplicação da seguinte fórmula:

$$v_i = \frac{f_i}{m(m-1)/2}$$

f_i : Número de preferências do i critério

m : Número do critério

$m(m-1)/2$: Número de comparações

Nota: Finalização do **Método de Fuller's**. Retirado de: Lapkova, D., Kotek, L., & Kralik, L. (2018, outubro 21-28). Soft targets: Possibilities of their identification. In B. Katalinic (Chairs), DAAAM International [Simpósio]. 29th DAAAM International Symposium Week, Zadar, Croatia, Europa. <https://doi.org/10.2507/29th.daaam.proceedings.053>

Anexo XIV – Critério da atratividade da atividade terrorista

Tabela 12. Distribuição de categorias no método de Fuller's

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
|---|------|------|------|------|------|------|------|
| 1 | 1 | 0,49 | 1,98 | 0,12 | 0,17 | 0,26 | 0,94 |
| 2 | 5,44 | 1 | 5,75 | 0,2 | 1,9 | 2,17 | 3,59 |
| 3 | 1,63 | 0,2 | 1 | 0,12 | 0,21 | 0,66 | 0,72 |
| 4 | 8,75 | 5,75 | 8,38 | 1 | 5,25 | 6,63 | 7 |
| 5 | 6,88 | 3,48 | 6,25 | 0,4 | 1 | 5 | 7,5 |
| 6 | 4,88 | 2,16 | 2,81 | 0,16 | 0,32 | 1 | 4,38 |
| 7 | 2,6 | 1,03 | 2,19 | 0,18 | 0,23 | 0,34 | 1 |

Nota. Os sete *soft targets* (categorias) escolhidos das estatísticas de ataque correspondem a comunidades muçulmanas (1), comunidades judaicas (2), comunidades cristãs (3), símbolos ocidentais (4), multidões (5), centros de tráfego (6) e forças armadas (7). O método usado, nesta tabela, foi o **Método de Fuller's**. Adaptado de “Soft targets: Possibilities of their identification” de D. Lapkova, L. Kotek, & L. Kralik, 2018, em “29th DAAAM International Symposium Week” de B. Katalinic (Chairs) (<https://doi.org/10.2507/29th.daaam.proceedings.053>). Copyright 2018 de DAAAM International.

Tabela 13. Comparação de pares com aplicação da fórmula de Fuller's

| Categorias | Resultados | Multiplicado por 30 (x30) |
|--------------------------|------------|---------------------------|
| Símbolos Ocidentais (4) | 0,3391 | 10,1718 |
| Multidões (5) | 0,2419 | 7,25752 |
| Comunidade Judaica (2) | 0,159 | 4,7707 |
| Centros de Tráfego (6) | 0,1246 | 3,7374 |
| Forças Armadas (7) | 0,0601 | 1,8024 |
| Comunidade Muçulmana (1) | 0,0393 | 1,1802 |
| Comunidade Cristã (3) | 0,036 | 1,08 |

Nota. Após feita a comparação de pares e aplicada a fórmula final do **Método de Fuller's**, para a normalização, os resultados foram multiplicados por 30 (x30), para estarem dentro da escala da atratividade (entre 1 e 10). Adaptado de “Soft targets: Possibilities of their identification” de D. Lapkova, L. Kotek, & L. Kralik, 2018, em “29th DAAAM International Symposium Week” de B. Katalinic (Chairs) (<https://doi.org/10.2507/29th.daaam.proceedings.053>). Copyright 2018 de DAAAM International.

Anexo XV – Prioridades da Estratégia Antiterrorista da União Europeia

Prevenção:

- Combater as causas da radicalização e do recrutamento de terroristas constitui uma prioridade fundamental para a UE. O pilar «prevenção» visa lutar contra a radicalização e o recrutamento para o terrorismo, identificando os métodos, a propaganda e os instrumentos utilizados pelos terroristas. A UE ajuda a coordenar as políticas nacionais, a determinar boas práticas e a partilhar informação.

Proteção:

- Proteger os cidadãos e as infraestruturas e reduzir a vulnerabilidade a atentados constitui a segunda prioridade da estratégia antiterrorista da UE. Tal inclui:
 - A segurança das fronteiras externas;
 - Reforço da segurança dos transportes;
 - A proteção de alvos estratégicos; e
 - A redução da vulnerabilidade das infraestruturas críticas.

Perseguição:

- Terceiro pilar visa a perseguição dos terroristas para além das fronteiras, assegurando simultaneamente o respeito dos direitos humanos e do direito internacional. Com estes objetivos em vista, a UE concentrou-se em:
 - Melhorar a cooperação prática e a troca de informações entre as autoridades policiais e judiciais;
 - Privar os terroristas dos meios de apoio e de comunicação; e
 - Combater o financiamento do terrorismo.

Resposta:

- Preparar, gerir e minimizar as consequências de um atentado terrorista é o quarto objetivo da estratégia antiterrorista da UE. Para tal, há que reforçar as capacidades para gerir:
 - A fase pós-atentado;

- A coordenação das respostas; e
 - As necessidades das vítimas.
- Neste domínio, as prioridades abrangem:
- Desenvolvimento dos mecanismos da UE de coordenação em situações de crise;
 - Desenvolvimento de instrumentos de análise do risco; e
 - A partilha das boas práticas na assistência às vítimas do terrorismo

Nota. Adaptado de “*Estratégia de luta contra o terrorismo: Síntese do artigo 83.º do tratado sobre o funcionamento da união europeia (tfue) e estratégia antiterrorista da eu. EUR-Lex*” de European Union Law, 2018, julho 23 (<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM%3A133275>). Copyright 2018 de European Union Law.

Anexo XVI – Objetivos estratégicos da Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo

3 - O compromisso assenta nos seguintes objetivos estratégicos: **detetar, prevenir, proteger, perseguir e responder**:

a) **Detetar** - Identificar precocemente potenciais ameaças terroristas, mediante a aquisição do conhecimento essencial para um combate eficaz, tanto na perspetiva do seu desmantelamento isolado, quanto da deteção de outros focos de ação terrorista. A recolha, tratamento e análise de dados e informações e a sua disponibilização recíproca entre entidades responsáveis neste domínio, no território nacional e no estrangeiro, permite antecipar o conhecimento e a avaliação de ofensivas em preparação;

b) **Prevenir** - Conhecer e identificar as causas que determinam o surgimento de processos de radicalização, de recrutamento e de atos terroristas. O domínio dos factos que potenciam a sua expansão permite a adoção de medidas que obstem ao seu surgimento e desenvolvimento;

c) **Proteger** - Fortalecer a segurança dos alvos prioritários, reduzindo quer a sua vulnerabilidade, quer o impacto de potenciais ameaças terroristas. A proteção concretiza-se no aumento da segurança das pessoas, das fronteiras, da circulação de capitais, das mercadorias, dos transportes, da energia e das infraestruturas críticas, nacionais e ou europeias;

d) **Perseguir** - Desmantelar ou neutralizar as iniciativas terroristas, projetadas ou em execução, e as suas redes de apoio, impedir as deslocações e as comunicações e o acesso ao financiamento e aos materiais utilizáveis em atentados e submeter os fenómenos terroristas à ação da justiça;

e) **Responder** - Gerir operacionalmente todos os meios a utilizar na reação a ocorrências terroristas. A capacidade de resposta permite limitar as suas consequências, quer ao nível humano, quer ao nível das infraestruturas. A resposta incide ainda na assistência, tendo em consideração as necessidades especiais das vítimas e das testemunhas.

Nota. Adaptado de Ponto 3 do Anexo da Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo. Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2015, de 20 de fevereiro. *Diário da República* n.º 36/2015 – Série I. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Anexo XVII – Declaração de budapeste sobre o património mundial (pontos importantes)

3. Tendo em conta a vastidão dos desafios a vencer a favor do nosso património comum, nós:

a) Encorajamos os países que ainda o não tenham feito a aderirem, logo que possível, à Convenção e bem assim aos outros instrumentos internacionais relativos à proteção do património;

b) Convidamos os Estados parte na Convenção a fazerem o inventário e proporem a inscrição, na Lista do Património Mundial, dos bens do património cultural e natural em toda a sua diversidade;

c) Zelaremos pela preservação de um justo equilíbrio entre a conservação, a sustentabilidade e o desenvolvimento, de modo a proteger os bens do património mundial através de atividades adequadas que contribuam para o desenvolvimento social e económico e para a qualidade de vida das nossas comunidades;

d) Uniremos esforços para cooperar na proteção do património, reconhecendo que qualquer atentado a esse património constitui um atentado ao espírito humano e à herança comum da humanidade;

e) Defenderemos a causa do património mundial pela via da comunicação, da educação, da investigação, da formação e da sensibilização;

f) Zelaremos por assegurar, a todos os níveis, a participação ativa das nossas comunidades locais na identificação, proteção e gestão dos bens do património mundial.

4. Nós, Comité do Património Mundial, cooperaremos e procuraremos o apoio de todos os parceiros a favor do património mundial. Para esse efeito, convidamos todas as partes interessadas a que cooperem e promovam os seguintes objetivos:

a) Reforçar a Credibilidade da Lista do Património Mundial enquanto testemunho representativo, geograficamente equilibrado, dos bens culturais e naturais de valor universal excecional;

b) Assegurar a Conservação eficaz dos bens do património mundial;

c) Promover a adoção de medidas eficazes com vista a garantir o desenvolvimento das Capacidades, com vista a promover a compreensão e aplicação da Convenção do Património Mundial e instrumentos associados, nomeadamente pelo apoio na preparação de propostas de inscrição de bens na Lista do Património Mundial;

d) Desenvolver a Comunicação para sensibilizar o público e incentivar a sua participação e o seu apoio ao património mundial

Anexo XVIII – Art.º 8.º da Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural de 16 de novembro de 1972

III - Comité intergovernamental para a proteção do património mundial, cultural e natural

ARTIGO 8.º

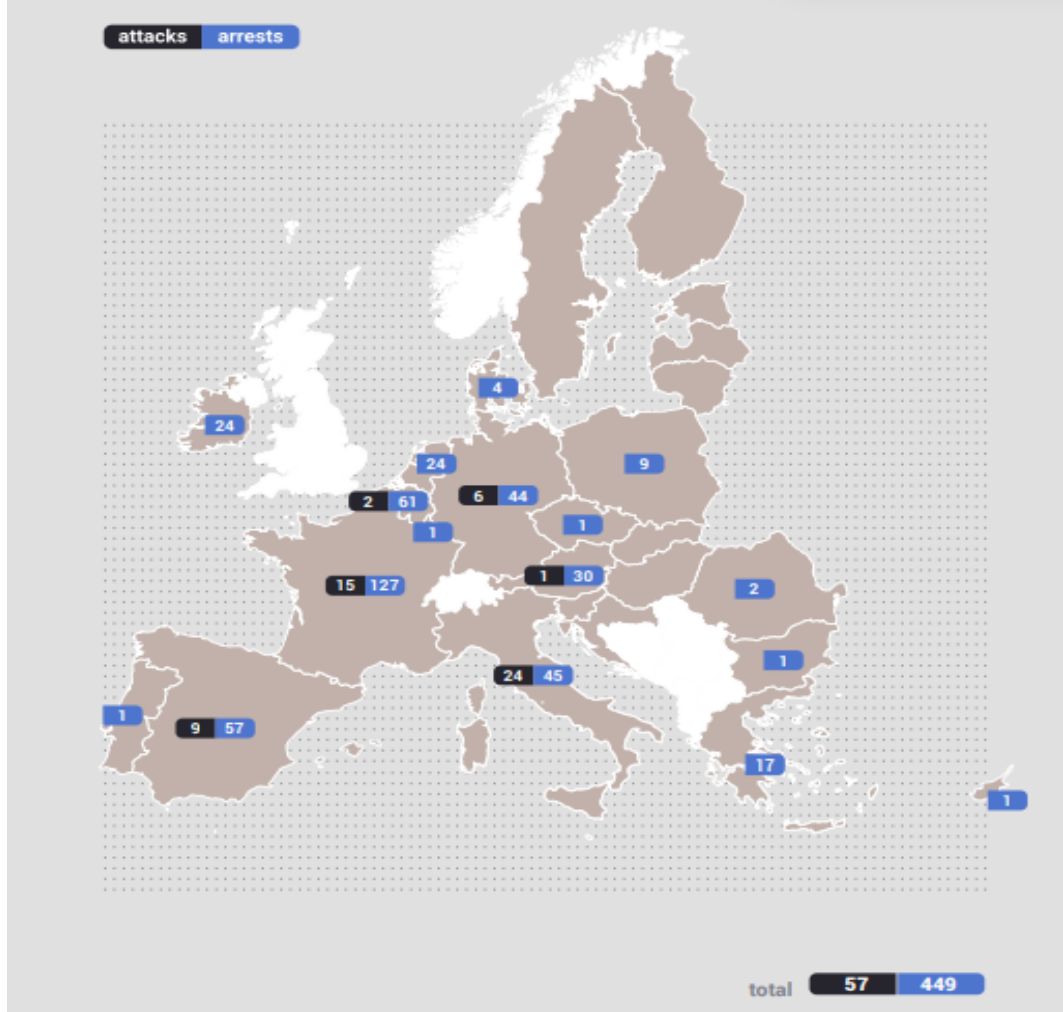
1 – É criado junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, um comité intergovernamental para a proteção do património cultural e natural de valor universal excecional denominado Comité do Património Mundial. Será composto por quinze Estados parte na Convenção, eleitos pelos Estados parte na Convenção reunidos em assembleia geral no decurso de sessões ordinárias da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. O número dos Estados membros do Comité será elevado até vinte e um, a contar da sessão ordinária da conferência geral que se siga à entrada em vigor da presente Convenção para, pelo menos, quarenta Estados.

2 – A eleição dos membros do Comité deverá assegurar uma representação equitativa das diferentes regiões e culturas do Mundo.

3 – Assistirão às sessões do Comité com voto consultivo um representante do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (Centro de Roma), um representante do Conselho Internacional de Monumentos e Locais de Interesse (ICOMOS) e um representante da União Internacional para a Conservação da Natureza e Seus Recursos (UICN), aos quais poderão ser acrescentados, a pedido dos Estados parte, reunidos em assembleia geral no decurso das sessões ordinárias da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, representantes de outras organizações intergovernamentais com objetivos idênticos.

Anexo XIX - Número de ataques e detenções distribuídos pela eu no ano de 2020

Figura 11. Ataques terroristas e detenções na Europa no ano de 2020



Nota. Esta ilustração apenas inclui os EM da EU. Adaptado de “European terrorism situation and trend report: 2021” de EUROPOL, 2021, s.p. (<https://www.europol.europa.eu/publications-events/main-reports/tesat-report>). Copyright 2021 de EUROPOL.

Anexo XX – Número de ataques jihadistas entre 2018 e 2020

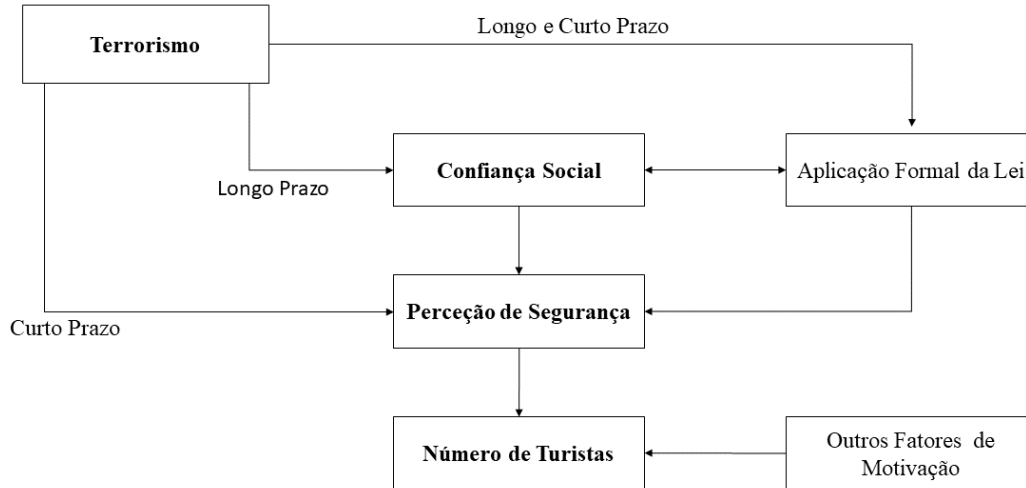
Figura 12. Ataques jihadistas (2018-2020) na Europa



Nota. Em 2020 a Áustria, França e Alemanha sofreram 10 (dez) ataques Jihadistas, onde os ataques que foram completados mataram 12 (doze) pessoas e provocaram mais de 47 (quarenta e sete) pessoas. Adaptado de “*European terrorism situation and trend report: 2021*” de EUROPOL, 2021, s.p. (<https://www.europol.europa.eu/publications-events/main-reports/tesat-report>). Copyright 2021 de EUROPOL.

Anexo XXI – Relação entre terrorismo e turismo.

Figura 13. O turismo e o terrorismo (relação)



Nota. Existe uma relação direta entre o terrorismo e a percepção de segurança. Também “pode haver uma correlação indireta através da confiança social e/ou formal aplicação da lei por parte do Estado. Além disso, pode-se focar o horizonte temporal como terrorismo no curto prazo. pode afetar tanto a percepção de segurança como a aplicação formal pelas autoridades, enquanto o terrorismo em o longo prazo ainda afetará a aplicação formal, mas também a confiança social. Isto pode afetar percepção de segurança. Assim, o terrorismo pode ter tanto influências diretas como indiretas sobre os turistas” (Jansen, 2017). Adaptado de “*Terrorism, trust and tourism*” de S. Jensen, 2017, *Issues in Social Science*, 5(2), 25-33 (<http://dx.doi.org/10.5296/iss.v5i2.12331>). Copyright 2017 de Issues in Social Science.

Anexo XXII – Artigos utilizados da lei quadro dos museus portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto)

SECÇÃO VI

Segurança

Artigo 32.º

Condições de segurança

1 — O museu deve dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e a integridade dos bens culturais nele incorporados, bem como dos visitantes, do respetivo pessoal e das instalações.

2 — As condições referidas no número anterior consistem designadamente em meios mecânicos, físicos ou electrónicos que garantem a prevenção, a proteção física, a vigilância, a detecção e o alarme.

Artigo 33.º

Plano de segurança

Cada museu deve dispor de um plano de segurança periodicamente testado em ordem a garantir a prevenção de perigos e a respectiva neutralização.

Artigo 36.º

Vigilância

1 — O museu dispõe de vigilância presencial, que pode ser reforçada através do registo de imagens dos visitantes.

2 — Quando especiais razões de segurança o aconselhem, as instalações ou parte das mesmas são equipadas com detetores de metais ou aparelhos radiográficos para controlo dos visitantes.

3 — Na área de acolhimento dos visitantes, os referidos meios de vigilância são anunciados de forma visível e inequívoca.

4 — As imagens recolhidas só podem ser acedidas, utilizadas, copiadas, transmitidas ou publicitadas por razões de segurança ou de investigação criminal e junto das entidades legalmente competentes.

5 — O museu elimina periodicamente os registos que contenham as imagens referidas no número anterior de acordo com o estabelecido no respetivo regulamento.

Artigo 37.º

Cooperação com as forças de segurança

1 — As forças de segurança têm o dever de cooperar com o museu, designadamente através de definição conjunta do plano de segurança e da aprovação dos equipamentos de prevenção e neutralização de perigos.

2 — O museu colabora com as forças de segurança no combate aos crimes contra a propriedade e tráfico ilícito de bens culturais.

3 — O museu observará as recomendações das forças de segurança sobre a defesa da integridade dos bens culturais, instalações e equipamentos, bem como dos procedimentos a seguir pelo respectivo pessoal.

4 — As recomendações referidas no número anterior são obrigatórias para os museus dependentes de pessoas colectivas públicas e para os museus da Rede Portuguesa de Museus.

Artigo 38.º

Confidencialidade do plano e das regras de segurança

1 — O plano de segurança e as regras de segurança de cada museu têm natureza confidencial.

2 — A violação do dever de sigilo sobre o plano de segurança ou das regras de segurança constitui infracção disciplinar grave, independentemente da responsabilidade civil ou criminal pelas consequências da sua divulgação não autorizada.

3 — O regime do artigo anterior aplica-se ao pessoal dos museus e ao pessoal das empresas privadas de segurança contratadas pelo museu.

4 - Os contratos com empresas privadas de segurança incluirão obrigatoriamente as cláusulas necessárias para garantir a natureza confidencial do plano e das regras de segurança, bem como o dever de sigilo do respectivo pessoal

Anexo XXIII – Artigos do Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio

Artigo 3.º

Órgãos

A DGPC é dirigida por um diretor-geral, coadjuvado por quatro subdiretores gerais, cargos de direção superior de 1.º e 2.º graus, respetivamente.

Artigo 4.º

Diretor-geral

1 — Sem prejuízo das competências que lhe forem conferidas por lei ou nele delegadas ou subdelegadas, compete ao diretor-geral:

p) Celebrar protocolos de colaboração e contratos- -programa com outras instituições, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, ou detentores de bens culturais, com vista a identificação, reconhecimento, conservação, segurança, restauro, valorização e divulgação do património cultural no âmbito das competências da DGPC, bem como, mediante autorização prévia do membro do Governo responsável pela área da cultura, a concessão ou delegação de tarefas, desde que não envolvam habilitação para a prática de atos administrativos de classificação ou inventariação, nos termos da lei

Anexo XXIV - Detalhes do processo de categorização

Tabela 14. Componentes necessárias da categorização

| Components | Description |
|---------------------|--|
| Origination | <p>Using participants as a point of origination means that the participants can identify categories, as opposed to a researcher identifying categories;</p> <p>Using the investigator as a point of origination, categories are developed based on the personal interests, views, or intellectual constructions of the researcher;</p> <p>The researcher can refer to research or published works in the relevant area and derive categories from statements or conclusions found in the literature of other researchers who investigated a similar phenomenon;</p> <p>In the interpretative approach, as a distinct point of origination, interpretative categories have a more general variety in that they are not directly related to the phenomena under investigation, but are more related to the method of analysis.</p> |
| Verification | <p>It is used to support the creation and application of categories in a given study;</p> <p>It is consisted of sources of external (utilizing a panel of experts outside of the study to verify and substantiate categories), rational (relying on relies on logic and reasoning), referential (utilizing existing research findings or theoretical arguments to justify categories), empirical (relying on internal data and without reference to other studies to examine the coverage and distinctiveness reflected by categories), technical (borrowing procedures, or at least language, from the quantitative orientation), and participative (providing participants the opportunity to review and possibly modify categories).</p> |
| Nomination | <p>It concerns with naming categories;</p> <p>The labels may be identical to those used under the origination component;</p> <p>Participants can be a source of labelling;</p> <p>Category names can be derived from existing theories and body of literature;</p> <p>Labels can be derived from interpretative orientation.</p> |

Nota. Componentes da Categorização de Contas (1992). Adaptado de “Theme development in qualitative content analysis and thematic analysis” de M. Vaismoradi, J. Jones, H. Turunen, & S. Snelgrove, 2016, *Journal of Nursing Education and Practice*, 6(5), 100-110 (<http://dx.doi.org/10.5430/jnep.v6n5p100>). Copyright 2016 de *Journal of Nursing Education and Practice*.

Apêndices

Apêndice A – Pedido de entrevista

Exmo. Senhor

Superintendente Sérgio Felgueiras.

MI Diretor da Direção de Ensino do ISCPSI

Eu, João Abel Gomes Moreira, Aspirante a Oficial de Polícia n.º 3416/157273, do 34.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia, Mestrado Integrado em Ciências Policiais, no âmbito da realização da Dissertação de Mestrado, subordinada ao tema “A ameaça terrorista em *soft targets*: A proteção do eixo turístico da zona de Belém”, do qual é orientadora a Prof.ª Doutora Raquel Duque e o Prof. Doutor e Intendente António Leitão da Silva, vem mui respeitosamente solicitar a V.ª Ex.ª se digne formalizar pedido de autorização para a realização de entrevistas a polícias pertencentes ao Comando Metropolitano de Lisboa (da classe de Oficiais), nomeadamente o [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED] e também, ao efetivo (da classe de Oficiais, Chefes e Agentes) da 26.ª Esquadra (Belém). A realização das entrevistas tem por objetivo a recolha de dados relativos à temática do estudo a ser realizado em Lisboa.

Pretende-se destes elementos (participantes voluntários quanto à concessão da entrevista) com conhecimento sobre a temática das ameaças terroristas, saber se o nível de formação dos trabalhadores das atrações turísticas e as medidas de segurança existentes é suficiente para responder e prevenir ataques terroristas. Aos dados recolhidos será aplicado, como instrumento de análise de dados, a análise de conteúdo que é, por excelência, o instrumento de análise dos estudos qualitativos, onde se enquadra metodologicamente o presente estudo. Nesta investigação será realizada apenas uma pergunta (“*Qual a preparação de segurança existente nos locais turísticos de Belém para prevenção e resposta a um atentado terrorista?*”) sendo que as respostas serão abertas.

O Aspirante a Oficial de Polícia João Abel Gomes Moreira compromete-se a manter a confidencialidade dos dados recolhidos, fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação, bem como a cumprir as demais regras éticas relativas à realização de investigação científica.

Pede deferimento

Lisboa, ISCPSI, 7 de janeiro de 2022

João Abel Gomes Moreira

Aspirante a Oficial de Polícia n.º 3416/157273

Apêndice B – Termo de consentimento informado dado aos participantes

Termo de Consentimento Informado

Tomei conhecimento que o Aspirante a Oficial de Polícia e finalista do Mestrado Integrado em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, João Abel Gomes Moreira (M/157273), está a desenvolver um estudo sobre **A AMEAÇA TERRORISTA EM *SOFT TARGETS*: A PROTEÇÃO DO EIXO TURÍSTICO DA ZONA DE BELÉM**. Esta Dissertação de Mestrado encontra-se sob a orientação da Professora Doutora Raquel Duque e do Professor Doutor e Superintendente António Leitão da Silva. Neste sentido, foram-me elucidados os objetivos da investigação e foi solicitada a minha colaboração através de uma entrevista.

Fui informado(a) de que as respostas serão gravadas para facilitar a sua posterior análise, sendo garantida a destruição dos registos áudio após a sua transcrição. A minha colaboração tem carácter voluntário, podendo desistir a qualquer momento. Compreendo que não irá existir qualquer tipo de remuneração ou custo pela minha participação na investigação e que me é garantida a prestação de qualquer esclarecimento caso seja necessário.

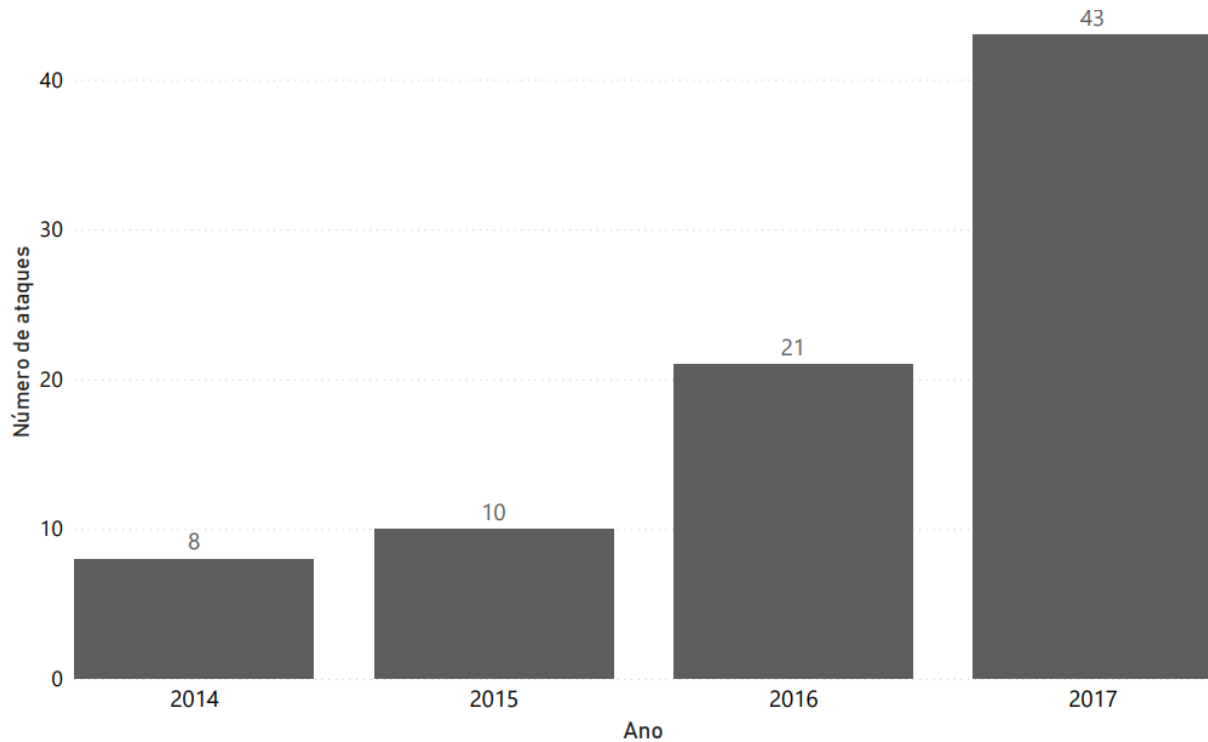
Fui elucidado(a) acerca de todos os aspetos relevantes sobre a minha participação e as questões que coloquei foram respondidas. Fui igualmente informado(a) que tenho direito a recusar participar e que a minha recusa não terá consequências.

Aceito colaborar nesta investigação e assino este documento.

Lisboa, ____ de _____ de 2022

Apêndice C – Número de ataques de 2014 a 2017 na Europa

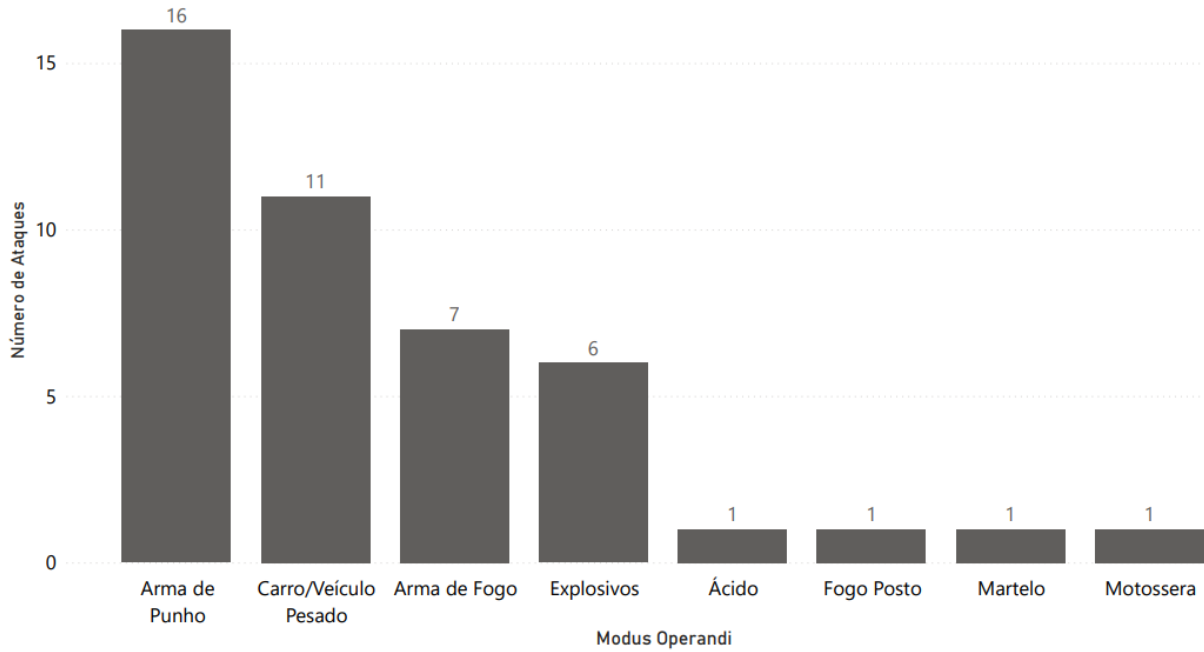
Figura 14. Ataques terroristas entre 2014 a 2017 na Europa



Nota. Ano de 2017 demonstrou um rápido crescimento dos ataques terroristas na Europa. Adaptado de “Soft targets: Possibilities of their identification” de D. Lapkova, L. Kotek, & L. Kralik, 2018, em “29th DAAAM International Symposium Week” de B. Katalinic (Chairs) (<https://doi.org/10.2507/29th.daaam.proceedings.053>). Copyright 2018 de DAAAM International.

Apêndice D – *Modus operandi* terrorista na europa (Ano 2017)

Figura 15. Modus operandi terrorista na europa (ano 2017)



Nota. A partir deste gráfico revela-se a predominância de atacantes ativos nestes ataques. Adaptado de “Soft targets: Possibilities of their identification” de D. Lapkova, L. Kotek, & L. Kralik, 2018, em “29th DAAAM International Symposium Week” de B. Katalinic (Chairs) (<https://doi.org/10.2507/29th.daaam.proceedings.053>). Copyright 2018 de DAAAM International.

Apêndice E – Número de visitas anuais nas atrações da zona de Belém

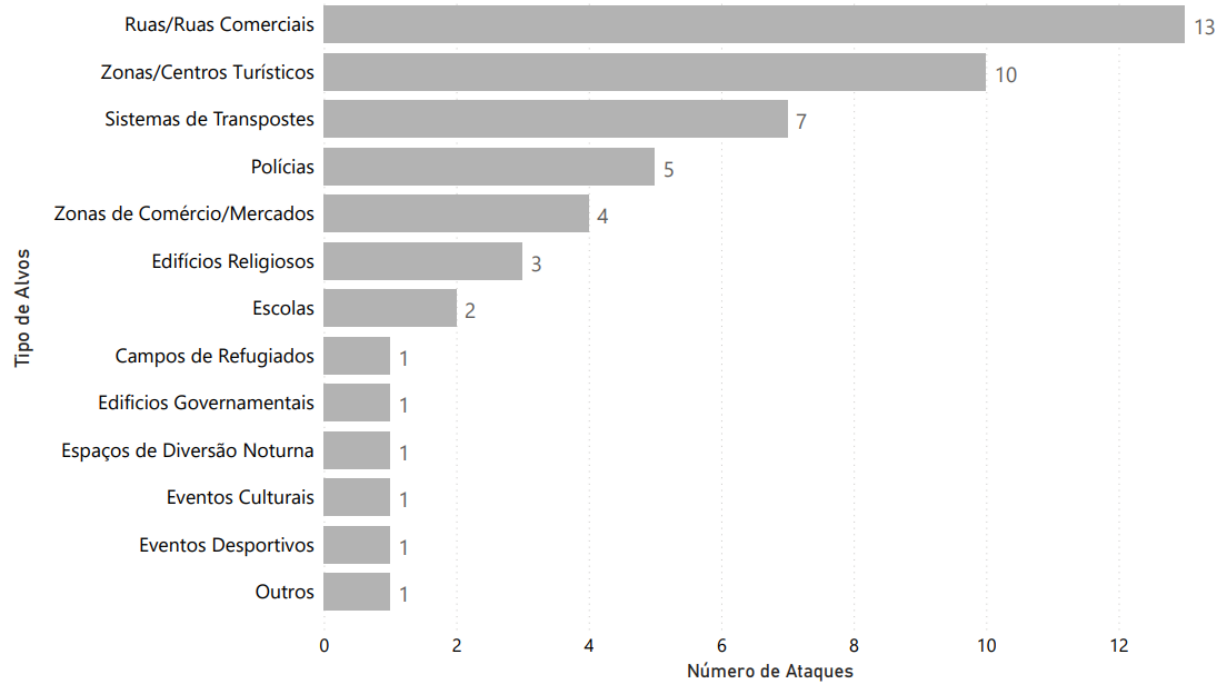
Tabela 15. Número de visitas anuais nas atrações da zona de Belém

| Ano | Mosteiro dos Jerónimos | Torre de Belém | Padrão dos Descobrimentos | Museu Nacional dos Coches | Centro Cultural de Belém |
|---------------------------------|------------------------|----------------|---------------------------|---------------------------|--------------------------|
| 2017 | 1.167.114 | 587.363 | 351.512 | 350.027 | 195.800 |
| 2018 | 1.079.459 | 450.546 | 361.076 | 320.027 | 246.914 |
| 2019 | 1.096.283 | 427.235 | 309.159 | 317.201 | 259.170 |
| 2020 | 234.007 | 128.785 | 57.723 | 26.869 | 84.892 |
| 2021 (1 ^o Semestre.) | 29.625 | N.D. | N.D. | 10.119 | N.D. |

Nota. Os números relativos ao ano de 2020 e ao 1^o (primeiro semestre) de 2021, apresentam os resultados da Pandemia de Coronavírus (SARS-Cov-2) e a consequente diminuição do número de visitantes presenciais. Nestes resultados não estão espelhados os números do público virtual, pois só o público presencial interessa para a investigação. Fonte: Adaptado de Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural. (2019). *Egeac: Relatório e contas 2018*. <https://egeac.pt/sobre/documentos-institucionais/>; Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural. (2020). *Egeac: Relatório e contas 2019*. <https://egeac.pt/wp-content/uploads/2021/02/relatorio-contas-2019.pdf>; Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural. (2021). *Egeac r & c: Relatório e contas 2020*. <https://egeac.pt/sobre/documentos-institucionais/>; Fundação do Centro Cultural de Belém. (2018). *2017: Relatório de atividades e gestão*. <https://www.ccb.pt/wp-content/uploads/2020/03/FCCBRelatorioEContas2017.pdf>; Fundação do Centro Cultural de Belém. (2019). *2018: Relatório de atividades e gestão*. <https://www.ccb.pt/wp-content/uploads/2020/03/2018RelatorioAtividadesGestao2018.pdf>; Fundação do Centro Cultural de Belém. (2020). *2019: Relatório de atividades e gestão*. <https://www.ccb.pt/wp-content/uploads/2020/06/relatoriocontasegestao2019.pdf>; Fundação do Centro Cultural de Belém. (2021). *2020: Relatório de atividades e gestão*. <https://www.ccb.pt/wp-content/uploads/2021/05/RelatorioAtividadesGestao2020Maio.pdf>; Lusa. (2020). Visitas a museus, monumentos e palácios nacionais com ligeira subida em 2019. *Diário de Notícias*. <https://www.dnoticias.pt/2020/4/30/54373-visitas-a-museus-monumentos-e-palacios-nacionais-com-ligeira-subida-em-2019>; Lusa. (2021a). Covid-19: Museus e monumentos nacionais perderam 70% dos visitantes em 2020. *Jornal Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/28/culturaipilon/noticia/covid19-museus-monumentos-nacionais-perderam-70-visitantes-2020-1948314>; Lusa. (2021b). Museus, monumentos e palácios nacionais perderam 68,7% de visitantes no primeiro semestre comparando com 2020. *Observador*. <https://observador.pt/2021/07/28/museus-monumentos-e-palacios-nacionais-perderam-687-de-visitantes-no-primeiro-semester-comparando-com-2020/>; Direção-Geral do Património Cultural. (s.d.c). Estatísticas de visitantes de museus, palácios e monumentos tutelados pela dgpc 2014-2018. *Património Cultural*. Retirado a janeiro 4, 2022, de http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/museus_e_monumentos/totalism_m_p2014_2018.pdf

Apêndice F – Número de ataques terroristas a locais na europa no ano 2017

Figura 16. Número de ataques terroristas a locais na europa no ano 2017



Nota. Estes número apenas dizem respeito ao ano de 2017. Adaptado de “Soft targets: Possibilities of their identification” de D. Lapkova, L. Kotek, & L. Kralik, 2018, em “29th DAAAM International Symposium Week” de B. Katalinic (Chairs) (<https://doi.org/10.2507/29th.daaam.proceedings.053>). Copyright 2018 de DAAAM International.

Apêndice G – Guião de entrevista

- 1.** Existe alguma formação ministrada aos funcionários das atrações turísticas que vise facilitar a resposta a um possível ataque terrorista junto das atrações turísticas? Quais são os conteúdos ministrados?
- 2.** Quais as medidas de segurança existentes na zona de Belém para a prevenção de um ataque terrorista? Qual(ais) julga ser(em) mais importante(s) para prevenir um ataque terrorista?
- 3.** Quais julga ser(em) a(s) principal(ais) vulnerabilidade(s) junto desta zona turística que propiciam a ameaça terrorista?
- 4.** Quais elementos espaciais e tecnológicos existentes no espaço para a proteção das atrações turísticas e dos seus visitantes contra um ataque terrorista? Qual a sua apreciação sobre os mesmos?

Apêndice H – Quadro categorial

A – Categoria “**Belém como *soft target***”, de acordo com Tvaronaviciene et al. (2019) e ANZCTC (s.d.). Nesta categoria insere-se todo o conteúdo de qualificação de Belém como um alvo vulnerável.

- **A.1.** – Subcategoria “**Alvos**”. Nesta subcategoria insere-se a informação sobre quais são os potenciais alvos que pendem para a perpetração de ataques terroristas.
Ex.: Aquele eixo que junta o CCB, o Mosteiro dos Jerónimos, a parte dos jardins e depois, também, a parte junto ao Palácio de Belém. (E1)

- **A.2.** – Subcategoria “**Fatores de perpetração de ataque**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relacionada com os principais fatores de atração da atividade terrorista que são identificáveis nesta zona turística.
Ex.: Tem boas acessibilidades com ligações a autoestradas, portanto na hipótese de haver um ou vários suspeitos que planeiam um ataque, têm muita facilidade em chegar até ao alvo e depois, também, de fugirem. (E1)

- **A.3.** – Subcategoria “**Desvantagens securitárias**”. Nesta subcategoria insere-se a informação atinente às desvantagens e preocupações, na zona de Belém, identificadas pelos entrevistados.
Ex.: Qualquer pessoa, sobretudo hoje, consegue aceder, facilmente, à informação. (E2)

B – Categoria “**Formação antiterrorista**” consoante Rigakos et al. (2019). Nesta categoria insere-se todo o conteúdo relacionado com o nível de formação dos trabalhadores das atrações para prevenir e responder a um ataque terrorista.

- **B.1.** – Subcategoria “**Críticas**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relacionada com os juízos críticos, positivos e negativos sobre a formação antiterrorista ministrada aos trabalhadores das atrações turísticas.
Ex.: Para isso deveria existir uma formação específica para estes conseguirem ajustar este fluxo, já que não têm tantos conhecimentos como nós nesta matéria. (E9)

- **B.2.** – Subcategoria “**Conteúdos da formação**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relacionada com o conteúdo que é ministrado e que os entrevistados julgam ser mais importante ministrar na formação antiterrorista dos trabalhadores.
Ex.: Basicamente, é os assistentes saberem, o que poderão fazer aquando uma situação do género acontecer e apostar na prevenção, como a deteção de comportamentos e objetos suspeitos, nomeadamente, explosivos. (E12)

- **B.3.** – Subcategoria “**Procedimentos em caso de ataque**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relacionada com os procedimentos a seguir pelas pessoas e que os entrevistados julgam ser os mais corretos, em situação de ataque terrorista.
Ex.: Fugir, é a primeira opção (...) lá está, há um procedimento que está definido, aliás é um padrão Norte-americano, como os ingleses (...) inclusive admitem que o último comportamento limite, que é confrontar o atacante. (E10)

C – Categoria “**Plano de segurança das infraestruturas**” de acordo com a Lei Quadro dos Museus Portugueses. Nesta categoria insere-se todo o conteúdo relativo à existência de um plano de segurança das infraestruturas direcionado para situações de crise.

- **C.1.** – Subcategoria “**Tipos de planos**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relativa aos planos existentes e conhecidos nas atrações turísticas da zona de Belém.
Ex.: Todos estes edifícios têm plano de emergência ou, pelo menos, a lei prevê. (E5)

- **C.2.** – Subcategoria “**Críticas**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relacionada com as principais críticas que os entrevistados colocaram aos planos de segurança existentes nas infraestruturas turísticas.
Ex.: Sei que existem planos de segurança, mas não os conheço, são confidenciais e, por tal, não conheço" (E6)

- **C.3.** – Subcategoria “**Procedimentos**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relacionada com os procedimentos elencados pelos entrevistados, em caso de ataque terrorista, previstos nos planos.
Ex.: Os nossos elementos coordenadores de evacuação do plano, na área do *safety*, podem também intervenção e encaminhar as pessoas para um local seguro. (E10)

- **C.4.** – Subcategoria “**Matéria terrorista**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relacionada com a existência de procedimentos de reposta a um ataque terrorista, nestes planos de segurança, bem como as principais críticas a ela dirigidas.
Ex.: Mas pronto, ou seja, a única coisa que existe no plano de segurança, mais parecido para a resposta terrorista, são os procedimentos a serem realizados nos casos de ameaça de bomba. Isto é patético, pois parece algo que se passava nos anos 80, tem algumas perguntas como. (E13)

- **C.5.** – Subcategoria “**Planos de infraestruturas mais conhecidos**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relacionada com os planos de segurança que são conhecidos pelos entrevistados.
Ex.: Eu tenho noção, porque várias vezes estive empenhado no planeamento de eventos, no CCB e no CCB havia planos, havia plantas. (E1)

D – Categoria “**Vulnerabilidades**” de acordo com Tvaronaviciene et al. (2019) e HMGovernment (2012). Nesta categoria insere-se todo o conteúdo relativo às vulnerabilidades existentes na zona turística de Belém e que podem ser exploradas pelos terroristas.

➤ **D.1.** – Subcategoria “**Tipos de vulnerabilidades**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relacionada com os principais tipos de vulnerabilidades, que podem ser exploradas pela atividade terrorista, relatadas pelos entrevistados na zona turística de Belém.

Ex.: Nesta zona, existem muitas pessoas concentradas, grandes filas, pessoas estáticas e aglomeradas (...) e isso é um motivo de interesse para a atividade terrorista realizar alguns ataques. (E2)

➤ **D.2.** – Subcategoria “**Desvantagens**”. Nesta subcategoria insere-se a informação sobre as desvantagens que contribuem para o agravamento das vulnerabilidades, elencadas anteriormente pelos entrevistados.

Ex.: Lamentável a gratuidade da igreja, não obriga à contagem dos públicos (...) e a igreja, antes da pandemia, tinha 6x mais visitantes do que o claustro. (E13)

➤ **D.3.** – Subcategoria “**Potenciais meios e métodos de ataque**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relativa aos principais meios e métodos que os terroristas podem utilizar e concretizar na perpetração de ataques.

Ex.: A Torre de Belém e o Padrão dos Descobrimentos estão, completamente, vulneráveis para quem faça ataques com carros e camiões (E6)

E – Categoria “**Medidas de segurança existentes**”. Nesta categoria está inserido todo o conteúdo relativo às medidas de segurança que existem nas atrações turísticas, da zona de Belém, bem como as críticas inerentes às mesmas.

- **E.1.** – Subcategoria “**Tipos de segurança**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relativa aos tipos de segurança existente mencionados pelos entrevistados.
Ex.: O Corpo Segurança pessoal põe ali na Presidência da República os seus Dispositivos de Segurança ativa e passiva. (E14)

- **E.2.** – Subcategoria “**Presença policial**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relativa ao policiamento, desde a sua visibilidade às valências utilizadas nesta zona turística, para a prevenção da criminalidade e de ataques terroristas.
Ex.: Em relação ao policiamento, quer dizer (...) a visibilidade nestes locais é sempre boa e vamos tendo, sempre que podemos, patrulhas de visibilidade. Tanto que há um lema do COMETLIS de querer patrulhas de visibilidade, em locais específicos e pré-determinados, pela Divisão, pelas Esquadras. (E5)

- **E.3.** – Subcategoria “**Elementos físicos**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relativa às medidas de segurança físicas, não humanas, existentes na zona turística de Belém, para a prevenção de ataques terroristas.
Ex.: Existe a colocação de barreiras físicas, pinos ao longo dos Jerónimos, da Torre de Belém, no caso do CCB, não. (E3)

- **E.4.** – Subcategoria “**Elementos tecnológicos**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relativa aos elementos de segurança tecnológicos mencionados pelos entrevistados.
Ex.: Quanto aos detetores de metais, alguns sítios já têm, aqui o Museu da Presidência já tem, mas nem todos têm, mas deviam ter (E6)

- **E.5.** – Subcategoria “**Outras medidas**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relativas a outras medidas e práticas que não se inserem nas que foram mencionadas, anteriormente.

Ex.: A pandemia veio afetar, pois isto fazia parte de outras simulações (...) os simulacros de evacuação, além da ameaça terrorista, também. (E10)

- **E.6.** – Subcategoria “**Críticas**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relativa às principais críticas relatadas pelos entrevistados, em relação às medidas de segurança na zona de Belém.

Ex.: A questão de dentro dos estabelecimentos haver CCTV deficitário (E4)

F – Categoria “**Medidas propostas**”. Nesta categoria insere-se todo o conteúdo respeitante a medidas de prevenção (não legislativas) que podem ser sugeridas para melhorar a proteção destes locais contra ataques terroristas. Sendo, predominantemente, medidas tecnológicas.

- **F.1.** – Subcategoria “**Elementos tecnológicos**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relativa a propostas de melhoramento e de investimento em elementos tecnológicos, para uma melhor prevenção de ataques terroristas na zona de Belém.

Ex.: A aposta no CCTV público é muito importante, é uma medida que (...) além de funcionar bem, em termos de dissuasão, dá-nos, também, alguma resposta na eventualidade de haver um evento (...) seja em termos de recolha de prova. (E3)

- **F.2.** – Subcategoria “**Outras medidas**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relativa a outras medidas de segurança propostas que não se inserem nos elementos tecnológicos.

Ex.: Outra coisa a implementar é um eficaz fluxo de comunicação, entre as partes civis e as forças de segurança, não devendo existir barreiras nestes casos, para a melhor resolução do problema. (E9)

G – Categoria “**Mudanças legislativas propostas**”. Nesta categoria está inserido o conteúdo relativo a mudanças legislativas, que foram propostas, para uma maior segurança e apoio à atividade *security* e *safety* contra atividades terroristas.

- **G.1.** – Subcategoria “**Proteção de dados**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relativa às propostas de mudanças relativas ao tratamento e proteção de dados pessoais. Ex.: Se isso estivesse ligado em rede e existisse uma flexibilidade na proteção de dados, para o meio da atuação, ao haver um ataque terrorista, para condenar a atuação de uma pessoa. (E8)
- **G.2.** – Subcategoria “**Segurança privada**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relativa a propostas de mudanças na atividade de segurança privada. Ex.: Além disso, outra mudança legislativa podia ser, a obrigatoriedade para todas as organizações em ter um Diretor de Segurança. Que seja o interlocutor direto e que fale a mesma linguagem com a segurança e também existir uma hierarquia, perfeitamente, definida. (E10)
- **G.3.** – Subcategoria “**Segurança pública**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relativa a propostas de mudanças no setor da segurança pública, abrangendo diretamente a PSP. Ex.: Até porque a única área onde poderíamos intervir, poderia ser na obrigatoriedade de um plano de segurança. Versão *security*, que não existe maior parte destas infraestruturas. (E3)
- **G.4.** – Subcategoria “**Punição criminal**”. Nesta subcategoria insere-se a informação relativa a uma clarificação do quadro punitivo pela prática de crimes de terrorismo. Ex.: Primeiramente, a nível criminal, clarificar melhor os atos preparatórios e outras ações, bem como conceitos que permitam entender melhor o enquadramento criminal das ações terroristas. (E9)

Apêndice I – Codificação

Tabela 16. Tabela de codificação

| CATEGOR | SUBCATEG | INDICADORES | U.R. TOT | U.R. POL | U.R. CIV | NMR DE ENT |
|---|---|------------------------------|----------|----------|----------|------------|
| A. Belém como <i>soft target</i> | A.1. Alvos | 1. Atrações Turísticas | 11 | 4 | 7 | 8 |
| | | 2. Mosteiro dos Jerónimos | 16 | 10 | 6 | 9 |
| | | 3. Torre de Belém | 9 | 5 | 4 | 7 |
| | | 4. CCB | 8 | 6 | 2 | 5 |
| | | 5. Zona Turística | 3 | 3 | 0 | 2 |
| | A.2. Fatores de perpetração de ataques | 1. Cultura / Multicultura | 3 | 1 | 2 | 3 |
| | | 2. Património Cultural | 9 | 4 | 5 | 7 |
| | | 3. Visitantes Internacionais | 4 | 4 | 0 | 4 |
| | | 4. Símbolos | 7 | 4 | 3 | 5 |
| | | 5. História | 11 | 4 | 7 | 9 |
| | | 6. Importância Cultural | 3 | 2 | 1 | 3 |
| | | 7. Movimento | 2 | 2 | 0 | 1 |
| | | 8. Aglomerados de Pessoas | 14 | 11 | 3 | 10 |
| | | 9. Acessibilidade do espaço | 3 | 3 | 0 | 2 |

| | | | | | | |
|-----------------------------------|---|---|----|----|----|----|
| | A.3. Desvantagens securitárias | 1. Imprevisibilidade /Surpresa | 6 | 3 | 3 | 5 |
| | | 2. Telemóvel | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | | 3. <i>Google</i> | 5 | 4 | 1 | 5 |
| | | 4. Proteção de Dados | 1 | 0 | 1 | 1 |
| | | 5. Acesso à Informação | 13 | 7 | 6 | 10 |
| | | 6. Visitas aos Monumentos | 2 | 2 | 0 | 2 |
| | | 7. Cultura Securitária | 4 | 4 | 0 | 1 |
| B. Formação antiterrorista | B.1. Críticas | 1. Resposta Rápida | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | | 2. Importância | 5 | 3 | 2 | 5 |
| | | 3. Sentimento / Cultura de Segurança | 5 | 4 | 1 | 4 |
| | | 4. Desconhecimento | 16 | 16 | 0 | 9 |
| | | 5. Insuficiente | 4 | 3 | 1 | 4 |
| | | 6. Consciencialização e Descontextualização | 19 | 12 | 7 | 14 |
| | | 7. Descontinuidade | 4 | 4 | 0 | 2 |
| | B.2. Conteúdos da formação | 1. Controlo de Acessos | 5 | 3 | 2 | 5 |
| | | 2. Comportamentos e Objetos Suspeitos | 19 | 15 | 4 | 8 |
| | | 3. Atacante Ativo | 14 | 3 | 11 | 6 |

| | | | | | | | |
|---------------------------|--|--------------------------------------|---------------------------|----|----|---|----|
| | | 4. Pânico e Alarmismo | 8 | 6 | 2 | 4 | |
| | | 5. Ameaça | 10 | 7 | 3 | 4 | |
| | | 6. Auxílio das Forças de Segurança | 9 | 6 | 3 | 7 | |
| | | 7. Explosivos | 3 | 1 | 2 | 3 | |
| | | 8. Vias de Fuga / Encaminhar Pessoas | 4 | 4 | 0 | 3 | |
| | | 9. Parcerias | 2 | 2 | 0 | 1 | |
| | B.3. Procedimentos em caso de ataque | 1. Fugir | 4 | 0 | 4 | 2 | |
| | | 2. Esconder | 3 | 0 | 3 | 2 | |
| | | 3. Lutar / Confrontar | 6 | 2 | 4 | 5 | |
| | | 4. Contactar | 4 | 3 | 1 | 3 | |
| | C. Plano de segurança das infraestruturas | C.1. Tipo de planos | 1. Plano Contra Incêndios | 3 | 1 | 2 | 3 |
| | | | 2. Planos de emergência | 5 | 4 | 1 | 4 |
| | | | 3. Planos de Evacuação | 5 | 3 | 2 | 5 |
| | | C.2. Críticas | 1. Desconhecimento | 13 | 11 | 2 | 11 |
| 2. Confidencial | | | 5 | 5 | 0 | 2 | |
| C.3. Procedimentos | | 1. Perímetro de Segurança | 2 | 2 | 0 | 2 | |
| | | 2. Encaminhamento | 2 | 1 | 1 | 2 | |

| | | | | | | |
|----------------------------|---|--|----|----|---|----|
| | C.4. Matéria antiterrorista | 1. Pouco Abrangente | 6 | 0 | 6 | 2 |
| | | 2. Inexistência | 3 | 2 | 1 | 3 |
| | | 3. Formulário de Ameaça de Bomba | 3 | 2 | 1 | 3 |
| | C.5. Planos de Infraestruturas mais conhecidos | 1. CCB | 6 | 6 | 0 | 4 |
| D. Vulnerabilidades | D.1. Tipos de vulnerabilidades | 1. Acessos | 3 | 2 | 1 | 3 |
| | | 2. Público Numeroso/Visitantes | 24 | 16 | 8 | 12 |
| | | 3. Criminalidade | 3 | 0 | 3 | 3 |
| | | 4. Multiculturalidade / Nacionalidade | 7 | 6 | 1 | 4 |
| | | 5. Transportes | 1 | 0 | 1 | 1 |
| | | 6. Embaixadas | 4 | 2 | 2 | 3 |
| | | 7. Impacto Internacional | 4 | 0 | 4 | 2 |
| | | 8. Rotinas | 2 | 0 | 2 | 2 |
| | | 9. Formação / Preparação | 3 | 3 | 0 | 2 |
| | | 10. Falta de Comunicação / Informações | 10 | 8 | 2 | 6 |
| | | 11. Sentimento de segurança | 5 | 4 | 1 | 4 |

| | | | | | | |
|---|--|----------------------------------|----|----|---|----|
| | | 12. Trânsito nas Atrações | 7 | 5 | 2 | 4 |
| | D.2. Desvantagens | 1. Gratuitidade | 1 | 0 | 1 | 1 |
| | | 2. Responsáveis pela Segurança | 1 | 0 | 1 | 1 |
| | | 3. Preparação dos Funcionários | 1 | 0 | 1 | 1 |
| | D.3. Potenciais meios e métodos de ataque | 1. Armas | 4 | 1 | 3 | 3 |
| | | 2. Explosivos | 3 | 2 | 1 | 3 |
| | | 3. Viaturas | 14 | 9 | 5 | 6 |
| | | 4. Drones | 1 | 1 | 0 | 1 |
| E. Medidas de segurança existentes | E.1. Tipos de segurança | 1. CPTED | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | | 2. Segurança Passiva | 6 | 5 | 1 | 3 |
| | E.2. Presença policial | 1. Tempo de Resposta/Proximidade | 18 | 11 | 7 | 12 |
| | | 2. <i>First Responders</i> | 3 | 3 | 0 | 2 |
| | | 3. Equipas de Intervenção Rápida | 6 | 5 | 1 | 3 |
| | | 4. Patrulhamento / Presença | 36 | 31 | 5 | 12 |
| | | 5. Polícia Municipal | 3 | 1 | 2 | 3 |
| | | 6. Subunidades da UEP | 9 | 7 | 2 | 6 |
| | | 1. Barreiras Físicas | 5 | 5 | 0 | 3 |

| | | | | | |
|--|---|----|----|----|----|
| E.3. Elementos físicos | 2. Pinos / Pilaretes | 16 | 14 | 2 | 8 |
| | 3. Pinos Retrâteis | 3 | 1 | 2 | 3 |
| | 4. Blocos | 17 | 13 | 4 | 9 |
| | 5. Vasos | 3 | 3 | 0 | 2 |
| E.4. Elementos tecnológicos | 1. Inibidores de Sinais | 2 | 2 | 0 | 1 |
| | 2. CCTV / Videovigilância | 37 | 22 | 15 | 14 |
| | 3. Detetores de Metais | 10 | 8 | 2 | 9 |
| | 4. Sistemas Anti-intrusão | 3 | 1 | 2 | 3 |
| E.5. Outras medidas | 1. Simulacros | 4 | 1 | 4 | 3 |
| | 2. Perímetro de Segurança | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 3. Orientar Pessoas | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | 4. Dispersar Pessoas | 2 | 1 | 1 | 2 |
| E.6. Críticas | 1. Insuficiente | 28 | 17 | 11 | 10 |
| | 2. Inexistentes | 11 | 4 | 7 | 8 |
| | 3. Proteção de Dados | 1 | 0 | 1 | 1 |
| | 4. Investimento | 7 | 1 | 6 | 4 |
| | 5. Inoperacionais / Mau Funcionamento / Incerteza Funcional | 9 | 7 | 2 | 5 |

| | | | | | | |
|---|------------------------------------|--|----|----|---|---|
| F. Medidas Propostas | F.1. Elementos Tecnológicos | 1. CCTV na Via Pública | 17 | 15 | 2 | 9 |
| | | 2. Detetores de Metais (Raio-X) | 8 | 5 | 3 | 5 |
| | | 3. <i>Bodycams</i> | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | | 4. Vigilância com <i>Drones</i> | 2 | 2 | 0 | 1 |
| | | 5. Telemetria | 2 | 0 | 2 | 2 |
| | | 6. Sinalética | 1 | 1 | 0 | 1 |
| | F.2. Outras medidas | 1. Fluxo de Informação | 15 | 7 | 8 | 8 |
| | | 2. Concretização / Realização das Medidas | 5 | 1 | 4 | 3 |
| | | 3. Fim da Gratuitidade | 2 | 2 | 0 | 2 |
| | | 4. Articulação com Entidades | 6 | 4 | 2 | 4 |
| G. Mudanças legislativas propostas | G.1 Proteção de dados | 1. Flexibilidade | 5 | 4 | 1 | 4 |
| | | 2. Fiscalização | 3 | 3 | 0 | 2 |
| | | 3. Imagens | 2 | 2 | 0 | 2 |
| | G.2. Segurança privada | 1. Revistas Fiscalizadas | 2 | 2 | 0 | 1 |
| | | 2. Obrigatoriedade de Existir Diretores de Segurança | 2 | 0 | 2 | 2 |

| | | | | | | |
|--|-------------------------------|---|------------|------------|------------|-----------|
| | | 3. Cadeia Hierárquica Definida | 2 | 0 | 2 | 2 |
| | | 4. Formação Obrigatória/Periódica | 10 | 5 | 5 | 7 |
| | G.3. Segurança pública | 1. Obrigatoriedade de Plano <i>Security</i> | 4 | 4 | 0 | 2 |
| | | 2. Parecer Prévio da PSP | 2 | 2 | 0 | 1 |
| | G.4. Punição criminal | 1. Clarificar Quadro Punitivo | 2 | 2 | 0 | 1 |
| | | Total: | 773 | 505 | 268 | 14 |

Nota. Os excertos das entrevistas foram ocultados para garantir e respeitar a confidencialidade e anonimato da informação tratada.

Apêndice J – Análise de conteúdo (categorias e subcategorias)

Tabela 17. Resultados da análise de conteúdo

| CATEGORIAS / SUBCATEGORIAS | NMR DE INDICADORES | ENTREVISTAS REGISTADAS | % |
|---------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|----------------|
| A. | 21 | 10 | 71,43% |
| A.1. | 5 | 9 | 64,29% |
| A.2. | 9 | 10 | 71,43% |
| A.3. | 7 | 10 | 71,43% |
| B. | 21 | 14 | 100,00% |
| B.1. | 8 | 14 | 100,00% |
| B.2. | 9 | 8 | 57,14% |
| B.3. | 4 | 5 | 35,71% |
| C. | 12 | 11 | 78,57% |
| C.1. | 3 | 5 | 35,71% |
| C.2. | 2 | 11 | 78,57% |
| C.3. | 2 | 2 | 14,29% |
| C.4. | 3 | 3 | 21,43% |
| C.5. | 1 | 4 | 28,57% |
| D. | 19 | 12 | 85,71% |
| D.1. | 12 | 12 | 85,71% |
| D.2. | 3 | 1 | 7,14% |
| D.3. | 4 | 6 | 42,86% |
| E. | 26 | 14 | 100,00% |
| E.1. | 2 | 3 | 21,43% |
| E.2. | 6 | 12 | 85,71% |
| E.3. | 5 | 9 | 64,29% |
| E.4. | 4 | 14 | 100,00% |
| E.5. | 4 | 3 | 21,43% |
| E.6. | 5 | 10 | 71,43% |
| F. | 10 | 9 | 64,29% |

A ameaça terrorista em *soft targets*:
A proteção do eixo turístico da zona de Belém

| | | | |
|--------------|------------|-----------|----------------|
| F.1. | 6 | 9 | 64,29% |
| F.2. | 4 | 8 | 57,14% |
| G. | 10 | 7 | 50,00% |
| G.1. | 3 | 4 | 28,57% |
| G.2. | 4 | 7 | 50,00% |
| G.3. | 2 | 2 | 14,29% |
| G.4. | 1 | 1 | 7,14% |
| TOTAL | 119 | 14 | 100,00% |

Nota. Os valores presentes na coluna 3 (“ENTREVISTAS REGISTADAS”) correspondem ao número de entrevistas onde foi registado um determinado indicador. A coluna 4 (“%”) corresponde às percentagens da coluna 3 (“ENTREVISTAS REGISTADAS”).

Apêndice K – Análise de conteúdo (unidades de registo)

Tabela 18. Distribuição das unidades de registo

| CATEGORIAS / SUBCATEGORIAS | U.R. TOTAL | % | U.R. POLÍCIAS | % | U.R. CIVIS | % |
|-------------------------------|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|--------------|
| A. | 135 | 17,46% | 84 | 10,87% | 51 | 6,60% |
| A.1. | 47 | 6,08% | 28 | 3,62% | 19 | 2,46% |
| A.2. | 56 | 7,24% | 35 | 4,53% | 21 | 2,72% |
| A.3. | 32 | 4,14% | 21 | 2,72% | 11 | 1,42% |
| B. | 151 | 19,53% | 97 | 12,55% | 54 | 6,99% |
| B.1. | 60 | 7,76% | 45 | 5,82% | 15 | 1,94% |
| B.2. | 74 | 9,57% | 47 | 6,08% | 27 | 3,49% |
| B.3. | 17 | 2,20% | 5 | 0,65% | 12 | 1,55% |
| C. | 55 | 7,12% | 37 | 4,79% | 18 | 2,33% |
| C.1. | 13 | 1,68% | 8 | 1,03% | 5 | 0,65% |
| C.2. | 18 | 2,33% | 16 | 2,07% | 2 | 0,26% |
| C.3. | 4 | 0,52% | 3 | 0,39% | 1 | 0,13% |
| C.4. | 12 | 1,55% | 4 | 0,52% | 8 | 1,03% |
| C.5. | 6 | 0,78% | 6 | 0,78% | 0 | 0,00% |
| D. | 98 | 12,68% | 59 | 7,63% | 37 | 4,79% |
| D.1. | 73 | 9,44% | 46 | 5,95% | 27 | 3,49% |
| D.2. | 3 | 0,39% | 0 | 0,00% | 3 | 0,39% |
| D.3. | 22 | 2,85% | 13 | 1,68% | 9 | 1,16% |
| E. | 242 | 31,31% | 166 | 21,47% | 77 | 9,96% |
| E.1. | 7 | 0,91% | 6 | 0,78% | 1 | 0,13% |
| E.2. | 75 | 9,70% | 58 | 7,50% | 17 | 2,20% |
| E.3. | 44 | 5,69% | 36 | 4,66% | 8 | 1,03% |
| E.4. | 52 | 6,73% | 33 | 4,27% | 19 | 2,46% |
| E.5. | 8 | 1,03% | 4 | 0,52% | 5 | 0,65% |
| E.6. | 56 | 7,24% | 29 | 3,75% | 27 | 3,49% |
| F. | 59 | 7,63% | 38 | 4,92% | 21 | 2,72% |

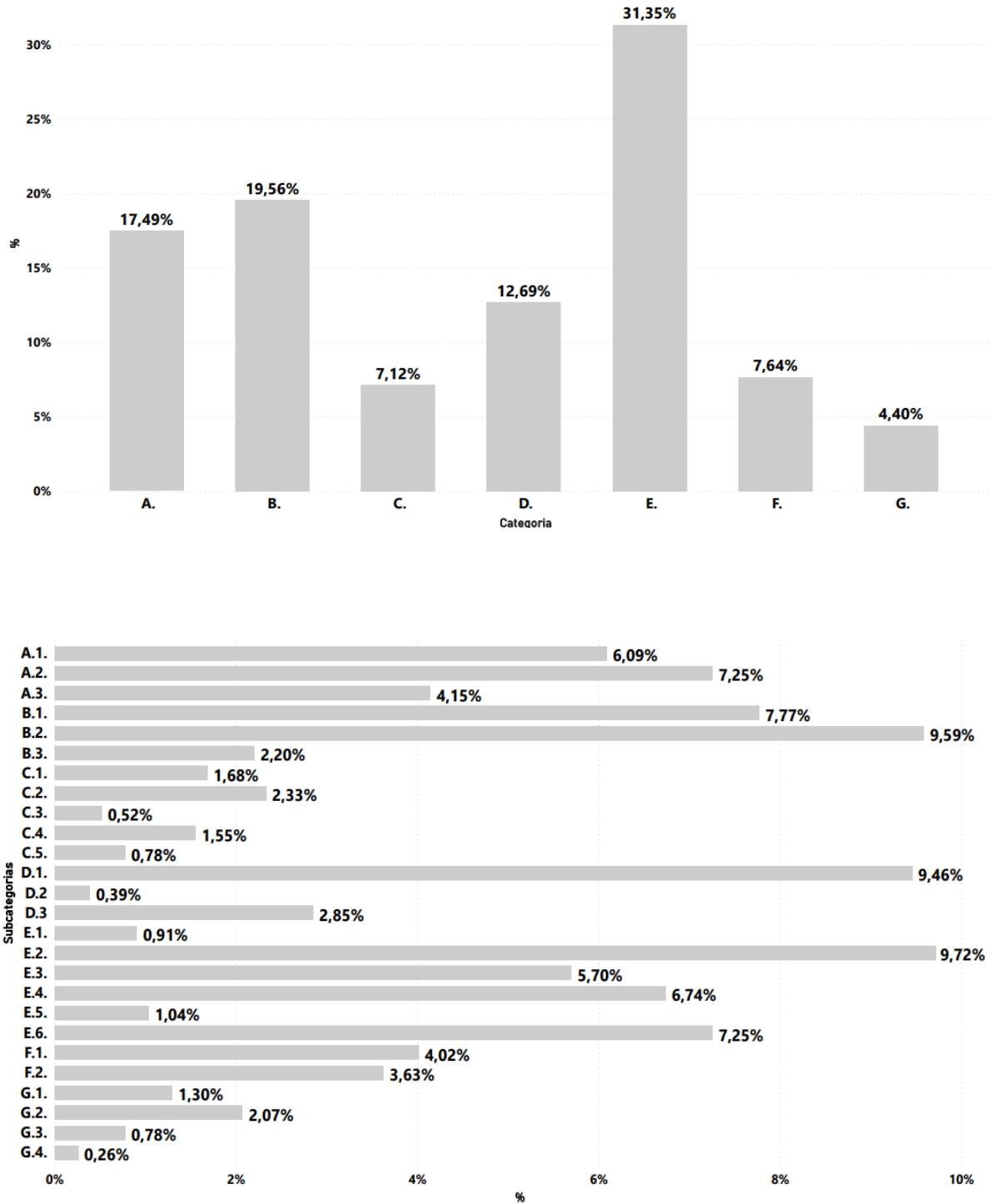
A ameaça terrorista em *soft targets*:
A proteção do eixo turístico da zona de Belém

| | | | | | | |
|--------------|------------|--------------|------------|---------------|------------|---------------|
| F.1. | 31 | 4,01% | 24 | 3,10% | 7 | 0,91% |
| F.2. | 28 | 3,62% | 14 | 1,81% | 14 | 1,81% |
| G. | 34 | 4,40% | 24 | 3,10% | 10 | 1,29% |
| G.1. | 10 | 1,29% | 9 | 1,16% | 1 | 0,13% |
| G.2. | 16 | 2,07% | 7 | 0,91% | 9 | 1,16% |
| G.3. | 6 | 0,78% | 6 | 0,78% | 0 | 0,00% |
| G.4. | 2 | 0,26% | 2 | 0,26% | 0 | 0,00% |
| TOTAL | 773 | 100% | 505 | 65,33% | 268 | 34,67% |

Nota. As unidades de registo (U.R.) foram calculadas, também, separadamente para os elementos policiais e civis.

Apêndice L – Distribuição percentual das u.r. pelas categorias e subcategorias (total de entrevistados)

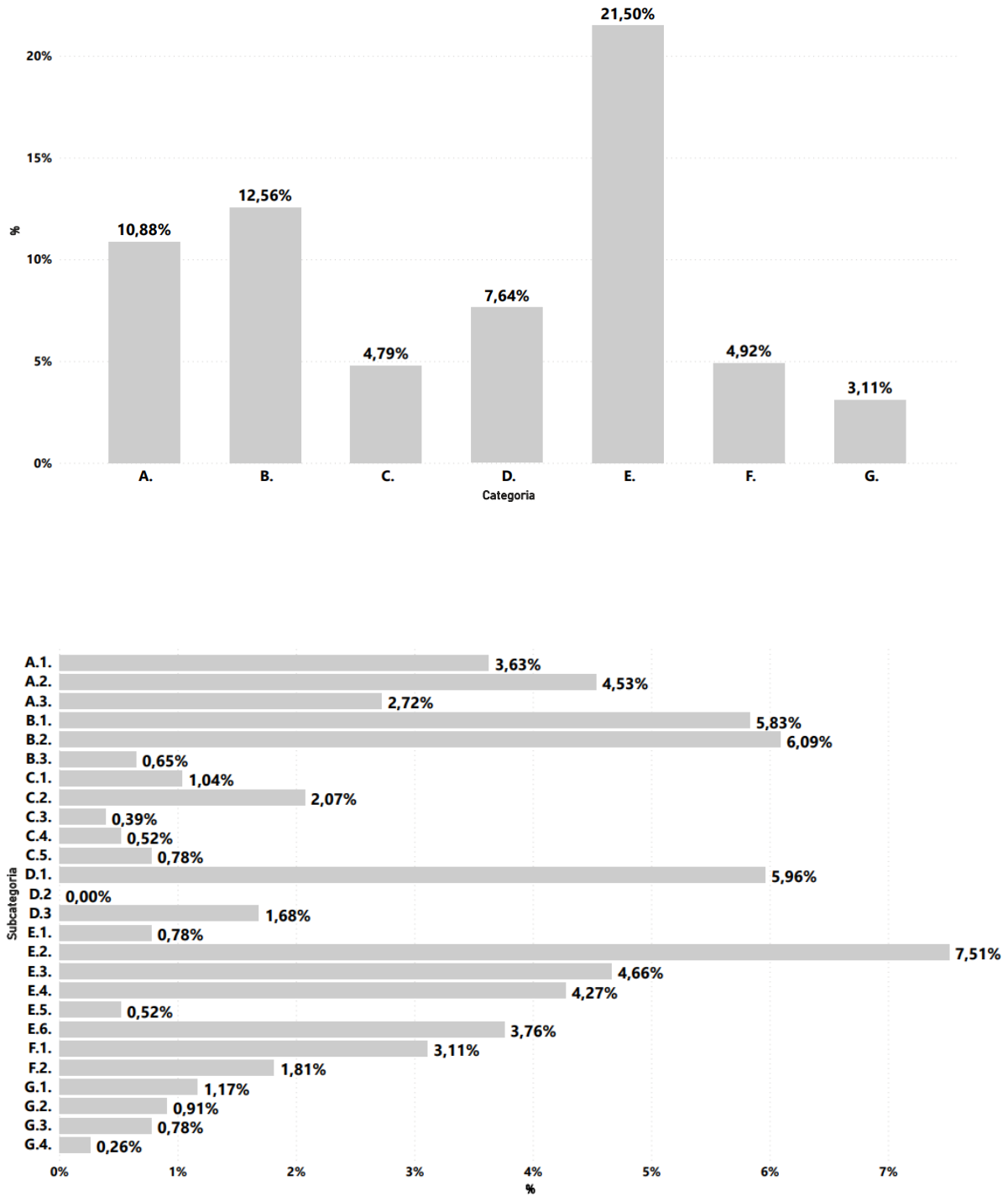
Figura 17. Distribuição por categorias e subcategorias das unidades de registo



Nota. Esta distribuição diz respeito à totalidade das entrevistas (catorze entrevistados)

Apêndice M - Distribuição percentual das u.r. pelas categorias e subcategorias (polícias entrevistados)

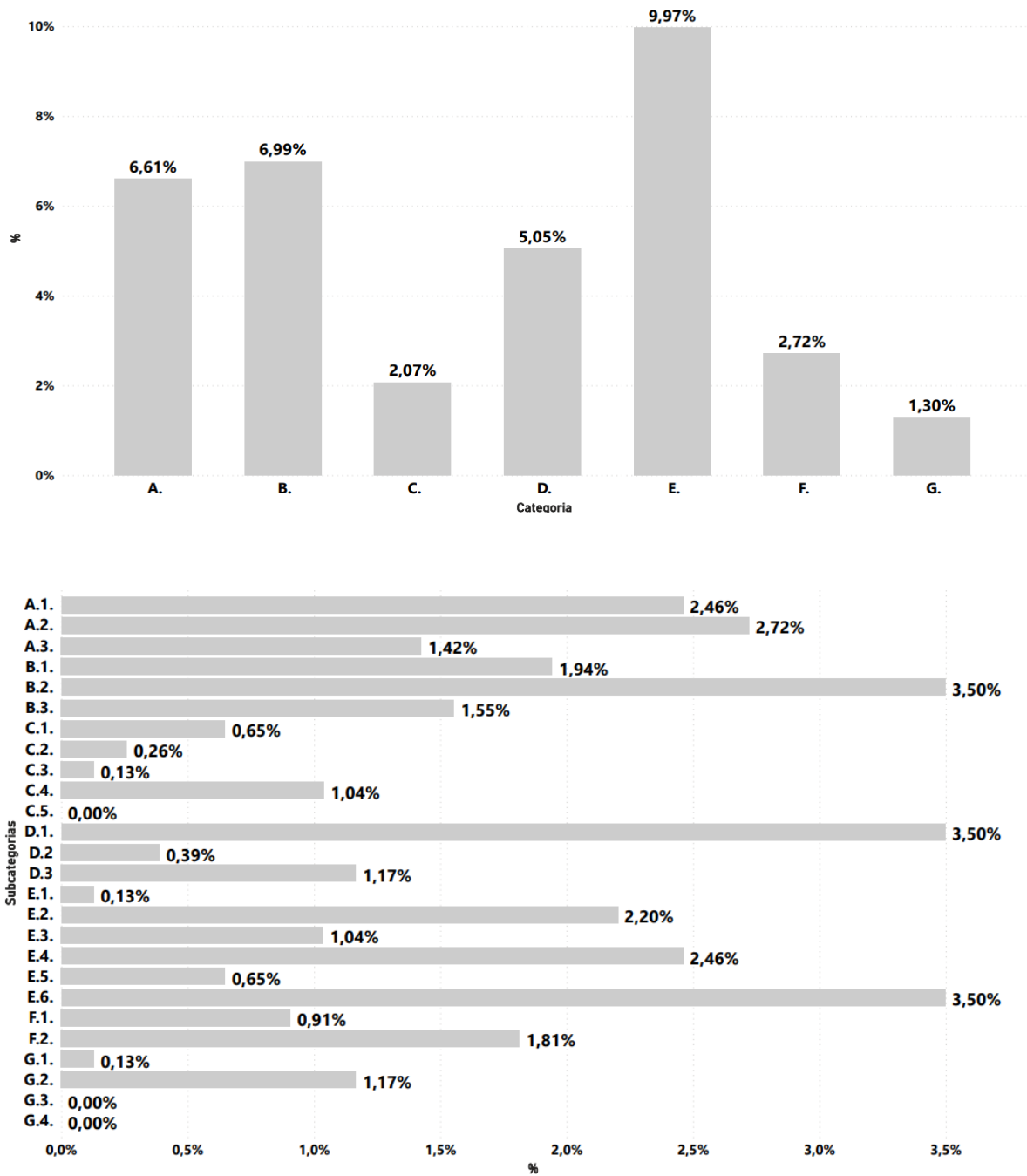
Figura 18. Distribuição das unidades de registo policiais pelas categorias e subcategorias



Nota. Esta distribuição diz respeito às entrevistas policiais (nove entrevistados)

Apêndice N - Distribuição percentual das u.r. pelas categorias e subcategorias (civis entrevistados)

Figura 19. Distribuição das unidades de registo civis por categoria e subcategoria



Nota. Esta distribuição diz respeito às entrevistas dos civis (cinco entrevistados)